

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LEONARDO RAVAGLIA FERREIRA GONÇALVES

FORMULAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

CURITIBA

2010

LEONARDO RAVAGLIA FERREIRA GONÇALVES

FORMULAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração em Produção e Transformação do Espaço Urbano-Regional, Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl.

CURITIBA

2010

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, José e Mara, por todo o esforço realizado em prol da minha educação e, sobretudo, pelo apoio incondicional que sempre deram em todos os aspectos da minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Miguel Bahl, por acreditar no meu potencial e por exercer com competência seu papel de orientador, norteando de forma fundamental esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Marcos A. T. da Silveira, por me fazer acreditar que seria possível fazer e concluir o curso de mestrado, me apoiando irrestritamente na busca deste objetivo.

À Prof. Dra. Míriam E. M. Angelucci, pela oportunidade de aprendizado proporcionada pelo Programa Escola Aberta, amizade e companheirismo.

Ao secretário da pós-graduação em geografia da UFPR, Luís Carlos Zem, pela amizade, paciência e solicitude.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para que o levantamento de dados desta pesquisa fosse possível, em especial à Rita Moro, coordenadora de turismo do município de Rio Azul, e ao pessoal do Instituto Equipe de Educadores Populares pelo apoio dado durante a coleta de dados.

Às autoridades entrevistadas, Sr. Paulo H. C. de Andrade, Sr. Luiz Vanderlei Kawa e Sra. Regina Pegoraro, pela paciência e disposição demonstradas.

À Casa do Estudante Luterano Universitário – CELU – por me oferecer todas as condições necessárias para que eu pudesse concluir meus estudos.

Aos amigos da CELU, pelos inúmeros momentos de alegria, descontração e aprendizado que passamos nesse período. Vocês foram grandes responsáveis por dar a força e motivação necessária durante o curso de mestrado.

Aos amigos da pós-graduação de geografia de UFPR, em especial ao Eduardo Hack, Luciana, Valéria e Vinícius, pelas viagens, conversas e descontração que tivemos juntos.

Ao Comitê Gestor das Bolsas REUNI da UFPR, pelo auxílio financeiro.

Estudo sem pensamento é trabalho perdido,
pensamento sem estudo é perigoso.

Confúcio

RESUMO

Quando se comenta sobre planejamento turístico regional, é necessário que se considere que o seu sucesso (ou fracasso) depende de influências tanto endógenas quanto exógenas, de diversos tipos de agentes e entidades, públicas, privadas, ou mesmo do terceiro setor. O Território Centro-Sul do Paraná possui uma realidade regional única no estado, resultado deste conjunto de influências, que são analisadas no presente estudo com o objetivo de oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento turístico regional. Como objetivos específicos foram propostas a discussão sobre a importância da regionalização para um trabalho mais eficiente no planejamento turístico, pesquisar as políticas públicas referentes ao desenvolvimento turístico em âmbito regional, e propor soluções para os problemas diagnosticados que impedem um maior desenvolvimento turístico no Centro-Sul do Paraná com maior inserção da população local na atividade. Para que tais objetivos fossem alcançados foi seguido o método hipotético-dedutivo, onde foi feita a pesquisa e revisão bibliográfica, elaboração da fundamentação teórica básica, elaboração do roteiro de entrevistas, aplicação das mesmas, sistematização e análise dos dados obtidos e, finalmente, propostas as diretrizes para o desenvolvimento turístico na região. A técnica de pesquisa utilizada foi a observação direta intensiva, que foi executada por meio de duas técnicas: a observação participante natural e a realização de entrevistas não-estruturadas. No término da pesquisa, constatou-se que a ausência de um planejamento turístico de longo prazo, de uma visão mais integrada e regionalizada, e a fragmentação de ações relacionadas à área, são fatores que dificultaram o processo de desenvolvimento do turismo do Território Centro-Sul do Paraná. Considerando-se tais conclusões e informações levantadas, foi possível apresentar os subsídios propostos como objetivo geral do trabalho, bem como atingir os objetivos específicos propostos.

Palavras-chave: planejamento turístico, desenvolvimento regional, Território Centro-Sul do Paraná, políticas públicas, sustentabilidade.

ABSTRACT

When we talk about regional touristic planning, it is necessary to considerate that their success (or failure) depends on influences endogenous and exogenous, several kinds of agents and agencies, public, private, and the third sector. The Territory South-Central from Paraná have an single reality in the state, what is the result of all these influences, that are analyzed in this study with the objective of providing data for the formulation of public policies for regional tourism. As specific objectives there is a discussion about the importance of the regionalization for a more efficient job in the touristic planning, search the public policies about the touristic development in the regional sphere, and propose solutions for the problems diagnosed that do not permits a major touristic development in the Paraná's South-Central with the local population having a bigger insertion in these activities. To achieve these objectives was utilized the hypothetical-deductive method, which was used the research and literature review, elaboration of the basic theoretical, elaboration the screenplay of interviews, their application, mapping and data analysis, and finally proposed guidelines for the tourism development in the region. The research technique used was intensive direct observation, which was performed by two techniques: the natural participant observation and the completion interviews unstructured. At the end of the study, it was found that the absence of a tourism planning long-term, with a vision more Integrated and regionalized, and the fragmentation of actions related to the area, are factors that hampered the process to the development of the tourism in the Territory South-Central from Paraná. Pondering the conclusions diagnosed, was possible offer the proposed overall subsidies objective of the work, and achieve the specific objectives proposed.

Keywords: tourism planning, regional development, South-Central of Paraná, public policy, sustainability

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.....	17
FIGURA 2 - GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PROVENIENTE DO TURISMO EM UMA COMUNIDADE.....	56
FIGURA 3 - INTERESSES DOS AGENTES SOCIAIS DO TURISMO	62
FIGURA 4 -ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO NO BRASIL.....	83
FIGURA 5 - PROGRAMAS DO MACROPROGRAMA 4 – REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO.....	86
FIGURA 6 - REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA NO ESTADO DO PARANÁ	86
FIGURA 7 - TERRITÓRIOS RURAIS EM 2009 NO BRASIL.....	94
FIGURA 8 - ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PRONAT.....	95
FIGURA 9 - PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE	100
FIGURA 10- LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	111
FIGURA 11- HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	112
FIGURA 12- USO DA TERRA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	114
FIGURA 13- UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	115
FIGURA 14- REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ COM DESTAQUE PARA A REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ	131
FIGURA 15- LOGOMARCA DA “TERRA DOS PINHEIRAIS”	132
FIGURA 16- INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL.....	145

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DE UMA COMUNIDADE NO TURISMO.....	60
QUADRO 2 - COLÔNIAS ESTABELECIDAS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	103
QUADRO 3 - HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	106
QUADRO 4 - FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	109
QUADRO 5 - TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	123
QUADRO 6 - MEIO DE HOSPEDAGEM COM ATRATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	126
QUADRO 7 - ÓRGÃOS DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	129
QUADRO 8 - PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE TURISMO ATUANTES NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	130
QUADRO 9 - ROTEIROS TURÍSTICOS COM ITINERÁRIOS QUE INCLUEM MUNICÍPIOS DA REGIÃO COMERCIALIZADOS POR AGÊNCIAS DE VIAGEM	134
QUADRO 10- PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	149

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA – 1998 (EM %)	41
TABELA 2 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1981 E 1999.....	43
TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO – 2006 (EM %)	45
TABELA 4 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE – BRASIL 2006 (EM R\$ DE SET/2006)	46
TABELA 5 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS COM RENDIMENTO, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA – BRASIL 2000	47
TABELA 6 - DADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	113
TABELA 7 - FAXINAIS CLASSIFICADOS COMO ARESUR NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	117
TABELA 8 - DADOS SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	118
TABELA 9 - DADOS RELACIONADOS A EMPREGO E RENDA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	120
TABELA 10- SERVIÇOS TURÍSTICOS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	124
TABELA 11- EQUIPAMENTOS CULTURAIS NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ.....	127

LISTA DE SIGLAS

ADECSUL	Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná
AEARI	Associação dos Engenheiros Agrônomos de Irati
AMCESPAR	Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
APA	Área de Proteção Ambiental
ARESUR	Área Especial de Uso Regulamentado
ASSIS	Associação dos Agricultores Ecologistas São Francisco de Assis
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AVERCENTRO	Associação dos Vereadores do Centro do Paraná
CAMP	Cooperativa Agrícola Mista Prudentópolis
CAPAL	Cooperativa Agropecuária Arapoti Limitada
CEDEJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
COOPTUR	Cooperativa Paranaense de Turismo
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER-PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
FETAEP	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FETRAF-SUL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
FLONA	Floresta Nacional
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agrônômico do Paraná
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEEP	Instituto Equipe de Educadores Populares
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ING	Instituto os Guardiões da Natureza

IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MST	Movimento dos Sem-Terra
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ORNA	Ocupação Rural Não-Agrícola
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MinC	Ministério da Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTur	Ministério do Turismo
NEAD/MDA	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
PLANTUR	Plano Nacional de Turismo do Governo Fernando Collor de Melo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNTRAF	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRONAT	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
PRT	Programa de Regionalização de Turismo
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RPPN	Reserva Particular de Proteção Natural
SAF/MDA	Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SDT/MDA	Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná
SEBRAE	Serviço de Apoio às micro e pequenas empresas

SEDU	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano do Paraná
SEED	Secretaria de Educação do Paraná
SETI	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná
SETU-PR	Secretaria de Estado do Turismo do Paraná
SRA/MDA	Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário
TRAF	Turismo Rural na Agricultura Familiar
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONHECIMENTO GEOGRÁFICO COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	22
2.1	ESPAÇO, REGIÃO E TERRITÓRIO COMO OBJETOS DE ANÁLISE PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL	23
2.2	TEORIZANDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL	25
2.3	LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO	34
2.4	O RURAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL	40
3	TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	49
3.1	TURISMO E TERRITÓRIO	51
3.2	TURISMO DE BASE LOCAL E DE BASE COMUNITÁRIA	55
3.3	TURISMO COMO FATOR DE (DES)ESTRUTURAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA	64
3.3.1	(Des)estruturação ambiental	66
3.3.2	(Des)estruturação sociocultural	69
3.3.3	(Des)estruturação econômica	71
3.3.4	(Des)estruturação político-institucional	74
3.4	PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL	76
3.5	POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL NO BRASIL	79
3.5.1	Programa de Regionalização do Turismo	81
3.5.2	Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar	88
3.5.3	Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	92
4	TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	99
4.1	ASPECTOS HISTÓRICOS	99
4.2	CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	108
4.3	PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO	116
4.4	TURISMO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	120
5	RESULTADOS DAS PESQUISAS DE CAMPO E DISCUSSÕES	137
5.1	RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE DOS DADOS	137

5.2	FORMULAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ	148
	CONCLUSÃO	158
	REFERÊNCIAS	162
	ANEXOS	171

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos seus mais de 500 anos de história, o Brasil assistiu seu desenvolvimento ser atrelado diretamente com diversas atividades primárias, seja por meio da exportação do pau-brasil, extração de metais preciosos, da plantação de cana-de-açúcar, café e, de forma mais recente, da soja e do milho. A vocação do país para as atividades primárias é inegável, sendo fator decisivo no crescimento econômico em diversas épocas da história do Brasil.

Nem sempre este crescimento econômico foi sinônimo de desenvolvimento das regiões produtoras e de sua população local, muito menos de sustentabilidade, em seus diversos âmbitos (social, econômico, ambiental,...). Além disso, há regiões do país que assistem um desenvolvimento econômico muito maior do que outras, de forma a acentuar uma característica tão conhecida no Brasil: a desigualdade de renda entre as grandes regiões.

A desigualdade de renda pode agravar o quadro de desigualdade social, apesar de não poder ser considerado o único causador deste fenômeno. Além disso, nota-se que a pujança econômica local não é o único fator determinante para promover a inclusão social de sua população, já que por si só não garante oportunidade desta ter maior acesso a serviços básicos para seu bem-estar, como saúde, educação, lazer, entre outros.

Juntamente à preocupação de beneficiar as comunidades locais de forma a assegurar os benefícios gerados pela atividade econômica, qualquer que seja, para a própria população, tem-se também o desafio de considerar o fator ambiental no processo, uma questão tão debatida nos últimos tempos, talvez de forma tardia. A busca pela sustentabilidade local obrigatoriamente passa pelo grau de conscientização ecológica de sua população e da preocupação dos gestores locais com a questão ambiental regional.

Dentro deste contexto de desigualdade socioeconômica no Brasil, há também os mesmos problemas em regiões menos amplas. Analisando o caso do estado do Paraná nota-se que a desigualdade econômica intra-estadual também é algo latente.

Vários municípios do estado contam com um IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) menor do que de muitos municípios de outros estados mais pobres economicamente. Geralmente tais municípios possuem sua economia atrelada às

atividades rurais e, mais especificamente, à agricultura de subsistência. Problemas como êxodo rural, concentração de terras e uso de agrotóxicos contribuem para a perpetuação da situação de atraso econômico.

A região enfocada neste estudo enfrenta tal realidade, bem como a diminuição de renda de muitos agricultores familiares (que têm como principais fatores a acirrada concorrência com as grandes empresas e falta, ou excessiva burocratização, de incentivos governamentais). O Território Centro-Sul do Paraná, reconhecido oficialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) como território rural, é formado por 12 municípios (Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Inácio Martins, Imbituva, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Teixeira Soares) e possui uma população de 230.504 pessoas em 2007 (IBGE, 2009) distribuídas em uma área de 9.939,38 km². Cerca de 48% da população vive na zona rural desses municípios.

Apesar de possuir em seu entorno municípios importantes economicamente no estado (Ponta Grossa, Guarapuava e Curitiba), o Centro-Sul do Paraná difere-se de outras regiões principalmente por causa do caráter rural de seus municípios, da forte presença de agricultores familiares, do êxodo da população da maioria destes e das grandes áreas ainda preservadas de florestas ombrófilas mistas (florestas com araucárias) nativas.

Dentro desta realidade nota-se que o turismo possui condições de ser uma atividade econômica que, juntamente com outras (principalmente as agrárias) poderia vir a ser um vetor de desenvolvimento regional. Alguns dos fatores que asseveram tal afirmação é a proximidade com importantes mercados emissores de turistas do estado, grandes áreas preservadas de vegetação nativa, uma realidade rural diferente das de outras regiões do Paraná (com a presença de grande parte dos faxinais do mesmo) e uma cultura muito rica e peculiar (tanto a dos caboclos da região quanto a dos descendentes dos imigrantes poloneses e ucranianos).

Dentro deste contexto, foi estudado de que forma o Programa de Regionalização do Turismo, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar e o Programa de Territórios Rurais do MDA poderiam beneficiar uma região com características tão peculiares, bem como discutir porque esta poderia ser a melhor forma de se trabalhar o turismo regionalmente, e ver se realmente seria a melhor forma.

A partir destas considerações pôde-se assim propor o objetivo geral do presente trabalho, que é o de, por meio de análises sobre a realidade regional, oferecer subsídios para a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento turístico do Território Centro-Sul do Paraná. Como objetivos específicos, propõe-se discutir a importância da regionalização para um trabalho mais eficiente no planejamento turístico, pesquisar as políticas públicas referentes ao desenvolvimento turístico em âmbito regional, e propor soluções para os problemas diagnosticados que impedem um maior desenvolvimento turístico no Centro-Sul do Paraná e maior inserção da população local na atividade.

Foram três as hipóteses levantadas para a elaboração deste trabalho. A primeira é que o turismo estaria realmente se desenvolvendo de forma pouco eficaz na região, já que a idéia de desenvolvimento precisa ser pensada de forma a contemplar a realidade local e a beneficiar sua população. A partir desta pôde-se passar para a segunda hipótese, de que seria possível melhorar a forma com que o turismo estava sendo trabalhado na região, de acordo com os recursos físicos, humanos e financeiros disponíveis. Já a terceira hipótese foi formulada com base no papel do Estado em relação ao desenvolvimento turístico da região, onde se coloca que os programas desenvolvidos pelo Governo Federal dão todos os subsídios necessários para que ocorra esse desenvolvimento.

Dentro das características da presente pesquisa, tendo seus objetivos e hipóteses formulados, pode-se afirmar que a dissertação foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, que possibilitou elaborar uma fundamentação teórica básica. Esta, por sua vez, orientou o levantamento de dados e a análise do que vinha sendo feito quanto ao turismo no Território Centro-Sul do Paraná e do que poderia ser implementado para auxiliar no desenvolvimento turístico da região, análise esta que surgiu como resultado do conhecimento adquirido ao longo da fundamentação teórica somado aos dados adquiridos na pesquisa de campo.

A seguir, a figura 1 mostra uma visão geral do fluxograma de desenvolvimento da presente pesquisa:

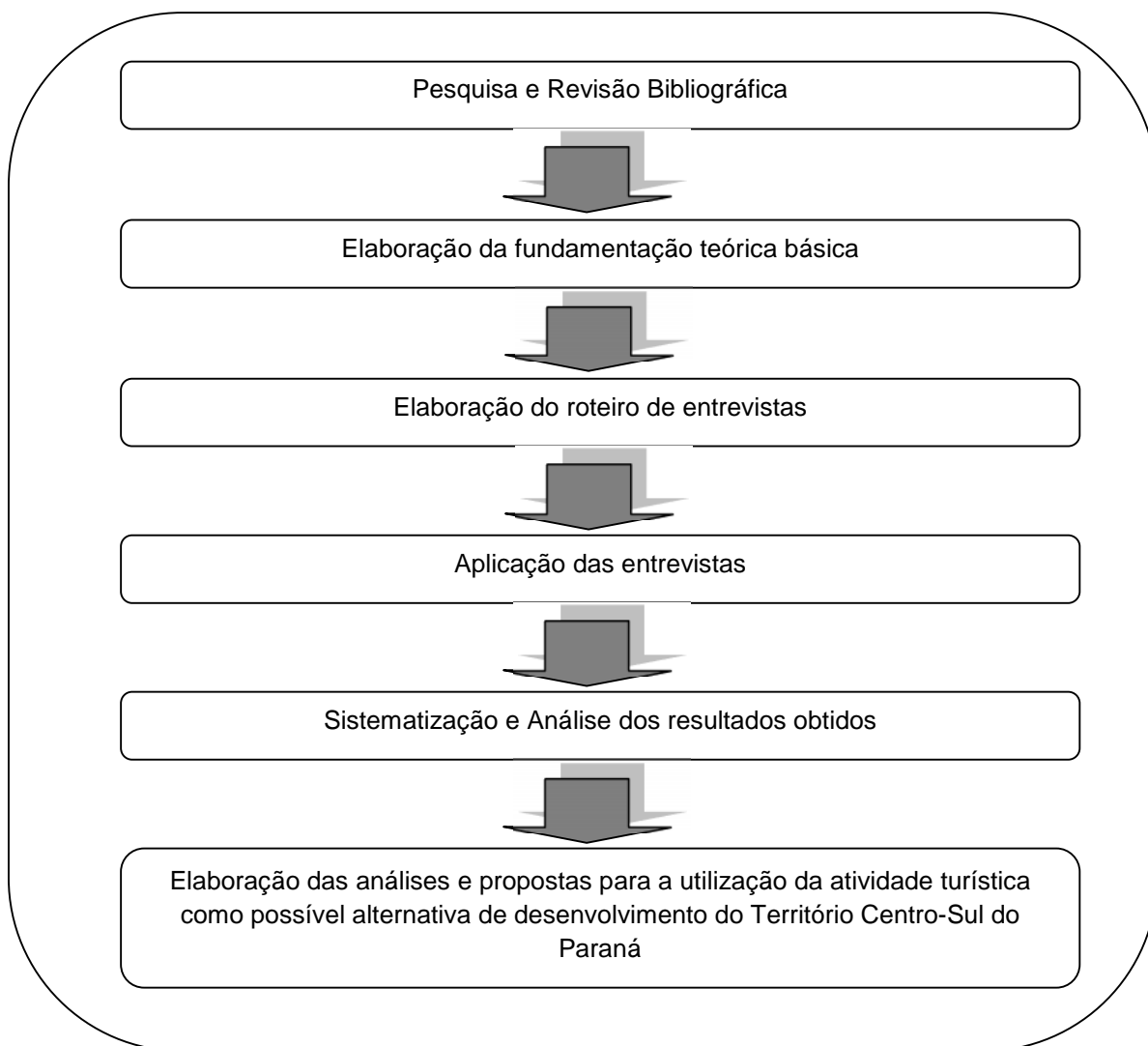


FIGURA 1 - FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Analizando-se o fluxograma colocado acima, nota-se que foi seguido o método hipotético-dedutivo. Lakatos e Marconi (1983, p. 79) afirmam que tal método “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual se formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos atingidos pela hipótese”.

Todas as reflexões realizadas sobre desenvolvimento regional, sustentabilidade, políticas públicas de turismo, caracterização da região, entre outros, deram suporte para, junto com as percepções levantadas nas entrevistas, testar as hipóteses levantadas e colocar a teoria em contato com a realidade prática, em uma região em que ainda há lacunas na construção de sólido conhecimento de seu planejamento em nível regional.

A seguir se apresenta uma descrição de cada etapa colocada na figura 1, que também serve para detalhar como se utilizou o método hipotético-dedutivo:

Pesquisa e Revisão Bibliográfica: Foram realizadas pesquisas bibliográficas em diversos campos do conhecimento relacionados com a problemática da dissertação, destacando-se as áreas do turismo, geografia, administração pública, planejamento regional e legislação. Foram consultados os acervos de diversas bibliotecas, *sites* da internet (bem como artigos científicos extraídos da mesma) e acervo específico dos municípios pesquisados.

Elaboração da fundamentação teórica básica: Com as informações adquiridas na etapa anterior, foi possível elaborar uma fundamentação teórica básica que oferecesse um importante suporte para o levantamento, análise dos dados levantados e elaboração das propostas para a utilização da atividade turística como um dos vetores de desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná. Esta fundamentação foi dividida em três capítulos (os de número 2, 3 e 4): “Conhecimento geográfico como instrumento de reflexão sobre o Território Centro-Sul do Paraná”, “Turismo como fator de desenvolvimento regional”, e “Território Centro-Sul do Paraná”.

O capítulo 2 possui a função de utilizar os conceitos e o conhecimento mais específicos da área da geografia para dar suporte teórico para a dissertação. Conceitos como o de região, espaço e território, que são utilizados ao longo da dissertação, foram explicados de acordo com a visão da geografia, bem como a idéia de desenvolvimento regional.

No mesmo capítulo ainda se discute a situação atual do rural no Brasil (afinal, está sendo trabalhada uma região eminentemente rural, com características específicas que necessitam ter uma análise crítica mais aprofundada). Para isto, foram utilizados diversos autores que são referência na área, com destaque para José Graziano da Silva, engenheiro agrônomo especialista na questão agrária brasileira e teórico vital para um melhor entendimento sobre o rural no país.

Além disso, teoriza-se sobre como a distribuição socioespacial das atividades econômicas em uma região pode facilitar (ou entravar) o processo de desenvolvimento regional. Que atividades econômicas seriam melhores para regiões eminentemente rurais? Qual distribuição que estas poderiam ter na região para facilitar o desenvolvimento da mesma como um todo, diminuindo o êxodo rural?

O capítulo 3 cumpre a função de apresentar o turismo como uma atividade com grande potencial de promoção do desenvolvimento (em seus mais diversos aspectos) de uma região como um todo. Este capítulo também possui a função de mostrar como que o turismo é trabalhado de forma regional no Brasil, apresentando-se as políticas públicas federais existentes relativos à atividade.

Já o capítulo 4 tem a função de oferecer ao leitor uma análise da realidade do Território Centro-Sul do Paraná, utilizado como estudo de caso para a dissertação. Por meio do levantamento histórico da região, sua caracterização geográfica, análise de seu perfil sócio-econômico e da forma como o planejamento do turismo é feito (bem como o estágio que se encontra a implantação das políticas públicas descritas no capítulo 3), esse capítulo dá ao leitor a capacidade de compreender a realidade da mesma, com características tão diversas da constatada em outras regiões do Estado do Paraná.

Elaboração do roteiro das entrevistas: A técnica de pesquisa utilizada para o presente estudo foi a observação direta intensiva. Esta técnica, segundo Lakatos e Marconi (2005, p. 192), “é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista”.

No caso da observação, foi realizado o que Lakatos e Marconi (2005) chamam de “observação participante natural”, que consiste na participação real do pesquisador com a comunidade a ser estudada, se incorporando ao grupo e pertencendo a este. Ou seja, ficar tão próximo quanto um membro do grupo que se está estudando e participar das atividades normais do mesmo.

Entre os anos de 2006 e 2007 foi realizado um trabalho pelo autor que consistiu no desenvolvimento de ações de forma regionalizada em relação ao turismo no Território Centro-Sul do Paraná. O mesmo foi feito em conjunto com o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná (AMCESPAR) e Agência de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná (ADECSUL), governança legalmente instituída para o trabalho regionalizado com o turismo na região. Os locais em que o autor ficou alocado foram o Instituto Os Guardiões da Natureza (ING), em Prudentópolis, e a sede da regional de Irati do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR).

O objetivo desta vivência foi o de colher o maior número de informações possíveis sobre o turismo e a forma como este estava sendo trabalhado, não

somente de forma regional, mas no âmbito dos municípios que formam o Território Centro-Sul, a fim de entender as virtudes e problemas da atividade na região.

Esta vivência na região foi de suma importância para a escolha dos assuntos tratados na presente dissertação, bem como os autores trabalhados e enfoque utilizado. Graças ao contato direto do autor com diversas ONGs atuantes na região, agentes locais do turismo, empresários, secretários municipais, prefeitos e comunidades tradicionais, gerou-se um conhecimento que se encontra diluído ao longo do presente trabalho (tanto nos capítulos teóricos quanto no empírico), o que mostra que todo o processo de elaboração do mesmo foi resultado e teve influência direta da vivência de campo do autor.

A segunda técnica característica da observação direta intensiva é a entrevista, que consiste no “encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 197). As mesmas autoras ressaltam que este é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Foram realizadas entrevistas não-estruturadas, nas quais o entrevistador tem a “liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 199). Com isso, neste trabalho teve-se como explorar mais amplamente as questões referentes ao turismo e ao desenvolvimento regional no Centro-Sul do Paraná. Dentro deste tipo de entrevista, foi realizada a modalidade de entrevista focalizada, onde “há um roteiro de tópicos relativos ao problema que se vai estudar e o entrevistador tem liberdade de fazer as perguntas que quiser” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 199), sondando razões e esclarecendo pontos que por ora apareçam.

Aplicação das entrevistas: Foram entrevistados o secretário-geral da AMCESPAR e os presidentes da ADECSUL e do Conselho Gestor do Território Centro-Sul, responsáveis em gerenciar o turismo na região e conhecedores da realidade da mesma. A escolha dos entrevistados se deu pela importância que as instituições que eles representam exercem em relação ao desenvolvimento turístico na região, além do comprometimento destes com a atividade turística. Além disso, a própria fundamentação teórica realizada contemplou questões levantadas pelos mais diversos órgãos que também trabalham o turismo na região (figura 16) e que

não foram alvo das entrevistas específicas deste trabalho. A experiência do autor em relação ao funcionamento e à filosofia de trabalho destes agentes contribuiu para que tais questões fossem contempladas.

Sistematização e análise dos resultados obtidos: Os resultados obtidos nas etapas anteriores foram analisados e sistematizados de forma a verificar se seria possível utilizar o turismo como forma de desenvolvimento regional e se havia apoio e consenso por parte das diversas organizações atuantes no território. Além disso, foram levantados os principais entraves que inibiam a utilização da atividade turística como alternativa de desenvolvimento.

Elaboração das análises e propostas para a utilização da atividade turística como possível alternativa de desenvolvimento do Território Centro-Sul do Paraná: Para se elaborar esta etapa foram consideradas todas as informações levantadas, tanto pela fundamentação teórica quanto pela pesquisa de campo, sistematização dos resultados e experiência vivenciada pelo autor enquanto sujeito observador do Território Centro-Sul do Paraná nos anos de 2006 e 2007. Esta etapa possui como objetivo a apresentação de propostas para a utilização da atividade turística como vetor de desenvolvimento regional no Centro-Sul do Paraná, analisando-se até que ponto seria plausível utilizar esta atividade de forma a não impactar negativamente a região, de acordo com os preceitos da sustentabilidade.

Por meio destas etapas tornou-se possível analisar a veracidade das hipóteses levantadas e atingir os objetivos propostos, além de se constituir uma base teórica sólida em relação à realidade turística da região.

2 CONHECIMENTO GEOGRÁFICO COMO INSTRUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Neste capítulo são abordados alguns assuntos diretamente relacionados com a geografia e que serão analisados ao longo do presente trabalho. Primeiramente são enfocados os conceitos de região, espaço e território, conceitos esses que são base para os programas governamentais relacionados ao tema do presente estudo, como o Programa de Regionalização do Turismo e o Programa de Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Após esta explanação sobre tais conceitos básicos da geografia, são abordados alguns conceitos referentes ao desenvolvimento regional, assunto tratado em diversas áreas (inclusive a geografia). Com a exposição da opinião de diversos autores, tanto da geografia quanto de outras áreas do conhecimento, foram construídas algumas idéias fundamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento do turismo no Território Centro-Sul do Paraná.

Depois da exposição e explanação de algumas destas teorias de desenvolvimento regional, são abordadas questões sobre a distribuição das atividades econômicas dentro de uma região. Se o objetivo é o desenvolvimento da atividade turística em uma região tão marcada por contrastes, como é o Território Centro-Sul do Paraná, faz-se necessário que se busque conhecimento sobre como esta atividade pode se distribuir dentro desta região de forma a não entrar em conflito com outras atividades e a maximizar o potencial econômico existente na mesma.

Por último, são abordados aspectos sobre a questão agrária no Brasil. Como cerca de 48% da população do Território Centro-Sul do Paraná se encontra na zona rural (IPARDES, 2007) e grande parte dos atrativos turísticos da região também se encontra em áreas rurais, faz-se necessário um estudo sobre as características do rural no Brasil para entender tanto algumas características da população destas áreas quanto a relação que esta população possui com o espaço que ocupa.

2.1 ESPAÇO, REGIÃO E TERRITÓRIO COMO OBJETOS DE ANÁLISE PARA O PLANEJAMENTO REGIONAL

O presente estudo trabalha com um conjunto de conceitos da geografia objetivando legitimar o debate teórico-metodológico sobre o planejamento da área a ser estudada. Conceitos como espaço, região e território foram utilizados com o intuito de explicar determinadas relações que acontecem entre a população do Território Centro-Sul do Paraná com o local no qual vive.

Primeiramente deve-se deixar claro que espaço e região são conceitos bastante diferentes e não devem confundir-se. Lopes (2001, p. 29) coloca que:

O espaço pode definir-se a partir de um conjunto de dados econômicos localizados podendo as localizações ser dispersas, porque o que dá unidade ao espaço são as suas características e a natureza das relações de interdependência. A região tem de ser definida de forma mais restrita, não resultando as restrições de fatores associados à dimensão, mas a razões de contigüidade: os elementos que a compõem têm de localizar-se necessariamente de forma contígua.

Esta diferença básica em relação à dispersão que pode ocorrer no conceito de espaço em detrimento do de região ainda não explica plenamente o que vem a ser ambos, mas possibilita estabelecer um suporte para conceituá-los.

O termo espaço é comumente utilizado no cotidiano assumindo diversos significados que geralmente se afastam da idéia empregada na geografia. O espaço geográfico também assume diversas idéias, idéias essas que vêm sendo discutidas desde o advento da geografia como ciência e que ainda não convergiram para uma conceituação única.

O conceito de espaço, juntamente com os de lugar, paisagem, região e território, formam os cinco conceitos-chave da geografia e guardam entre si forte grau de parentesco, como explica Corrêa (2003, p. 16), pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre.

Será utilizada no presente estudo a idéia de espaço mais defendida pela geografia crítica, tendo Milton Santos como o nome mais representativo no Brasil. O mesmo é autor da idéia de um espaço como uma instância da sociedade, um fator social, comentando inclusive que “o espaço organizado pelo homem é como as demais estruturas sociais, uma estrutura subordinada - subordinante. E como as

outras instâncias, o espaço [...] dispõe de uma certa autonomia” (SANTOS, 1978, p. 145). Esse espaço socialmente produzido, interligado, ao mesmo tempo gerador e receptor de impactos e não necessariamente contínuo, é o que será utilizado no presente estudo. Destaca-se que esse espaço é utilizado pelos diversos grupos da sociedade que nele produzem, circulam, consomem e estabelecem as mais variadas relações.

Na linguagem cotidiana, costuma-se utilizar deliberadamente “região” para se relacionar, basicamente, dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. É empregada comumente, segundo Gomes (2003, p. 53), como “uma referência associada à localização e à extensão de um certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial”. Expressões como “a região mais rica”, “região montanhosa” ou “região da cidade” mostram que tal conceito é utilizado cotidianamente como referência a um conjunto de áreas onde há predominância de certas características em detrimento das demais.

Na geografia tal idéia se complexifica, em que se busca um conceito científico intelectualmente produzido, mesmo que, para isso, sejam herdados indefinições e usos diversos na linguagem comum. Juntam-se a essas características as inúmeras discussões epistemológicas sobre tal conceito e de que forma se dá seu uso na geografia.

Se o conceito de região pode ser considerado para uns como sendo uma entidade real, objetiva, concreta, que pode ser facilmente identificada, quase que uma região natural; para outros não é mais do que um artifício para classificação, uma idéia, um modelo que vai facilitar a análise permitindo diferenciar espacialmente o objeto de estudo (LOPES, 2001, p. 31). Para o presente estudo, se estipulou utilizar o primeiro conceito mostrado por Lopes, onde região está plenamente identificada e delimitada de forma real e concreta de acordo com critérios pré-estabelecidos pelos órgãos de planejamento.

Por este conceito de região ser mais comumente utilizado no presente estudo quando se faz referência ao Programa de Regionalização do Turismo, faz-se também necessário ressaltar o conceito utilizado pelo Ministério do Turismo (MTur) para que seja utilizado o termo “regionalização” no nome do referido programa. Neste caso, foi utilizada a idéia de “região turística”, conceituada pelo MTur (BRASIL, 2007c, p. 28-29) como sendo:

[...] o espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território. [...] É a base para planejamento e ordenamento da oferta turística existente e que rotas, roteiros e destinos podem constituir um produto turístico, que deve ser promovido e comercializado.

A regionalização a que se refere o MTur no referido programa diz respeito à transformação da ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, que seja capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local, regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada (BRASIL, 2004c, p. 11). Tal idéia exige que se assimile a idéia de território, já que propõe formas de coordenação entre os diversos atores sociais, agentes econômicos e representantes políticos atuantes no espaço delimitado em questão, espaço este aonde se dá a interação entre tais agentes e o meio no qual vivem.

Ao mesmo tempo se utiliza o termo “planejamento regional” em detrimento de “planejamento territorial”, apesar de a análise ser do Território Centro-Sul do Paraná. Isso ocorre devido ao próprio conceito mostrado de regionalização pelo MTur, onde se busca uma transformação da ação focada no município para um foco mais integrado entre os diversos municípios que possuam características e potencialidades similares e complementares. Mesmo que se utilize a expressão planejamento e/ou desenvolvimento regional, é necessário entrar no conceito de território, já que este é cada vez mais utilizado por diversos órgãos governamentais para colocar em prática suas políticas de desenvolvimento.

O conceito de território, largamente utilizado ao longo do presente trabalho, possui uma grande amplitude conceitual, podendo ter seu enfoque centrado nas mais variadas perspectivas. Haesbaert (2007, p. 40) agrupa estas diversas noções de território em quatro vertentes básicas: política (onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce uma determinada relação de poder), cultural (prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, onde o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido), econômica (ênfasis a dimensão espacial das relações econômicas, onde o território é visto como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital/trabalho) e natural (ênfasis as

relações entre sociedade e natureza, o comportamento do homem em relação ao seu ambiente físico).

Claude Raffestin, geógrafo suíço considerado um dos pioneiros na abordagem do território, analisa este conceito enfatizando seu caráter político em sua obra mais significativa, “Por uma geografia do poder”, escrito em 1983 (sendo traduzido para o português em 1993).

Nesta obra, Raffestin analisa o território baseando-se nas diversas relações políticas e econômicas existentes entre os indivíduos, grupos e instituições, relações essas marcadas pelo poder. O mesmo define território como sendo uma produção a partir do espaço, onde “a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Nota-se que é citado o conceito geográfico de espaço, sendo entendido como algo “anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço, ou seja, produz a partir do espaço.

Ressalta-se que esta análise de território de Raffestin se aproxima da forma como se apresenta o conceito de território do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agente governamental responsável pela criação dos chamados “Territórios Rurais”, dentre os quais o Território Centro-Sul do Paraná, objeto deste estudo. De acordo com o MDA, território pode ser definido como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (BRASIL, 2005b, p. 7-8).

Este conceito de território está diretamente ligado à identificação da população com o local no qual vive, sendo que esta se vê integrante e faz parte de uma relação simbiótica com seu território. Lopes de Souza, influenciado por Raffestin, resume o território como sendo “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (LOPES DE SOUZA, 1995, p. 78). O mesmo autor acrescenta que a ocupação do território é vista como “algo gerador de

raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sociocultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto” (LOPES DE SOUZA, 1995, p. 84).

O uso do conceito de território se torna bastante útil para mobilizar diferentes atores sociais em torno da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento de regiões rurais porque fomenta a explicitação dos “interesses, recursos e as habilidades sociais de que dispõem os atores, estimulando novas relações de cooperação entre eles, que podem levar à constituição de novos arranjos institucionais voltados à promoção do desenvolvimento” (BEDUSCHI FILHO, 2005, p. 11). Lopes de Souza (1995, p. 100-101) acrescenta ainda que o território deve ser “elevado a um plano de grande relevância também quando da formulação de estratégias de desenvolvimento socioespacial em sentido amplo, não meramente econômico-capitalístico, isto é, que contribuam para uma maior justiça social”. Este autor destaca, assim, a importância de se planejar o território de forma a contemplar diferentes áreas e não somente o crescimento econômico do mesmo, objetivo este que precisa ser perseguido por todos os agentes de desenvolvimento em âmbito territorial.

2.2 TEORIZANDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

De acordo com o que foi explicitado no item anterior, surge uma pergunta: como deveria ser feita a abordagem territorial em um processo de planejamento? Esta é uma questão que já foi tema de inúmeras pesquisas empíricas no Brasil e no mundo sendo que, no Brasil, há como maior exemplo o Programa Territórios da Cidadania, elaborado pelo MDA e que conta com ações articuladas de 22 ministérios federais (mais informações no item 3.5.3). Na tentativa de se buscar uma resposta para esse questionamento, tem-se uma importante contribuição de Schneider e Tartaruga (2004, p. 11-13):

A abordagem territorial do desenvolvimento pressupõe a ação sobre o espaço e a mudança das relações sociais nele existentes. Portanto, seus objetivos são, prioritariamente, instrumentais e práticos e, por esta razão, não se pode reivindicar ou reclamar das perspectivas ou abordagens territoriais por serem a-teóricas, pois foi exatamente com esta finalidade que

foram elaboradas. [...] Uma análise mais detalhada, mostra que o enfoque territorial é permeável às noções de governança (interação e regulação entre atores, instituições e Estado) e de concertação social ou coordenação de interesses de atores que transcorrem em um espaço determinado que é o território.

Por mais que se tente buscar soluções em diferentes referenciais e estudos empíricos para um melhor planejamento e análise do desenvolvimento no território a ser trabalhado, há a necessidade de se ter claro as características e peculiaridades locais, com o intuito de se moldar o processo de planejamento exatamente para a realidade que será encontrada. A mera replicação de experiências de sucesso em uma região pode simplesmente não funcionar em outras regiões, por não se considerar tais peculiaridades. Beduschi Filho (2005, p. 3) mostra que “o que prima em geral nas análises sobre desenvolvimento territorial é uma abordagem marcadamente normativa, em busca de lições e receitas que possam ser usadas de forma indistinta em diferentes situações.”

Baseando-se nestas colocações surgem novas perguntas: como se abordaria então essa idéia de desenvolvimento? O que seria o desenvolvimento para comunidades de caráter mais rural, como a que está sendo trabalhada?

Sobre esta dificuldade de se trabalhar o desenvolvimento, Esteva (2000, p. 61) coloca que não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano. Da mesma forma, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao pensamento e ao comportamento. Mostra-se assim claramente o uso indiscriminado desta expressão e a dificuldade de entender toda a complexidade que o significado da palavra “desenvolvimento” pode tomar.

Este autor finaliza seu raciocínio colocando que, para os países que fazem parte do grupo que se convencionou chamar de subdesenvolvidos (conceito formulado pelos próprios países ditos “desenvolvidos” para os dois terços da população mundial que não atendem os critérios formulados por eles sobre o que vem a ser desenvolvimento) “possam pensar em desenvolvimento – qualquer tipo de desenvolvimento – é preciso em primeiro lugar que se vejam como subdesenvolvidos, com o fardo total de conotações que o termo carrega” (ESTEVA, 2000, p. 61).

Ou seja, o desenvolvimento é um conceito, além de relativizado, demasiado amplo para ser simplesmente reduzido às idéias de crescimento econômico, como é

comumente confundido. As idéias de crescimento, evolução e maturação estão intrínsecas à idéia de desenvolvimento, de forma que “os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação” (ESTEVA, 2000, p. 64).

Segundo Lopes (2001, p. 289-290) existem dois grandes tipos de teorias de desenvolvimento regional, os que defendem um crescimento visto de fora da região, e os que defendem o crescimento visto de dentro. É importante salientar que ambos preocupam-se fundamentalmente com o crescimento econômico como base de um desenvolvimento regional.

Quanto ao primeiro caso, os tipos de teorias que pregam o crescimento visto de fora se baseiam no princípio de que toda e qualquer diferença entre regiões tendem a atenuar-se como resultado da transmissão do crescimento no espaço. Esse mecanismo se daria por um processo que:

[...] terá as suas raízes no comércio inter-regional: numa primeira fase, particularmente se as infra-estruturas de transporte e comunicações não se encontram suficientemente desenvolvidas, as relações comerciais decorrem na base das vantagens comparativas [...] onde a dificuldade de movimentação dos fatores e a sua diferenciação entre as regiões dará consistência; a especialização acontecerá então e com ela surgirão economias de escala na região menos desenvolvida a determinar produtividades mais elevadas; o aumento da captação do rendimento permitirá o aumento da poupança e o investimento, desencadeando-se assim o processo de crescimento. (LOPES, 2001, p. 290).

Esta teoria econômica é bastante controversa já que, da mesma forma que tal processo pode desencadear um maior crescimento econômico em regiões mais empobrecidas (graças às chamadas “vantagens comparativas” e maior especialização econômica), também pode gerar uma maior polarização em áreas mais ricas. Esta polarização ocorre graças à probabilidade de esta especialização econômica e aumento do dinamismo regional simplesmente não ocorrer, sendo que as poucas atividades de uma região mais pobre entrem num ciclo de depressão e não sejam geradas oportunidades de emprego em número suficiente. Conseqüentemente, poderá ocorrer êxodo, tanto de pessoas quanto de capital, para áreas mais desenvolvidas economicamente.

O segundo tipo de teoria diz respeito ao crescimento visto de dentro, que enfatiza as forças internas que podem desencadear o desenvolvimento. Lopes (2001, p. 292) esclarece, quanto a este tipo de teoria:

O sucesso do desenvolvimento ficará grandemente dependente da diversificação que seja possível introduzir na base, isto é, nas exportações, e das transformações internas que seja possível operar a fim de difundir os efeitos. Se isso não acontecer antes de se verificar exaustão dos recursos naturais que foram ponto de partida, a economia da região pode encaminhar-se para a estagnação que as modificações na estrutura da procura podem agravar. Daí que não devam maximizar-se os resultados potenciais da base, visto poder acontecer que as estruturas institucionais, sociais e políticas não permitam a formação de efeitos multiplicadores suficientemente fortes para levarem ao aparecimento de atividades novas, em grande parte dependente da distribuição do rendimento.

Prega-se assim que o desenvolvimento está fortemente atrelado à capacidade regional em diversificar suas fontes de renda e de utilizar os recursos naturais de forma a não exauri-los ou diminuir ao máximo o processo de exaustão, como forma de acentuar o processo de desenvolvimento. Nota-se também a importância que as instituições governamentais possuem nesse processo, já que estas possuem o poder e a responsabilidade de controlar os efeitos multiplicadores, citados por Lopes, com o intuito de fortalecer a economia de uma região e a justa distribuição desta renda gerada.

Este crescimento visto de dentro mostra-se ser mais propício para a região estudada que, apesar de enfraquecida economicamente, possui grande potencial para diversificação de sua economia graças, entre outros motivos, aos seus recursos naturais e aos grandes mercados consumidores que a rodeiam.

Nota-se que, além da questão do desenvolvimento regional, necessita-se observar o perfil da região que está sendo trabalhada. No caso de comunidades com perfil mais rural surgem algumas questões que são mais prioritárias do que em comunidades com características eminentemente urbanas, de forma que a idéia de desenvolvimento naturalmente se modifica. Peet (2007, p. 34), quanto a esta questão, acrescenta que:

Há necessidade de se repensar o projeto de desenvolvimento, ao invés de descartá-lo. [...] Democracia, emancipação, desenvolvimento, progresso são belos princípios corrompidos pela forma social adotada pela modernidade – quer dizer, capitalismo. O grande problema com a democracia é que esta nunca foi alcançada – em que sociedade as pessoas controlam diretamente as instituições básicas, os lugares (trabalho, família, vizinhança) nos quais passam a maior parte de suas vidas? Igualmente o problema com a emancipação é que esta se aplica aos privilégios de poucos ao invés de aos direitos de muitos. Da mesma forma, a deficiência do desenvolvimento repousa em seus objetivos limitados (uma abundância de coisas) e na timidez de seus meios (copiar o Ocidente).

Se o objetivo não é, como colocado, “copiar o ocidente” (no caso, as experiências de países desenvolvidos economicamente ou de locais com características diversas da região a ser trabalhada), nem ter um território com um desenvolvimento baseado somente em “relações capitalistas”, e muito menos que exista “poucos privilegiados”, como seria possível que tais características não se tornem correntes? E em áreas rurais, como ficaria esta questão?

Em se tratando de desenvolvimento rural, ressalta-se que existem diversas propostas de como alcançá-lo, variando seu conceito ao longo do tempo e de acordo com o espaço trabalhado. Apesar de todas essas variáveis, ressalta-se que nenhuma das propostas deixa de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como objetivo geral, como coloca Navarro (2001, p. 88). Este acrescenta que as diferenças surgem nas “estratégias escolhidas, na hierarquização dos processos (prioridades) e nas ênfases metodológicas. Além disso, certamente tais diferenças são fundamentadas em leituras de realidades distintas apontando objetivos igualmente distintos” (NAVARRO, 2001, p. 88).

Uma das alternativas na busca de um maior bem-estar de populações rurais é o advento do turismo. A atividade turística é uma atividade capitalista em sua essência, bem como uma atividade com grande capacidade de modificar a estrutura social de diversos tipos de comunidades. Se planejada sob um viés unicamente econômico, por exemplo, pode gerar sérias mudanças nas relações sociais intracomunitárias. “Na sua territorialização, o capital expropria muito mais rápido do que recria. Ou seja, a territorialização do capital é muito mais intensa que a territorialização do campesinato” (FERNANDES, 2001, p. 31). Da mesma forma, um planejamento voltado única e exclusivamente para os anseios da comunidade local pode gerar um produto turístico pouco convidativo à demanda e pouco operacionalizável economicamente.

A atividade turística pode ser uma alternativa de renda para quem se interessar em desenvolver esta atividade na propriedade rural ou junto à sua comunidade, podendo ser um fator de fixação do homem à sua terra, já que um dos problemas mais sérios que existe quanto às questões do campo no Brasil é exatamente o do êxodo rural, principalmente na região sul do Brasil, como será visto no item 2.4.

Graziano da Silva comenta que é perigoso criar “ilusões de que o mercado, por si só, tenha implementado um novo dinamismo sustentável no campo brasileiro.

[...] Inevitável é o êxodo agrícola o qual todavia pode ser, ao menos parcialmente, compensado com o crescimento da ORNA” (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 41). Dentre estas ORNAs (ocupações rurais não-agrícolas) podem ser incluídas as relacionadas ao turismo rural, que podem coexistir com as ocupações agrícolas.

Dessa forma, vê-se o quanto é importante um planejamento turístico que se baseie profundamente nas características locais e que possua um equilíbrio de ações para contemplar os diversos aspectos que a atividade impacta. Ou seja, para comunidades com características mais rurais conclui-se que, pela própria situação de fragilidade social que geralmente sofrem, um planejamento voltado para o desenvolvimento local torna-se prioritário, mas sem esquecer que estas comunidades estão inseridas em um mundo cada vez mais conectado. Esteve (2000, p. 71) coloca que:

Se o impulso é verdadeiramente endógeno, isto é, se as iniciativas realmente se originassem nas várias culturas e em seus vários sistemas valorativos, nada nos levaria a crer que dessas fontes necessariamente brotaria o desenvolvimento – seja qual fosse sua definição – ou até mesmo qualquer impulso em sua direção. Se seguida à risca, essa concepção conduziria à dissolução da própria noção de desenvolvimento, no momento em que ficasse evidente a impossibilidade de impor um modelo cultural único no mundo inteiro.

Ou seja, essa busca incessante pelo local, onde qualquer interferência externa é vista como indesejada, pode provocar um isolamento que não será interessante para uma sociedade que busca seu desenvolvimento, mesmo que com a manutenção de suas características. Em compensação, a importância do processo de desenvolvimento estar nas mãos da própria população não pode ser negligenciada. Logicamente, este processo de protagonismo dessas populações não se dará de forma fácil e sem percalços, como bem coloca Graziano da Silva (2001, p. 46):

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe em nível local; e quando existe, está restrita àqueles ‘velhos’ atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento do local. Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

A preparação dos atores para serem protagonistas do desenvolvimento de seu território torna-se necessária até mesmo para que a maioria não seja vítima dos “velhos atores de sempre”, lideranças que muitas vezes não defendem os interesses das comunidades que representam. É importante se atentar que “não bastam melhorias produtivas, econômicas e sociais se estas não forem acompanhadas de uma aprendizagem que permita que as pessoas sejam capacitadas para, ao final, ser incumbidas de assumir a responsabilidade pela sua continuidade” (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004, p. 19). Isto significaria romper com a “domesticação” provocada por essas lideranças e promover a participação para a emancipação, o que só é possível na medida em que o próprio processo de desenvolvimento progrida com base em formas de participação política substantivas.

A noção de território auxilia, assim, nesta conscientização da população quanto ao seu protagonismo, colocando em evidência a dimensão política que perpassa a atuação dos atores envolvidos no processo de discussão e definição dos rumos do processo de desenvolvimento de uma região, onde o desenvolvimento passa a ser entendido como um “processo de expansão de liberdades substantivas” (BEDUSCHI FILHO, 2005, p. 2). Salienta-se que, para que ocorra o amadurecimento do protagonismo social de uma dada coletividade, esta precisa assimilar a idéia que “gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no território” (LOPES DE SOUZA, 1995, p. 112).

Com esta noção de território e da forma como tal conceito pode auxiliar no processo de desenvolvimento regional tem-se um melhor suporte para se avançar na discussão sobre como a divisão socioespacial das atividades econômicas em uma região pode auxiliar nesse processo de desenvolvimento e no fortalecimento da noção de identidade da população local.

2.3 LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS NO ESPAÇO

Não é intuito do presente trabalho fazer análises sobre as teorias existentes sobre desenvolvimento e crescimento econômico, nem debater historicamente sobre dinâmica regional, mas deixar clara a importância que a relação cidade-campo possui na reestruturação socioeconômica regional e analisar como esta relação pode ajudar no debate sobre a distribuição espacial das atividades em uma região.

Nada se localiza, em princípio, ao acaso: as cidades, as estradas, as habitações, o comércio, entre outros, surgem por meio de um processo de decisão mais ou menos explicitado que, às vezes, pretende maximizar um valor, um rendimento ou uma utilização, ou então pretende minimizar esforços, despesas, custos, ou mesmo otimizar os benefícios gerados (LOPES, 2001).

Todo este processo de decisão na localização das mais diversas atividades é, no entanto, muito complexo, já que são vários os intervenientes no espaço de diversas naturezas (indivíduos, famílias, empresas, governos). Além disso, tais agentes possuem demandas específicas e atuam de forma variada, fazendo com que, se não houver um planejamento que regule tal ocupação no espaço, esta poderá ocorrer de forma caótica e desregrada.

Outro problema quanto à ocupação do espaço, relacionado mais a um aspecto econômico, diz respeito à localização, uso e distribuição dos mais diversos recursos para a população vivente de forma a suprir suas necessidades básicas. Ao mesmo tempo, é importante considerar também que, para isso, não sejam necessárias grandes operações logísticas e grandes efeitos negativos, tanto ambientais quanto sociais, econômicos e institucionais.

Além da logística, a própria escolha do que será desenvolvido se faz necessária, afinal é vital ponderar até que ponto as atividades econômicas que se queira desenvolver serão importantes para a ocupação e modificação do espaço. Quanto a esse ponto, Lopes (2001, p. 145) coloca que:

As concepções teóricas surgidas em torno do crescimento apoiaram-se pesadamente sobre a expansão da procura; mas esta, que legitimamente só deveria resultar das necessidades do consumidor, vê-se a maioria das vezes impulsionada pela oferta, se não exclusivamente pelo menos preponderantemente: a produção, cujo crescimento aparece ambiciosamente como objetivo maior, propõe-se não apenas estimular a

procura, mas determiná-la, conduzi-la, aumentá-la; e o sistema apóia o processo na certeza de que por aí se conseguirá mais aceleradamente o crescimento, o aumento da produção, o lucro. Simplesmente por esta via deixa de haver relação relevante entre crescimento e bem-estar até porque tudo vai orientar-se no sentido da criação de necessidades novas, de permanentes estados de carência [...].

Mostra-se assim como uma distribuição espacial das atividades socioeconômicas baseada somente no incentivo à produção, sem considerar a demanda regional e muito menos os reais anseios da população local, pode gerar uma situação em que o mero crescimento econômico na região não signifique também uma melhora no bem-estar de sua população.

Esta busca por um desenvolvimento baseado nos preceitos da sustentabilidade (que são mais bem analisados no item 3.3) de forma que as diversas atividades socioeconômicas sejam distribuídas de tal modo que beneficie o maior número de pessoas possível, é uma tônica que precisa ser planejada por parte dos promotores territoriais. Quanto a este ponto, Portuguez (1999, p. 32-33) acrescenta que:

Como processo, o desenvolvimento socioespacial deve ser pensado em sua totalidade, tanto pela academia, que deve adotar uma postura transdisciplinar, quanto pelos seus gestores, que devem operacionalizá-lo com base em um planejamento transectorial. Essa, na realidade, é a única forma de promovê-lo de forma realmente integrada.

Dessa maneira, vislumbra-se uma noção desse processo, que muito se distancia das conceituações tradicionais, em que o aspecto econômico figura como esfera principal de todas as ações. Questiona-se, também, a simplificação da idéia de desenvolvimento, quando considerada como somente superação do subdesenvolvimento, caracterizado comumente como sinônimo de pobreza e/ou poucos recursos para ampliação dos mecanismos de produção, que têm nas nações centrais do mundo capitalista os “modelos ideais” a serem copiados.

No entanto, quando se toma como base as considerações anteriores, vislumbra-se a possibilidade de se pensar o desenvolvimento como processo pertinente a cada grupo (de acordo com suas características particulares) na tentativa de superar os problemas que dificultam a conquista de melhores condições de vida.

Assim, chega-se de novo à importância de se planejar com foco nas particularidades da região, de forma a se pensar uma região em diversas escalas (do local ao global) e agir da mesma forma, com o intuito de se trabalhar a mesma de modo a contemplar suas múltiplas territorialidades.

Além disso, deve-se considerar o quanto a economia regional estará atrelada a este global e como se dará esta influência. Se por um lado deve-se ressaltar o

caráter único da região (o que requer que esta seja pensada em todas suas especificidades), por outro lado deve-se considerar sua vinculação às grandes estruturas de produção e regulação capitalista, focalizando também em uma perspectiva integrada com o global (PORTUGUEZ, 1999, p. 34).

Em regiões com caráter mais rural, necessita-se pensar nas diversas relações entre cidade e campo, de forma que ambas sejam contempladas no processo de desenvolvimento e sejam tratadas de forma conjunta e integrada no planejamento regional. Egler (2003, p. 215) acrescenta que a própria relação cidade-campo está no cerne do conceito de região. Este conceito, assim, define e particulariza essas relações cidade-campo.

O mesmo autor acrescenta que as regiões não se formam a partir da captura do excedente agrícola, ou seja, a região não criou a sua capital, mas é a cidade que forjou sua região (EGLER, 2003, p. 215). Com uma visão que contempla a cidade como sendo o centro que estrutura e integra territorialmente uma região, em seus diversos níveis de integração, Egler não diminui a importância que o campo possui para a região, mas o condiciona ao poder das cidades.

A forma como se distribui espacialmente tanto a população quanto as atividades econômicas é reflexo do impacto de duas forças opostas: as forças de aglomeração e as forças de dispersão (SILVA, 2004, p. 75). Assim sendo, discute-se quais as tendências que atuam no sentido de colaborar com a concentração populacional e econômica regional e quais tendências atuam no sentido de dispersar os mesmos. Silva (2004, p. 75) acrescenta que:

[...] o quadro espacial de partida para uma teoria do crescimento regional que considere o espaço, resulta da consideração da estrutura espacial pré-existente ao processo de crescimento, que cristaliza as escolhas de localização dos agentes econômicos realizadas no passado, contendo, por isso, um conjunto de lugares com capacidade real ou potencial de atração de população, de atividades industriais e de serviços, ou seja, a distribuição inter e intra-regional desses lugares é historicamente determinada.

As constantes de localização abrangem o conjunto de lugares já existentes, comportando três categorias principais: cidades que existem há muito tempo, cuja localização foi definida em função de fatores econômicos, políticos, religiosos ou fortuitos; lugares com significativa dotação de recursos naturais imóveis; e lugares situados na confluência de vias de transporte ou com vantagens naturais em termos de acessibilidade.

Estas constantes de localização possuem como intuito contribuir para a explicação da incidência espacial nos processos de concentração e difusão do crescimento econômico. Se a concentração de agentes econômicos é fonte de

rendimentos crescentes, nota-se que a concentração espacial se constitui em uma forma eficiente de organizar e distribuir os recursos produtivos de uma economia (SILVA, 2004, p. 76).

Vê-se que, de acordo com este modelo apresentado, há grande importância da dimensão urbana e suas aglomerações populacionais e econômicas no processo de crescimento econômico regional, já que a aglomeração destes agentes em um núcleo urbano funciona como fatores de retenção, organização e distribuição dos recursos produtivos de uma economia.

Apesar de facilitador, a existência de um núcleo urbano estruturado não é pré-requisito indispensável para o crescimento econômico regional. Mesmo que, embora os centros de decisão permaneçam fortemente centralizados em cidades consideradas pólos, as atividades produtivas podem ser desconcentradas, desde que haja conexões fáceis entre as unidades produtivas e os centros de gestão, além de disponibilidade de trabalho qualificado e base técnica adequada para as atividades econômicas locais (EGLER, 2003, p. 225).

A existência desta base técnica é vista como chave nos modelos de crescimento econômico endógeno. O conhecimento neste caso é visto como objeto de difusão instantânea perante todos agentes de um sistema econômico, desde que não existam barreiras jurídicas. Mesmo considerando o conhecimento como motor do aumento da eficiência e do crescimento econômico, sua difusão, no entanto, ainda não é um processo automático e democrático (SILVA, 2004, p. 79).

Desta forma, as condições que possibilitam efetiva apropriação de conhecimento por um número cada vez maior de agentes econômicos passam a ser parte relevante na explicação do desigual nível de crescimento econômico das diversas regiões. O Estado possui importante papel neste processo, como demonstra Egler (2003, p. 226):

Não é mais possível que as fronteiras de acumulação sejam abertas apenas pelos investimentos concentrados em grandes projetos, é necessária uma intensa cooperação entre as diversas esferas de poder para criar campos de atração para o investimento produtivo, garantindo desde as obras de infraestrutura até a formação e qualificação da força de trabalho. Isto não é possível sem uma forte participação e efetivo envolvimento das autoridades locais e regionais [...].

Além desta atuação entre as autoridades das diversas esferas de poder, ressalta-se a importância neste processo dos órgãos privados e comunidade local, conforme ressaltado no item 2.2.

O desenvolvimento regional endógeno foi uma abordagem que começou a ser estruturada em meados da década de 1970, onde a noção de espaço passou a ser uma variável estratégica deste desenvolvimento, tendo por objetivo articular estreitamente a abordagem territorial às dinâmicas de desenvolvimento regional (SILVA, 2004, p. 92). O mesmo autor acrescenta que:

A questão central passou a ser do desenvolvimento regional endógeno, que pressupõe o controle territorial das economias regionais visando o aumento da eficiência de todos os fatores produtivos, com sua estratégia baseando-se na utilização de pequenas e médias empresas, as quais devem surgir por iniciativa de agentes locais, de modo a possibilitar a retenção dos valores adicionados no contexto da própria matriz econômica territorial.

Este conceito de desenvolvimento regional, territorialista e endógeno, pressupõe que o desenvolvimento só é alcançado pela mobilização integral dos recursos de diferentes regiões para a satisfação prioritária das necessidades das respectivas populações. O argumento central é que o poder econômico funcional, sem um ente territorial, tende a acentuar as disparidades sociais e econômicas características do desenvolvimento polarizado (SILVA, 2004, p. 93).

Analizando a relação cidade-campo e considerando tal abordagem de desenvolvimento regional apresentada, Friedmann e Weaver (1981) propuseram uma solução chamada “agropolitana”, que conjuga áreas rurais e urbanas de forma a satisfazer as necessidades básicas de ambas as áreas e conducente ao desenvolvimento territorial. Estes autores baseiam suas teorias em quatro delineamentos fundamentais: as condições básicas para a realização deste desenvolvimento territorial, o marco territorial, a expansão da produção e o papel do Estado.

São três as condições básicas para o desenvolvimento territorial detectadas pelos autores: seletiva delimitação territorial (definição dos níveis relevantes de integração territorial, tanto local quanto regional e nacional), socialização da riqueza produtiva (apresentando-se principalmente sob a forma de terra e água), e igualdade de oportunidades para o acesso à base de acumulação de poder social.

Quanto ao marco territorial, é mostrado que as comunidades organizadas territorialmente são concebidas como sendo a interseção de três espaços abstratos: um espaço cultural comum (sendo necessário existir uma tradição de significados compartilhados, propiciando formação que sustente uma base sociocultural local do desenvolvimento), um espaço político comum (necessário à igualdade de oportunidades de acesso às bases do poder social, havendo a existência de instituições políticas sólidas que representem todos os atores sociais), e um espaço econômico comum (necessário à existência de um conjunto de atividades produtivas interdependentes que justifique a existência de políticas que visem integrar e potencializar esta base econômica).

O terceiro delineamento de Friedmann e Weaver (1981) diz respeito à expansão da produção, que possui como objetivo potencializar e dinamizar a economia territorial de acordo com cinco princípios correlativos: diversificação da economia territorial, o máximo desenvolvimento físico limitado pela necessidade de conservação (insere-se assim o caráter ambiental no desenvolvimento, seguindo preceitos da sustentabilidade), expansão dos mercados regionais e inter-regionais, orientação pelos princípios de autofinanciamento (estabelecendo condições que assegurem a formação de poupança), e promoção e aprendizagem social (ensinando o princípio que desenvolvimento não se importa de fora, mas se produz através do próprio esforço).

O quarto delineamento diz respeito ao papel do Estado neste processo, que é o de dar suporte e condições para o desenvolvimento dos três primeiros delineamentos.

Nota-se assim que o modelo agropolitano busca ser uma solução de caráter territorial para o desenvolvimento regional, onde os interesses do território devem se impor aos interesses funcionais. As pequenas e médias empresas ganham importância no processo de desenvolvimento, passando a ser consideradas os motores da dinamização do sistema econômico regional e representando um reforço na diversificação da estrutura produtiva.

A seguir tem-se uma breve análise da situação atual do rural no Brasil, característica marcante da região analisada no presente estudo. Essa análise possui como intuito verificar a aplicação dos conceitos aqui mostrados na realidade rural brasileira e, conseqüentemente, no Território Centro-Sul do Paraná, auxiliando no entendimento de sua formação socioeconômica.

2.4 O RURAL CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

Para se entender as dinâmicas sociais e as características presentes no Território Centro-Sul do Paraná é importante que se faça uma análise sobre a questão agrária no Brasil, em especial no Estado do Paraná. Esta análise dará suporte para que se entendam algumas peculiaridades da região e conflitos existentes na mesma, auxiliando a diagnosticar o histórico de seu desenvolvimento.

Uma das características mais latentes da estrutura agrária brasileira desde seus primórdios é a elevada concentração de terras. Enquanto algumas propriedades possuem grandes extensões de terra, um grande número de pessoas disputa exíguas áreas, que mal permitem ao produtor extrair o sustento de sua família.

Quanto a essa característica do rural brasileiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no documento intitulado “Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil”, coloca que:

Uma das maiores responsáveis pela persistência das iniquidades sociais no campo é a concentração fundiária, explicada tanto pelas raízes históricas do país, quanto pela insuficiência das políticas de reforma agrária e promoção da agricultura familiar.

A concentração fundiária no Brasil atingiu índices demasiadamente elevados, o que reforçou o caráter excludente do modelo de desenvolvimento agropecuário. A produção de subsistência foi sendo eliminada e os produtores expulsos para os centros urbanos, passando grande parte dos minifúndios a funcionar como moradia de famílias e não mais como unidades de produção, anteriormente dedicadas à agropecuária de pequena escala. (BRASIL, 2005c, p. 14).

Para se ter uma idéia da concentração da estrutura fundiária no Brasil basta citar que, apesar de 31,6% dos imóveis rurais no Brasil terem até 10 ha (hectares), estes representam apenas 5,7% da área total de imóveis rurais no país. Em contraponto, há um contingente de 0,8% dos imóveis rurais tendo mais de 2000 ha, sendo que estes correspondem a 31,6% da área total, segundo o Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário – NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 30). Mais dados sobre a distribuição de terras no Brasil estão na tabela a seguir:

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA TOTAL DOS IMÓVEIS RURAIS¹ POR CATEGORIA – 1998
(EM %)

Brasil e Grandes Regiões	Tamanho da propriedade				
	Grande ²	Média ³	Pequena ⁴	Minifúndio ⁵	Não- classificado
Norte	70,3	11,3	10,3	5,1	3,1
Nordeste	41,9	22,5	21,1	14,3	0,3
Sudeste	39,7	28,4	21,8	8,9	1,1
Sul	37,3	21,3	26,1	14,4	0,9
Centro-Oeste	73	17,5	6,7	2	0,8
BRASIL	57,4	19,2	14,7	7,5	1,3

FONTE: O autor (2009) baseado nos dados do NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 31). Apesar de o documento ser do ano de 2008, os dados são referentes o ano de 1998.

NOTAS: 1) O conceito de imóvel rural é definido pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como sendo o “prédio rústico, de área contínua, formado por uma ou mais parcelas de terra, pertencente a um mesmo dono, que seja ou possa ser utilizado em exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de sua localização na zona rural ou urbana do município, com as seguintes restrições: a) Os imóveis localizados na zona rural do município cuja área total for inferior a 5.000 m² não são abrangidos pela classificação de imóvel rural e não são objeto de cadastro. b) Os imóveis rurais localizados na zona urbana do município somente serão cadastrados quando tiverem área total igual ou superior a 2 ha e que tenham produção comercializada”.

2) Imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais (unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município considerando o tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar).

3) Imóvel rural com área variando entre 4 e 15 módulos fiscais.

4) Imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais.

5) Imóvel rural com área inferior a 1 módulo fiscal.

A estrutura agrária varia bastante entre as grandes regiões brasileiras. Nota-se, de acordo com a tabela 1, que a Região Sul possui menor concentração fundiária que as demais regiões, apesar de ainda possuir uma estrutura fundiária concentrada, onde as grandes propriedades se apropriam de quase 40% da área total dos imóveis rurais.

Esta menor concentração fundiária, juntamente com a região Nordeste, mostra uma característica fundamental no rural destas regiões: a presença marcante do trabalho familiar. Como coloca Graziano da Silva (1982, p. 36), “a sua participação é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis; ou seja, quanto menor a propriedade em termos de área e/ou valor da produção, maior é a importância do trabalho familiar”.

Além disso, nota-se que a propriedade baseada na agricultura familiar possui uma característica importante para o Brasil: produz boa parte da produção de alimentos no país. Segundo o MDA (BRASIL, 2008b, p. 5), a agricultura familiar é

responsável por cerca de 70% do alimento consumido pelos brasileiros, percentual este que se eleva a 89% no caso da cultura da mandioca e 75% no caso da cebola. Quanto à agricultura familiar, Graziano da Silva (1982, p. 37-38) coloca que:

A produção de alimentos no Brasil, exceto alguns casos particulares, não tem sido atrativa para o capital, na medida em que o mecanismo de fixação de preços a torna pouco ou nada rentável. A ela se dedicam pequenos produtores em geral, que são responsáveis pela maior parcela da produção. A pequena produção, conforme se vai inserindo na economia de mercado, passa a ter uma inferioridade cada vez maior em relação à grande propriedade, sendo obrigada a exigir maiores esforços dos que nela trabalham de modo a compensar essa situação desfavorável. Aumenta-se assim, na mesma proporção do atraso dos processos técnicos de exploração da terra, o prolongamento da jornada de trabalho e a incorporação de mulheres e crianças nas atividades agrícolas. Isso não resulta num melhor nível de consumo da família, mas geralmente reflete uma piora desse nível. Definindo-se por uma situação de extrema pauperização, o pequeno produtor revela, no seu padrão de vida, a violência do processo de expropriação a que está submetido.

Mostra-se assim toda a pressão exercida por pessoas e segmentos mais capitalizados e inseridos na lógica da economia globalizada em proprietários de pequenas extensões de terra. Estes, pela pouca inserção nesta lógica de mercado e pela constante diminuição de suas terras, se vêem obrigados a trabalhar cada vez mais, inserindo toda a família no trabalho da propriedade, gerando, entre outras conseqüências, uma diminuição na qualidade de vida dos mesmos.

Fatores como a forma de ocupação das terras (por meio de colonização, exploração, entre outros); políticas públicas na época de ocupação; facilidade de acesso às terras; proximidade com grandes centros consumidores, processadores ou exportadores; qualidade das terras, relevo e clima, ajudam a explicar tamanha diferença no tamanho das propriedades rurais nas diversas grandes regiões brasileiras e a grande dispersão espacial das mesmas (ACCARINI, 1987). Graziano da Silva (1982, p. 34 e 35) comenta sobre este assunto que:

Essa desigualdade adquire maior significado num contexto em que a terra se configura ainda como o meio de produção fundamental. [...]

Em síntese, são as grandes áreas que, quando não são mantidas inexploradas, geram as maiores rendas, o que vem a confirmar a importância da propriedade da terra como meio de acesso a outras formas de riqueza, no contexto brasileiro.

A importância da propriedade da terra qualifica, de um lado, o insuficiente desenvolvimento das relações capitalistas, apontando para a dificuldade que o capital apresenta de transformar o processo de produção. De outro, põe em evidência o caráter muitas vezes não-progressista e até mesmo parasitário de algumas das transformações que aí se realizam. É esse o

caso das grandes extensões de terras submetidas à especulação imobiliária, dos imóveis “vazios” à espera de valorização, dos investimentos em pecuária extensiva e outras formas de reservas de valor.

A constante diminuição das pequenas propriedades possui como conseqüência a perda ou diminuição de condições de plantio, o que gera perda na capacidade de capitalização de seus proprietários, aumentando o grau de empobrecimento rural. Muitas das ocupações com finalidade agrícola passam a não se sustentar, ocorrendo um aumento das atividades não-agrícolas, também chamados de ORNAs (Ocupações Rurais Não Agrícolas), conforme já mencionado anteriormente.

Outro fator que influencia o aumento das ORNAs é o fato que, apesar de atualmente a população rural brasileira estar estabilizada, e até mesmo com pequenos aumentos (exceto na região Sul, onde o êxodo rural ainda persiste em algumas localidades), houve um incremento no número de desempregados, inativos e aposentados que mantêm residência rural (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Mostra-se assim um crescimento das ORNAs no Brasil, com taxas de crescimento representando o dobro das taxas de crescimento populacional no país, conforme mostrado na tabela 2. Cerca de um terço da população rural economicamente ativa no Brasil trabalha em atividades não agrícolas, de acordo com o PNAD em 1999 (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

TABELA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL ENTRE 1981 E 1999

Emprego	Pessoas (em milhões)				Taxa de crescimento (em % ano)		
	1981	1992	1996	1999	1981-92	1992-99	1996-99
Urbano	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	1,7	1,4
Ocupados (b)	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	1,8	1,5
- agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	-1,6	-0,2
- não-agrícola	29,1	42,9	47	49,3	3,6	2	1,6
Rural	34,5	32	31,7	32,6	-0,7	0,2	1,1
Ocupados (b)	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	-0,2	2,1
- agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	-1,7	0,4
- não-agrícolas	3,1	3,5	4	4,6	1,2	3,7	6,1
TOTAL	119,7	145,4	154	160,3	1,8	1,4	1,3

FONTE: Graziano da Silva (2001, p. 39) baseado em tabulações das PNADs (pesquisas anuais por amostra de domicílios do IBGE) de 1981 e de 1992-99

NOTAS: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto pelo estado de Tocantins.

b) PEA (população economicamente ativa) restrita, que exclui os não-remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Dentre os vários dados apresentados na tabela acima se destaca o aumento da população rural entre os anos de 1996 e 1999 em cerca de 900 mil pessoas, sendo que cerca de dois terços deste crescimento foi proveniente de ocupações não-agrícolas, que obtiveram crescimento de 6,1% ao ano no mesmo período.

Nota-se assim que este aumento da população rural teve como principal responsável as ORNAs. Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos principais produtos do rural brasileiro, caiu numa taxa de -1,7% ao ano (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 39).

Segundo o NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 124), cerca de 33,8% dos ocupados rurais não-agrícolas estavam trabalhando na área de serviços, 25,3% na indústria, 16,8% no comércio, 9,9% no ramo de construção, 5,2% na área de administração pública, 4,5% na área de transportes e comunicação, e 4,4% em outras atividades. Cerca de 39,5% dos ocupados residentes em área rural na região Norte trabalham em empreendimentos não-agrícolas, número que diminui para 37,8%, 30,3%, 26% e 21% nas regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste, respectivamente (BRASIL, 2008b, p. 123).

A própria importância que ainda assumem relações de produção como a parceria e o arrendamento, além da propriedade baseada no trabalho familiar, mostram a debilidade das transformações capitalistas no campo no Brasil. Considerando-se o trabalho assalariado (temporário ou permanente) como sendo um dos indicadores do processo capitalista de produção, conclui-se que sua presença era minoritária (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 35). A própria existência do trabalho assalariado temporário, que representa um contingente de pessoas igual ou mesmo superior ao total de trabalhadores permanentes, pode ser considerado um indicador expressivo do processo de expropriação que marca a expansão do capitalismo no campo, como coloca Graziano da Silva (1982, p. 35-36), expropriação esta que ainda continua a ocorrer, como mostra a taxa de crescimento negativa dos ocupados agrícolas no Brasil entre 1992 e 1999 (tabela 2).

Outro ponto que contribui para a diminuição das ocupações agrícolas é o próprio esgotamento de áreas utilizáveis para tais atividades nas regiões Sul e Sudeste, principalmente. Somente 3% das áreas exploráveis para atividades

agrícolas no Sudeste ainda não estavam sendo utilizadas, número que sobe para 3,7% na região Sul. Essas porcentagens se elevam para 51%; 26% e 19,9% nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, respectivamente (BRASIL, 2008b, p. 46).

Como visto, o aumento das ORNAs, a maior mecanização na agricultura e o rareamento de áreas exploráveis para atividades agrícolas no Sul e Sudeste do país são tendências para os próximos anos no rural brasileiro. A isso se soma o menor nível de instrução da população de áreas rurais, conforme observado na tabela 3. Este menor nível de instrução ajuda a melhor entender a falta de perspectivas que agricultores que possuem pequenas extensões de terra e estão pouco inseridos na dinâmica do agronegócio sofrem. Pouca terra para plantar, poucas perspectivas de um futuro promissor e pouca instrução para buscar alternativas de renda são tônicas desta dinâmica que grassa o rural brasileiro.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPOS DE ANOS DE ESTUDO – 2006 (EM %)

Anos de estudo	Local de residência	
	Área Urbana	Área Rural
Menos de 1 ano	8	21,4
1 a 2 anos	5,7	12,6
3 a 4 anos	18	27,6
5 a 6 anos	12,5	14
7 a 8 anos	15,2	11,4
9 a 10 anos	7,6	4,6
11 a 12 anos	22,9	7,3
13 a 14 anos	2,9	0,4
15 anos ou mais	7,2	0,7

FONTE: Baseado nos dados do NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 31).

NOTAS: a) Pessoas com mais de 10 anos de idade

b) Exclui as pessoas com tempo de estudo não determinado e sem declaração.

Analisando-se a tabela acima fica evidenciada a grande diferença de escolaridade existente entre os que moram em áreas urbanas e em áreas rurais no Brasil. Enquanto cerca de 61,6 % da população rural com mais de 10 anos de idade possui 4 anos ou menos de estudo, apenas 31,7% da população urbana possuía esta escolaridade, ou seja, quase a metade do percentual. Quando se analisa a população com grau de escolaridade mais elevado a discrepância aumenta: apenas 1,1% da população rural possui 13 ou mais anos de estudo, número que se eleva a

10,1% considerando-se a população urbana, o que significa uma percentagem mais de 9 vezes superior.

O grau de escolaridade varia entre as grandes regiões, sendo que a média de anos de estudo da população de áreas rurais na região Nordeste mostrou-se como a menor (apenas 3,1 anos para homens e 3,9 para mulheres) dentre as grandes regiões do Brasil, enquanto na região Sul teve-se a maior média (5,2 anos para homens e 5,4 para mulheres), segundo o NEAD/MDA (BRASIL, 2008b).

Esta discrepância entre as grandes regiões brasileiras se mantém quando se considera o rendimento médio mensal nominal das pessoas residentes em domicílios rurais. Nota-se que há relação direta entre o grau de escolaridade da população e seu rendimento mensal, fato comprovado comparando os dados da tabela 3 com a da tabela abaixo:

TABELA 4 – RENDIMENTO MÉDIO MENSAL NOMINAL¹ DAS PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS RURAIS, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE – BRASIL 2006 (EM R\$ DE SET/2006)

Condição da atividade	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	BRASIL
Economicamente ativas	503	293	560	713	660	468
Ocupadas	506	295	562	715	663	470
Procurando trabalho	365	208	429	476	387	321
Desocupadas	225	93	262	236	171	174
Inativas	275	279	417	458	412	336

FONTE: NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 129).

NOTA: 1) São consideradas todas as fontes (salário, pensões ou outras formas de rendimento) das pessoas que têm rendimento.

OBS: a) Pessoas de 10 anos ou mais de idade.

b) Exclui as pessoas sem rendimento.

Segundo a tabela acima, nota-se mais uma vez a desigualdade regional característica do Brasil. Enquanto o rendimento médio mensal da PEA da zona rural da região Sul é de R\$ 713,00, o rendimento na região Nordeste chega somente a R\$ 293,00. A região Centro-Oeste aparece possuindo o segundo maior rendimento entre a PEA, em compensação ficou somente com o quarto maior rendimento entre a população desocupada. Exceto este item, a região Sul possui maiores rendimentos médios em todos os outros itens constantes na tabela 4.

Apesar de possuir um rendimento médio maior se comparado às outras grandes regiões, a região Sul aparece possuindo alta concentração média deste

rendimento mensal nas áreas rurais, sendo a segunda região com maior concentração no Brasil. Apesar deste fato, dentre as áreas urbanas e no geral a região Sul ainda possuiu a menor concentração de renda do Brasil, conforme a tabela abaixo:

TABELA 5 – ÍNDICE DE GINI¹ DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS COM RENDIMENTO, POR LOCAL DE RESIDÊNCIA – BRASIL 2000

Brasil e Grandes Regiões	Local de Residência		
	Urbano	Rural	Total
Norte	0,603	0,522	0,598
Nordeste	0,609	0,509	0,618
Sudeste	0,589	0,528	0,592
Sul	0,583	0,530	0,585
Centro-Oeste	0,634	0,581	0,633
BRASIL	0,602	0,535	0,608

FONTE: NEAD/MDA (BRASIL, 2008b, p. 139) baseado no Censo Demográfico do IBGE (2000).

NOTA: 1) O Índice de Gini, que varia de zero a um, é um indicador de igualdade ou desigualdade de uma distribuição. Quando igual a zero, significa a situação teórica da igualdade. Quando igual a um, ocorre a situação máxima de desigualdade. Portanto, quando se aproxima de um, significa que uma dada distribuição está se concentrando.

Como visto na tabela 5, nota-se que a região Sul aparece possuindo a segunda maior concentração de rendimentos dentre as grandes regiões do país. Este processo, na verdade, é resultado de anos de expropriações de pequenos produtores para médios e grandes produtores rurais. No caso do Paraná, Graziano da Silva (1982, p. 107-108) assim explica tal concentração:

[...] a propriedade de terra no Paraná encontra-se submetida a um grau de concentração considerado muito forte. Não obstante isso, a dinâmica das condições de acesso à terra, ou seja, da sua posse, indicam uma tendência ao aumento desse grau de concentração através da expropriação dos pequenos produtores que já têm uma precária condição de acesso à terra, quais sejam, os parceiros, arrendatários, pequenos posseiros e pequenos proprietários.

Além deste fato colocado, Graziano da Silva (1982) acrescenta também a grande quantidade de imóveis vazios (frutos da especulação imobiliária) e o alto valor bruto gerado nas médias propriedades paranaenses (em detrimento das pequenas) para explicar tal desigualdade de rendimento. Apesar de, via de regra no Brasil, as pequenas propriedades possuírem valor de produção por unidade de área maior do que as médias e grandes propriedades, no Paraná são as médias e

grandes propriedades que possuíam esse valor de produção maior. Ou seja, mesmo que no Paraná as propriedades rurais e a posse da terra sejam menos concentradas do que no resto do Brasil, a renda que a terra gera não o é (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 111).

Nota-se assim o quão complexo pode se tornar a análise do rural brasileiro, por sua diversidade (de culturas, de problemas, de formas de ocupação) e o quão necessário é a busca por soluções para esse meio. A questão agrária é um problema eminentemente político, refletindo até mesmo a necessidade de mudanças na estrutura de poder da sociedade brasileira como um todo.

Após tal análise feita sobre o rural brasileiro e o embasamento dado em relação às questões abordadas pela geografia, são mostradas a seguir questões sobre o turismo e como esta atividade pode auxiliar no desenvolvimento de uma região. Além disso, é importante destacar como esta atividade é trabalhada pelos órgãos públicos, contrapondo-se com o que é discutido na teoria e analisando-se também se esta teoria é considerada na formulação das políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil.

3 TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O turismo, por ser uma atividade capaz de influenciar direta e indiretamente a vida de toda uma sociedade, precisa de muita reflexão por parte de seus planejadores no tocante ao seu objetivo como atividade econômica e a forma como este será alcançado. De acordo com Cruz (2006, p. 338), diferentemente de outras atividades econômicas e/ou produtivas, o turismo possui duas características intrínsecas que o diferencia das demais: “uma das delas é o fato de o turismo ser, antes de qualquer coisa, uma prática social. A outra é o fato de ser o espaço seu principal objeto de consumo.” A mesma autora acrescenta que:

Partindo do pressuposto de que vivemos inseridos no contexto de um modo de produção capitalista e que o capitalismo é, por essência, concentrador de riqueza e gerador de exclusão social, o que cabe colocar em discussão são as reais possibilidades de o turismo efetivamente contribuir para reverter o quadro de profundas injustiças sociais, histórica e socialmente construído.

Considerando que a matéria-prima do turismo é o espaço, reconhecemos desde já um diferencial entre a atividade econômica do turismo e outras atividades econômicas, ou seja, teoricamente, todos os lugares são potencialmente turísticos já que a atratividade turística dos lugares é uma construção cultural e histórica. (CRUZ, 2006, p. 339).

A dificuldade de planejadores em diversos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento consiste exatamente em como fazer com que o turismo efetivamente ajude a reverter o quadro de injustiças sociais utilizando para isso um determinado espaço regional (lembrando que, de acordo com Cruz, todos os lugares são potencialmente turísticos). Apesar de teoricamente os lugares possuírem certo potencial para explorar o turismo, fatores como grau de atratividade, infra-estrutura montada, meios de acesso, entre outros, contribuem para se analisar se o desenvolvimento desta atividade é viável, em seus mais diversos âmbitos (econômico, social, político, ambiental).

A mera replicação de casos de sucesso e cópia do processo de planejamento de outros lugares não é uma solução que necessariamente seja a mais correta. Da mesma forma que cada região possui suas particularidades, a forma de se trabalhar o turismo e de se relacionar com sua população também será diferenciada. Baptista acrescenta que:

Se o turismo for entendido e assumido nas suas profundas e diversificadas implicações econômicas, sociais e culturais, ele deve ser tido adequadamente em conta numa determinada estratégia de desenvolvimento regional e/ou como factor negativo nas agressões ao meio ambiente, no desequilíbrio do mercado de trabalho, na exagerada utilização de infra-estruturas insuficientes, na procura conjuntural de bens de consumo de que não é possível providenciar abastecimento suficiente e atempado, na especulação de terrenos em prejuízo da agricultura e do urbanismo para habitação, etc. (BAPTISTA, 1990, p. 461).

Nota-se assim que a decisão de se desenvolver o turismo ou ampliar seu desenvolvimento atual em uma região deve ser estudada com muito cuidado, já que são muitas as variáveis que devem ser consideradas no processo de planejamento. Da mesma forma, é necessário que haja sensibilidade por parte da equipe de planejamento para analisar o grau de dependência que a região pode arcar com o desenvolvimento turístico regional, de forma a evitar tanto o subaproveitamento do potencial turístico quanto a excessiva dependência econômica da população nesta atividade.

De forma geral, há alguns objetivos que os planejadores buscam no processo de desenvolvimento turístico regional. Goeldner *et al.* colocam que este processo deve:

- 1 – Proporcionar uma estrutura para elevar o padrão de vida das pessoas através dos benefícios econômicos do turismo.
- 2 – Desenvolver uma infra-estrutura e fornecer instalações de recreação para visitantes e residentes.
- 3 – Garantir tipos de desenvolvimento dentro dos centros de visitantes e *resorts*, que sejam apropriados para os propósitos da área em questão.
- 4 – Estabelecer um programa de desenvolvimento coerente com as filosofias cultural, social e econômica do governo e do povo da área ou país anfitrião.
- 5 – Otimizar a satisfação dos visitantes. (GOELDNER *et al.*, 2002, p. 341, grifo do autor).

Mostra-se assim que, além de fazer toda uma análise por parte da oferta turística, ou seja, estudar e conhecer a região a ser trabalhada (e de que forma planeja-se desenvolver o turismo no local), deve-se considerar também a demanda turística, ou seja, contemplar o grau de satisfação que o visitante terá quando estiver na região. Sem o turista não há turismo, e se esse não usufruir um produto de qualidade em um determinado local provavelmente nunca mais voltará a fazê-lo.

Ao longo do presente capítulo são discutidas algumas questões referentes ao turismo e como esta atividade tem sido trabalhada. Tais discussões foram feitas com o intuito de buscar um modelo de planejamento turístico mais adequado nos

aspectos físicos, legais, econômicos, gerenciais, sociais e ambientais para a concretização dos benefícios que o desenvolvimento do turismo pode proporcionar na região analisada.

3.1 TURISMO E TERRITÓRIO

Trabalha-se na presente dissertação com a definição de território adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2007a, p. 1), já que o objeto de estudo, o Território Centro-Sul do Paraná, foi constituído de acordo com os critérios e as definições adotadas por esse órgão. Desta forma, discute-se o fenômeno turístico baseado nesse conceito, bem como a forma como deveria ser realizado o planejamento regional.

O turismo possui papel preponderante no (re)ordenamento de territórios devido ao grande número de relações socioespaciais que é capaz de provocar. O grau de (re)ordenamento será variável, de acordo com a intensidade e integração de todas estas relações em que o turismo interfere.

É pelo processo de consumo dos espaços pelo turismo que se gestam os territórios turísticos (CRUZ, 2000, p. 17). Coloca-se o conceito de território turístico exposto por Cruz (2000, p. 18), que considera que esse é criado a partir de um sistema de objetos que dê familiaridade ao novo sistema de ações trazido pela demanda social do turismo. Knafo (1996, p. 73) acrescenta que são “territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores”.

A forma como, e quanto, o território será apossado pelo fenômeno turístico depende basicamente de três “fontes de turistificação de lugares e territórios” (KNAFOU, 1996, p. 69-70): o turista, o mercado e os planejadores e promotores territoriais. Fatores sociais, econômicos e culturais, além dos atributos naturais do espaço em questão, influenciarão essas três fontes no processo de turistificação do território. Coriolano coloca que:

Muitos territórios passam a ser dominados pelo turismo por oferecer atrativos para a demanda e aos gestores e operadores turísticos oportunidade para alocarem seus investimentos e retirarem mais-valia dos

espaços, do trabalho humano. Os territórios são meio e produtos das relações de força e de poder produzidas para e pelo turismo, que se estabelecem de forma contraditória e articulada entre o lugar, a nação e o mundo.

O turismo materializa-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e das regiões. É pertinente ao local tanto quanto ao mundial, pois domina as relações sociais históricas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, aproveitando os recursos locais. Transfere o valor dos patrimônios culturais, das cidades, dos lugares e da população local para os turistas, enquanto objeto do olhar, do prazer e de desejo. Em função do turismo e do consumo dos espaços são produzidas diversas formas estruturais de paisagens e de negócios. No tempo em que os processos históricos seriam inoperantes, a técnica utilizada proporciona agilidade e capacidade de organização territorial. Para cada modalidade de turismo existe uma demanda espacial. (CORIOLANO, 2006, p. 370-371).

Como colocado, para cada modalidade de turismo existe uma demanda espacial. Cruz (2000, p. 17) coloca que diferentemente das paisagens urbanas, rurais e industriais, as paisagens turísticas não são caracterizadas por um sistema de objetos que lhe seja particular, específico, mas derivam da valorização cultural de determinados aspectos das paisagens. É papel do planejador ter a sensibilidade e competência de analisar a realidade do território e ver qual modalidade é a mais adequada para cada caso. Ressalta-se que, devido ao fato de o turismo interferir tanto nas relações socioespaciais de um território, esta atividade necessita, como toda atividade capitalista, de controle governamental e participação da sociedade em sua gestão.

Por não possuir grandes empresas do setor turístico em seu território, bem como ter atuação limitada de grandes operadoras turísticas, o Centro-Sul do Paraná se posiciona, por enquanto, em uma situação em que o turismo ainda não gerou grandes alterações na sua dinâmica territorial nem grandes modificações em seu espaço. Da mesma forma, não pode ser considerado um território turístico.

Quanto maior a integração à economia globalizada, mais cuidados quanto à atuação da mesma deverão ser tomados. Coriolano mostra um retrato quanto ao que pode acontecer com o turismo:

O turismo produz espaços estandardizados e controlados pelas redes mercantis transnacionais que dificultam o crescimento das empresas locais e regionais.

O turismo, enquanto negócio, visa à obtenção de lucros; ao mesmo tempo, desenvolvê-lo implica continuar a distribuição injusta da riqueza. Produz contradição ao se propor ao desenvolvimento local, preservar lugares, e proteger as culturas, obtendo, ao contrário, a transformação do espaço em mercadoria, massificação das culturas, atendendo as necessidades do que vem de fora em detrimento dos que ali habitam. Apesar de a expectativa

principal do turismo ser o lucro e concentrar riqueza e renda, também cria oportunidades de ganhos para trabalhadores e os lugares mais pobres. Assim, na contradição de que destrói e beneficia, o turismo pode ser visto positivamente tal como na perspectiva da tese, que ao incorporar a antítese, o seu “contraponto”, transforma-se em síntese, ponto e novamente contraposição da posição, marcando o processo evolutivo da sociedade. (CORIOLANO, 2006, p. 371).

Esta relação dialética colocada por Coriolano ajuda a explicar como o turismo atua no território, sendo caracterizado por seu caráter contraditório, onde a criação de novas territorialidades (síntese) é feita a partir da relação, conflito e incorporação mútua entre a situação inicial, ou seja, o sistema de objetos (tese) e seu contraponto (antítese), no caso, as modificações nas relações socioespaciais geradas pela atividade turística, o sistema de ações. A evolução do processo do desenvolvimento turístico no território se dá a partir desta dinâmica evolutiva, sendo que o poder público e eventuais instituições do terceiro setor atuam como mediadores e gestores desta dinâmica.

A partir dos comentários anteriores considera-se que ficou evidenciado como o turismo pode transformar um território em “território turístico”. Knafo (1996, p. 71) coloca, quanto às relações entre turismo e território, a existência de mais duas possibilidades distintas de relação além do “território turístico”: os “territórios sem turismo” e o “turismo sem território”.

No caso do “turismo sem território”, Knafo (1996, p. 72) cita como exemplo os “Center Parcs” desenvolvidos na Europa do Noroeste, que são equipamentos turísticos¹ que possuem seu próprio clima, localizados em lugares banais, escolhidos geralmente por estarem próximos a grandes centros emissores de turistas. Assim sendo, o “turismo sem território” é, segundo Knafo:

[...] um turismo que não procede de iniciativa de turistas [...] mas que resulta da iniciativa de operadores de turismo que colocam um produto no mercado; um produto certamente localizado, tendo alguma relação com o território, mas um produto que não é suficiente para produzir um ‘território turístico’, isto é, um território apropriado pelos turistas. Está-se então em presença de lugares de passagem, de território de outros, onde o turista só faz uma incursão ou até uma excursão. Frequentemente, é este ‘território’, impropriamente qualificado, que se planeja ‘por’ e ‘pelo’ turismo. (KNAFO, 1996, p. 72, grifos do autor).

¹ Segundo o MTur (BRASIL, 2007d, p. 126), é o conjunto de edificações e instalações indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e que existem em função desta. Compreendem os serviços e equipamentos de hospedagem, alimentação, agenciamento, transporte, para eventos, de lazer, etc.

Quanto ao “território sem turismo” seria aquele que não foi apropriado pelo turismo, ou seja, que não foi escolhido como destino pela parcela da população mundial que pratica o turismo. O turismo nestes territórios não existe como atividade econômica nem social. Apesar do crescimento da atividade turística e das empresas que trabalham com o turismo ao redor do globo, ainda há significativa parcela de lugares do mundo, bem como de pessoas, que não fazem parte do fenômeno turístico.

O Território Centro-Sul do Paraná, apesar de já possuir fluxo turístico (como analisado no capítulo 4), principalmente no município de Prudentópolis, ainda pode ser considerado como um território sem turismo. Apesar de algumas modificações pontuais em seu espaço provocadas pela atividade turística, pode-se afirmar que é um território no qual se situam alguns lugares turísticos isolados.

Assim sendo, como turistificar um território como um todo, ou mesmo lugares isolados? Como um território sem turismo pode se tornar um território turístico? Knafo (1996, p. 69-70), como já colocado, mostra três fontes de turistificação de lugares, sendo que a primeira diz respeito à existência de turistas e visitantes.

Um lugar que desperte interesse turístico por algum motivo e que começa a receber visitantes, mesmo que sem estrutura montada ou planejamento adequado, exemplifica esta primeira fonte de turistificação de lugares. Cruz complementa afirmando que:

Esta apropriação primitiva dos lugares por turistas pode ou não desdobrar-se em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessas localidades entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo. (CRUZ, 2000, p. 21).

O mercado é considerado por Knafo (1996, p. 70) a segunda fonte de turistificação de lugares. Esta se refere aos operadores do mercado turístico (como cadeias hoteleiras, multinacionais de parques de diversão, entre outros) que possuem poder (político, econômico) para criar seu próprio atrativo e gerar seu próprio fluxo de turistas. Este mercado possui o poder de promover e gerar fluxo turístico aonde antes não havia, já que a permanente necessidade de criação de

novos produtos turísticos² promove a expansão dos lugares turísticos e, conseqüentemente, dos produtos turísticos oferecidos aos clientes pelos agentes do mercado.

A terceira e última fonte de turistificação dos lugares colocadas por Knafo (1996, p. 71) diz respeito aos promotores e planejadores territoriais. É necessário que ocorra a intervenção da racionalidade para que haja a organização de um lugar turístico. Da mesma forma este lugar, ou mesmo um território como um todo, pode ser turistificado pela ação dos planejadores, por meio de estudos e critérios técnicos utilizados para maximizar os efeitos positivos da atividade turística, buscando a minimização dos negativos.

Por mais que esta terceira fonte possa parecer, num primeiro momento, a forma mais adequada para a turistificação de lugares, esta também não está livre de influências externas como, por exemplo, o próprio mercado ou diferentes tipos de pressões políticas que possam ocorrer.

3.2 TURISMO DE BASE LOCAL E DE BASE COMUNITÁRIA

Quando se propõe um turismo com base local sugere-se o desenvolvimento da atividade turística com preceitos contrários à racionalidade econômica hegemônica vigente no mundo dos séculos XX e XXI. Deixa-se de lado a idéia fordista de desenvolvimento, com sua incessante busca pela eficiência na conversão do trabalho em capital, na especialização máxima da força de trabalho e maximização nos lucros ano após ano (RODRIGUES, 2002).

A busca pelo desenvolvimento, em seu sentido mais amplo, de uma sociedade, se contrapõe ao de mero crescimento econômico. Rodrigues (2002, p. 59) propõe uma idéia de desenvolvimento onde “as necessidades humanas sejam atendidas desde o começo e durante todo o processo de desenvolvimento, ou seja, que o atendimento às necessidades não seja só a meta, mas sim o próprio motor do desenvolvimento”.

² É, segundo o MTur (BRASIL, 2007d, p. 125), o “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescido de facilidades, ofertado de forma organizada por um determinado preço. Rotas, roteiros e destinos turísticos podem se constituir em produtos turísticos, por exemplo”.

Estas idéias estão no cerne do entendimento do que vem a ser o turismo de base local, uma forma de se desenvolver o turismo que obedeça aos preceitos acima colocados e que busca valorizar o lugar (ou seja, abandonar soluções pretensamente consideradas universais e confiar na capacidade e sabedoria das comunidades locais na identificação dos seus problemas e na tentativa de soluções originais, com base na sua própria experiência e na de outros grupos similares) e dinamizar os recursos locais e regionais da comunidade (RODRIGUES, 2002).

Em relação a esta dinamização dos recursos, a atividade turística pode contribuir, e muito, para o aumento e a melhor distribuição do dinheiro trazido pelos turistas. Este processo demonstra o efeito multiplicador da atividade turística por toda a economia local e regional, efeito este demonstrado na figura 2:

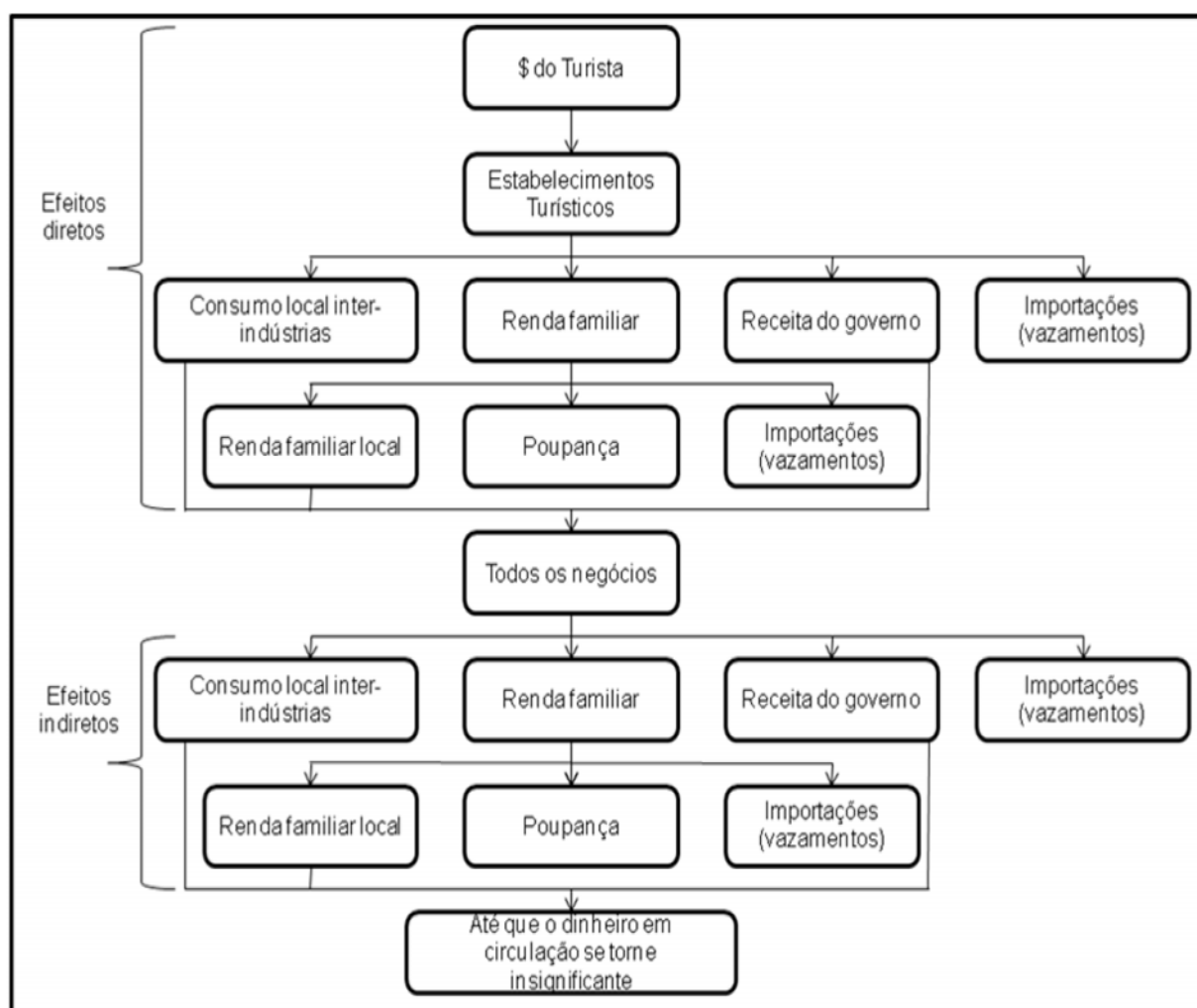


FIGURA 2 – GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PROVENIENTE DO TURISMO EM UMA COMUNIDADE
 FONTE: COOPER *et al.*(2007, p. 182).

A figura acima demonstra que as despesas dos turistas vão de forma inicial para os estabelecimentos turísticos que oferecem diretamente produtos e serviços aos visitantes. Esse dinheiro será gasto pelas empresas que o recebem, sendo que parte do mesmo deixará de circular na economia por meio de poupanças e/ou gastos com produtos e serviços externos (importações ou vazamentos) à economia analisada, como alimentos importados ou serviços prestados por indivíduos ou empresas localizadas fora desta economia.

A quantidade restante de dinheiro é utilizada para aquisição de produtos e serviços locais, pagamento de salários, pagamento de impostos, licenças e taxas ao governo, entre outros. Estes são os efeitos diretos do turismo na economia local.

Este dinheiro ganho pelo governo, estabelecimentos e seus colaboradores circula novamente na economia, exceto eventuais poupanças e importações, até o momento em que, após várias rodadas de despesas e perdas, a quantidade de dinheiro em circulação se torne cada vez mais insignificante. Estes são os efeitos indiretos que o dinheiro trazido pelos turistas provocam na economia.

Colocado desta forma, nota-se o potencial que o turismo possui de alavancar a renda de uma população. Só que os impactos que a atividade provoca são muito mais complexos do que somente o benefício econômico que pode gerar. Estes impactos serão analisados com maior profundidade no item 3.3.

Uma das relações mais delicadas que a atividade turística provoca diz respeito ao choque entre culturas acarretado pelo contato da população local com pessoas provenientes de outras regiões e com uma bagagem cultural diversa.

Nesse início de século XXI nota-se um aumento na complexidade da formação cultural do indivíduo e de toda a sociedade, que cada vez mais recebe todo tipo de influências, fato comprovado com o advento de novas tecnologias de comunicação que coloca em contato pessoas de diferentes lugares e culturas de forma praticamente instantânea, superando a fronteira espacial que os separavam. Dessa forma, influências externas acontecerão tanto com o advento do turismo quanto, muito provavelmente, se a mesma não se desenvolver na região.

Essas influências se darão de forma diferente, bem como a forma de contato entre estas culturas. A OMT (2003, p. 32) coloca que, culturalmente, com o advento do turismo:

Pode haver degradação do patrimônio cultural local e perda do senso de identidade cultural caso haja a comercialização e a modificação indevidas

das artes, do artesanato e das tradições locais. A imitação de alguns padrões comportamentais dos turistas, por parte dos jovens do local, pode acarretar a perda de valores e tradições culturais locais.

Pela complexidade que possui, os relacionamentos interpessoais que a atividade turística pode provocar precisam ser pensados pelo planejador de forma a dimensionar que tipo de turista é o mais adequado para a região, bem como os espaços a serem utilizados e como as características culturais da população autóctone podem influenciar ou serem influenciadas por estes visitantes. Cooper *et al.* (2007, p. 257) acrescentam que “o turismo pode gerar enormes benefícios socioculturais, assim como custos devastadores. O efeito final depende da responsabilidade dos vários participantes envolvidos, inclusive setores público e privado, turistas e população local”.

Outro conceito (além do turismo de base local) que surge quando se propõe o turismo como fator de desenvolvimento local diz respeito à ideologia do turismo alternativo³. Segundo Benevides (2002), o turismo alternativo formula representações sobre uma prática social concreta em que:

- a) O turismo rural e ecológico se inseriria dentro de uma lógica e de uma ótica de funcionamento opostas aos modelos hegemônicos de turismo, referentes às “tendências contemporâneas” dominantes, constituindo “novas territorialidades” possíveis, onde aflorariam outras subjetividades não decorrentes das formas de sociabilidade capitalista, ou seja, como empreendimentos sociais não agenciados pela lei de valor;
- b) A valorização turística da natureza é fundamentalmente consonante com uma visão moderna e urbana, mistificadora de algumas áreas do planeta, concebidas ainda como totalmente virgens da ação antrópica, que como tal precisariam continuar intocadas, porém contemplativamente visitadas. (BENEVIDES, 2002, p. 27, grifos do autor).

O mesmo autor conclui este raciocínio afirmando que:

Assim, o desenvolvimento local tem no turismo alternativo uma representação de mediação mitigadora entre globalização “desnaturalizante”/homogenizadora/excludente e desenvolvimento local conservacionista/ressingularizador/identitário/participativo. O local passa assim a ser referenciado não somente no sentido valorativo da escala espacial, mas como alternativa ao padrão dominante de desenvolvimento, um espaço que, por estar à margem desse padrão, preserva relações comunitárias pouco hierarquizadas, e enseja a continuidade de formas mais ambientalmente sustentáveis de produzir, submetidas às culturas de

³ Para Benevides (2002, p. 26-27), a ideologia do turismo alternativo vem a ser o advento da atividade turística como alternativa de desenvolvimento preservacionista em localidades cujo meio geográfico ainda seria preponderantemente natural.

intercâmbio material tradicional entre sociedade e natureza. (BENEVIDES, 2002, p. 27, grifos do autor).

Apesar de a idéia de turismo alternativo possuir um viés mais voltado para o turismo em áreas naturais, nota-se grande semelhança entre esse conceito e o de turismo de base local, principalmente na busca da valorização do local e de alternativas aos modelos hegemônicos de turismo. Na busca desta valorização do local e na transformação da comunidade em protagonista do seu próprio processo de planejamento turístico é que surge a idéia de turismo de base comunitária. SAMPAIO (2005, p. 29), quanto à importância deste conceito, coloca:

O turismo de base comunitária é um divisor de águas. Ele se baseia na relação dialética entre turista e comunidade receptora (e não na sobreposição de comunidade ao turista); ambos considerados agentes de ação socioeconômica e ambiental, repensando as bases de um novo tipo de desenvolvimento, regulando padrões de consumo e estilos de vida e de um conjunto de funções produtivas e sociológicas – regulando a oferta de bens e serviços e seus impactos ambientais.

Como colocado acima, é importante ressaltar que, apesar do fundamental papel da comunidade local no desenvolvimento turístico, é necessário que esta esteja em sintonia com os anseios da demanda turística numa relação dialética, onde ambos devam estar posicionados com o mesmo grau de importância.

Além das considerações acima, ressalta-se também que no turismo de base comunitária o próprio produto turístico resultante está relacionado às características da comunidade, fazendo com que o turista esteja imerso na realidade local, como coloca SAMPAIO (2005, p. 113):

O turismo comunitário não se limita apenas à observação ou, ainda, à convivência com as populações autóctones, mas consiste também no envolvimento com os próprios projetos comunitários. O turismo comunitário se aproxima de uma experimentação alternativa ao modo de vida consumista. Ele é, potencialmente, uma estratégia de comunicação social que possibilita experiências de planejamento para o desenvolvimento de base comunitária em curso, na qual a população autóctone se torna a principal protagonista, resgatando ou conservando seus modos de vida que lhe são próprias possam ser vivenciadas através da atividade turística.

Assim sendo, nota-se a importância de, quando se organizar uma atividade turística com tais características, atentar-se ao fato de se passar ao turista todo o conjunto de valores da comunidade a ser visitada, respeitando tanto a comunidade como um todo quanto os seus moradores individualmente.

Após tais considerações sobre o turismo de base comunitária, pode-se finalmente conceituá-lo de forma mais sucinta, como faz MALDONADO (2009, p. 31) que, apesar de utilizar outra nomenclatura da aqui colocada, passa idéia similar sobre esta nova forma de se pensar o turismo. Para ele:

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

É importante ressaltar que o sucesso do turismo em nível comunitário não significa ignorar a presença do Estado ou mesmo a mundialização do capital, ou seja, não significa desconectar tais realidades. Implica, contudo, “em redirecionar a política estatal para os interesses das economias populares, enquanto alternativa social mais ampla e continuada” (CORIOLANO e SILVA, 2007, p. 51). Ou seja, mostra-se a importância que o Estado possui na promoção e incentivo de tais tipos de experiências. Os mesmos autores complementam o raciocínio concluindo que “o turismo comunitário é uma estratégia de sobrevivência e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a ressignificação cultural” (CORIOLANO e SILVA, 2007, p. 51).

Mas de que forma a comunidade local pode participar da atividade turística, de acordo com os preceitos colocados? MALDONADO (2009, p. 34) estabelece seis modalidades de participação de uma comunidade na atividade turística, detalhadas no quadro 1, apesar de não significar que estas sejam as únicas formas existentes nem que a comunidade não tenha autonomia para adaptar qualquer uma das modalidades apresentadas.

Modalidade de participação comunitária na atividade turística	Funcionamento da modalidade
Autogestão do negócio turístico	Uma comunidade decide por iniciativa própria criar um negócio turístico mobilizando seus recursos patrimoniais naturais, culturais e humanos. Esta forma de autogestão implica na participação de seus membros em todas as fases da operação turística: planejamento, prestação de serviços ao viajante, promoção e venda do produto e gestão. Isso não

	exclui a contribuição de atores externos, que orientam seus recursos na formação de profissionais, complementam investimentos na infra-estrutura e equipamentos e reforçam na promoção e comercialização do destino.
Parceria de negócios com uma empresa privada	Um investidor e a comunidade assinam um contrato, legalmente aprovado, sob forma de uma parceria de negócios. Cada sócio contribui com uma parcela de bens de capital social, tais como territórios comunais, conhecimentos coletivos, capital financeiro, competências técnicas e experiência empresarial. A comunidade tem o direito aos lucros variáveis e, além disso, recebe uma renda fixa, mensal ou anual. Sua participação na gestão do negócio é progressiva, podendo alcançar cargos administrativos. No final de um período determinado, geralmente entre 10 e 15 anos, a comunidade torna-se proprietária do investimento e, também, está livre da renovação do acordo com seu parceiro, podendo separar-se do mesmo e de firmar parceria com outro.
Parceria comercial com operadoras de turismo	Uma operadora de turismo ou agência de viagens faz acordo com uma comunidade de enviar turistas com a obrigação de prestar atendimento durante poucas horas ou cuidar da estadia durante alguns dias na comunidade. Esta, por sua vez, recebe uma comissão por turista e recebe também pagamento pelos serviços prestados. Em alguns casos, a comunidade, que conserva a autogestão de seu negócio, tem a liberdade de fixar suas próprias tarifas diretamente com os turistas; em outros casos, é a operadora quem remunera a comunidade em termos dos serviços prestados. A operadora controla a promoção e a comercialização do produto e, conseqüentemente, o fluxo de visitantes. Para que a comunidade alcance os padrões de qualidade exigidos pela operadora de turismo, esta prevê o suporte de diversas formas: formação, assessoramento, empréstimos para investimentos na infra-estrutura e equipamentos, capital de giro para a fabricação de artesanatos, organização de eventos culturais, e etc.
Concessão de recursos comunitários em usufruto	Uma operadora solicita a uma comunidade o uso e o desfruto temporário dos recursos naturais de seu território e de alguns serviços culturais. Eventualmente, instala-se um acampamento, sem edificar uma infra-estrutura fixa. A título de compensação pela concessão comunitária para garantir a operação turística, a empresa privada se compromete a assumir algumas obrigações, tais como a prestação de trabalho temporário à comunidade, entregar alimentos ou uma quantidade de dinheiro, realizar investimentos na infra-estrutura da comunidade.
Trabalho assalariado para operários	Uma empresa privada se instala ou realiza atividades turísticas no entorno territorial de uma comunidade, em razão dos excepcionais recursos naturais e/ou culturais da região. Algumas famílias da região participam a título pessoal na operação turística fornecendo mão-de-obra assalariada e temporária para desempenhar atividades fora da comunidade, tais como cozinheiros, guias, motoristas, e etc.
Formas híbridas	Algumas comunidades têm optado por parcerias com operadoras privadas que trazem turistas e, ao mesmo tempo, proporcionam trabalho assalariado. As comunidades realizam investimentos próprios para prestar serviços de estadia, transporte fluvial, guias nativos e eventos culturais (bailes e demonstração de técnicas de caça, etc.). Simultaneamente, a comunidade aproveita as oportunidades de emprego geradas

	pela empresa privada, distribuindo-as entre os membros da comunidade através de um sistema rotativo.
--	--

QUADRO 1 – MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DE UMA COMUNIDADE NO TURISMO

FONTE: MALDONADO (2009, p. 34-36).

Ressalta-se que não há uma modalidade melhor que a outra, sendo que cada comunidade possui uma modalidade que mais se enquadra nas suas necessidades, de acordo com o que for diagnosticado no processo de planejamento da atividade turística.

Como se pode inferir sobre o que foi mencionado acima, o número de envolvidos no processo de planejamento de um turismo com base local e/ou comunitária pode ser bastante amplo, bem como os interesses que cada agente do processo possui, como mostrado na figura abaixo:

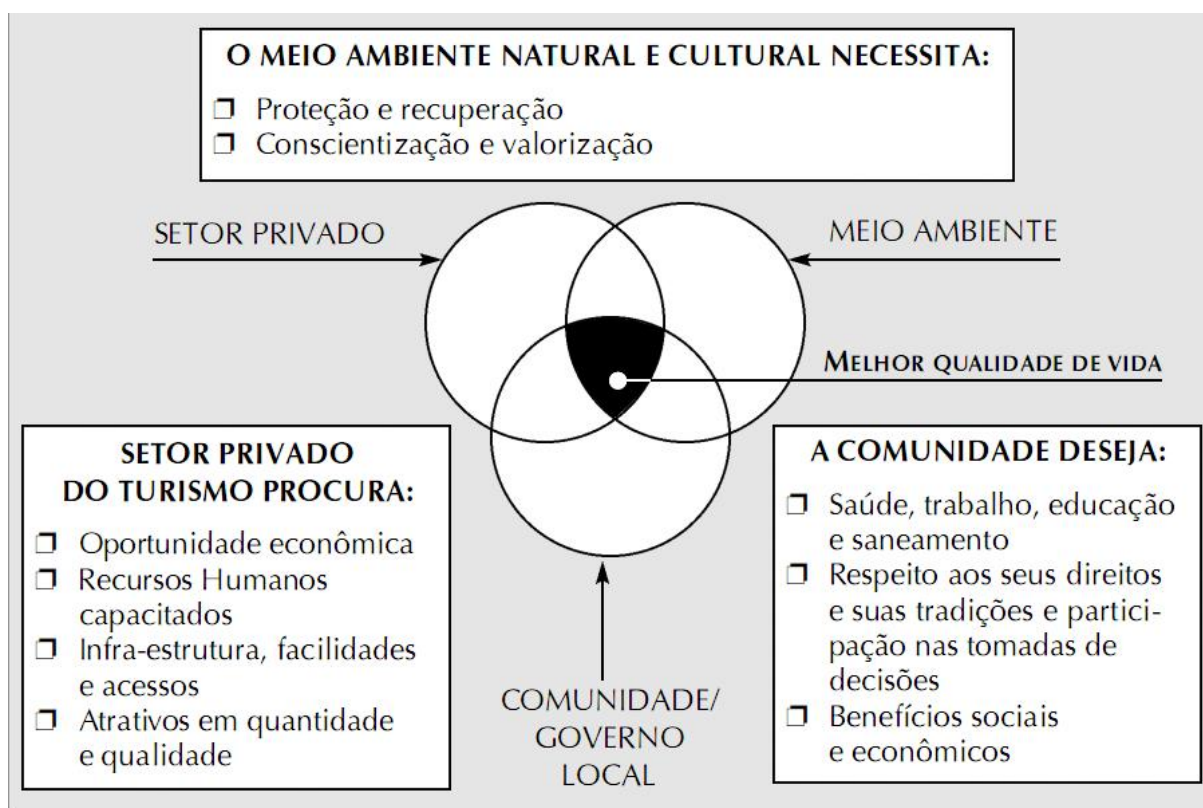


FIGURA 3 – INTERESSES DOS AGENTES SOCIAIS DO TURISMO

FONTE: WWF, 2003, p. 50.

Verifica-se na figura acima que a ação coordenada entre os setores público, privado, comunidade local e a relação destes com o meio ambiente que os cercam pode vir a ser decisiva na busca de um desenvolvimento que traga maior qualidade de vida para todos e que contemple as demandas levantadas.

Quando se trabalha com o turismo de base comunitária, além de se atentar para os conflitos culturais e atender aos anseios e expectativas das comunidades envolvidas, como já explicitado, há mais três características para se ponderar (WWF, 2003, p. 51). A primeira é a preocupação em ampliar os benefícios do desenvolvimento do turismo, fazendo o levantamento daquilo que existe ou necessita ser criado em termos de infra-estrutura turística, serviços e equipamento de apoio, além do montante de empregos e produtos locais como atividades preliminares essenciais para se otimizar o benefício econômico gerado pelos visitantes, especialmente no que se refere à diversificação da economia local.

A segunda característica diz respeito à adoção de uma visão de precaução, identificando os impactos existentes e a capacidade de carga natural e social, facilitando a adoção de medidas que minimizem o prejuízo causado à natureza e à comunidade e indicando a necessidade de novas estruturas ou serviços.

A última característica se refere a observar a acessibilidade como fator-chave do turismo. Algo a se destacar é o próprio uso que terão esses meios de acesso já que, por exemplo, estradas e acessos implantados em função do ecoturismo podem ser úteis também para escoamento de produção agropecuária local sendo que, da mesma forma, estradas tanto causam impacto a um determinado ambiente quanto aceleram o processo de ocupação desordenada nas áreas de entorno. Portanto, estradas e trilhas são necessárias, mas nem sempre desejáveis.

Como visto, não há uma única forma de se planejar o turismo sob os preceitos da sustentabilidade e valorizando o local, bem como não há apenas um conceito que trabalhe esta questão. Estas são formas de se trabalhar o turismo que ainda são muito recentes e/ou com exemplos muito esporádicos, se comparados com a forma hegemônica de como o turismo é trabalhado.

Qualquer que seja o conceito a ser seguido (turismo alternativo, de base local, de base comunitária) no processo de planejamento, sabe-se que, ao mínimo, a atividade turística estará sendo trabalhada respeitando as diferenças, valorizando o local e buscando a manutenção das características regionais (naturais e culturais).

Estas são formas de se trabalhar o turismo que, apesar da complexidade das características e interesses que podem ter que gerir, são as que mais se aproximam do conceito ideal de sustentabilidade, conceito este que será aprofundado e inserido na realidade do turismo no item a seguir.

3.3 TURISMO COMO FATOR DE (DES)ESTRUTURAÇÃO SOCIAL, CULTURAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA

O incentivo à construção de uma sociedade sustentável é uma das grandes dificuldades existentes para o poder público, que possui o desafio de transformar a teoria da sustentabilidade em ações práticas, que consigam modificar a visão do crescimento econômico a qualquer custo em detrimento, muitas vezes, do bem-estar local.

A divulgação em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), do Relatório Brundtlandt (também conhecido como “Nosso Futuro Comum”) que defende a idéia do “desenvolvimento sustentável” como um ponto de inflexão no debate sobre os impactos do desenvolvimento; não só reforça as necessárias relações entre economia, tecnologia, sociedade e política, como chama também a atenção para a necessidade de uma nova postura ética em relação à preservação do meio ambiente. Desta necessidade surge o conceito de desenvolvimento sustentável que, segundo o Relatório Brundtlandt:

É a atividade que harmoniza o imperativo do crescimento econômico com a promoção de equidade social e a preservação do patrimônio natural, garantindo assim que as necessidades das atuais gerações sejam atendidas sem comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. (BRUNDTLAND, 1987, p. 1).

A partir da divulgação deste relatório e, posteriormente, com a Conferência Eco 92, realizada no Rio de Janeiro e que reuniu dezenas de chefes de estado para discutir questões ambientais e a busca da sustentabilidade (termo este ainda muito recente), o meio ambiente passou a ter maior presença na pauta de discussões de governos, organizações não-governamentais (ONGs), empresas e sociedade em geral, como coloca Dias (1994).

Gerou-se assim uma maior preocupação quanto à necessidade da conservação do meio ambiente e dos benefícios que um planejamento sob os preceitos da sustentabilidade pode proporcionar para as gerações futuras. É preciso deixar claro que o princípio da sustentabilidade é definido como algo que vai além da dimensão ecológica, pois compreende também a melhoria das condições

econômicas e sociais das populações locais e, no caso do turismo, a satisfação dos visitantes (SILVEIRA, 2002).

Com o fortalecimento deste conceito no mundo, muitos órgãos governamentais passaram a basear o planejamento de suas ações sob seus preceitos (o que não significa que estes foram postos em prática), tendência esta também sentida no Brasil.

A base conceitual adotada pelo Ministério do Turismo obedece tais preceitos, sendo que, para este órgão, são quatro os princípios do desenvolvimento sustentável, que também serão os adotados neste estudo:

- a) Sustentabilidade ambiental: assegura a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos.
- b) Sustentabilidade sociocultural: assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo construir uma civilização mais igualitária, ou seja, com mais equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.
- c) Sustentabilidade econômica: assegura que o desenvolvimento seja economicamente eficaz, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras.
- d) Sustentabilidade político-institucional: assegura a solidez e continuidade das parcerias e compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. (BRASIL, 2007d, p. 20).

Esses quatro princípios precisam ser planejados de forma conjunta e possuem uma forte relação entre si. Quanto ao turismo em específico, Matheus *et al.* (2005, p. 3-4) colocam que, quando se pensa em sustentabilidade turística, devem ser observados as seguintes características: uso sustentável dos recursos naturais, manutenção da diversidade biológica e cultural, suporte às economias locais, envolvimento das comunidades locais, consulta ao público e aos atores envolvidos, capacitação de mão-de-obra, marketing turístico responsável, redução do consumo supérfluo e desperdício, e desenvolvimento de pesquisas.

Essas características de alguma forma estão contempladas dentro dos quatro princípios citados pelo MTur, sendo que o turismo pode influenciar tais princípios positivamente ou não, podendo tanto ajudar a estruturar quanto a desestruturar um território e as relações existentes no mesmo. Será estudado a seguir como o turismo pode fazer este papel de (des)estruturação de acordo com cada um dos princípios

da sustentabilidade. Os impactos positivos e negativos em cada fator de (des)estruturação do turismo são baseados nos princípios de sustentabilidade do Ministério do Turismo (BRASIL, 2007d) e nas proposições de Cooper *et al.* (2007).

3.3.1 (Des)estruturação ambiental

O meio ambiente é a base dos recursos naturais e culturais, sendo que qualquer atividade que se queira implantar (inclusive o turismo) depende tanto da qualidade quanto da proteção do mesmo em longo prazo. Já que é o meio ambiente da região que fornecerá todas as condições e influências que afetam o desenvolvimento de um grupo de seres (humanos, inclusive), é no mesmo que todos os aspectos para o desenvolvimento de uma atividade estarão inter-relacionados, como os aspectos éticos, sociais, políticos, culturais, ecológicos, tecnológicos.

Pode-se assim definir sustentabilidade ambiental como “a maneira de assegurar a compatibilidade do desenvolvimento com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, bem como da diversidade dos recursos” (BRASIL, 2007d, p.28). Assim sendo, como a atividade turística pode proteger (ou degradar) o meio ambiente e os recursos naturais nele existentes?

Antes de elencar os efeitos ambientais positivos, coloca-se uma ressalva feita por Cooper *et al.*:

A conservação e a preservação têm muito valor para os pesquisadores, ou mesmo para os turistas. Entretanto, se essas ações não forem consideradas importantes pelos moradores locais, é discutível o quanto elas podem ser consideradas como impactos ambientais positivos. Ao avaliarmos o valor líquido das atividades de preservação e conservação, devem ser levados em conta os custos de oportunidade associados a elas. (COOPER *et al.*, 2007, p. 211).

Obviamente a preservação ambiental de uma região pode não agradar a todas as pessoas viventes na mesma. Será que não gerará diminuição de renda local? Será que não impedirá, de alguma forma, a melhoria da qualidade de vida da população? Estas são questões que precisam ser ponderadas no processo de planejamento, sendo que nem sempre o que é positivo para um grupo será para

outro. Feitas tais ressalvas, são elencados a seguir alguns dos principais efeitos ambientais considerados positivos:

- Melhoria das condições ambientais do destino: a melhora e ampliação da infra-estrutura básica do local (saneamento, transporte, comunicações, saúde, entre outros) pode beneficiar tanto o turista quanto a população local. Constatada a vocação turística da localidade, pode-se solicitar empréstimos em programas como o PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo – do Governo Federal.
- Aumento nos investimentos direcionados à conservação e melhor manutenção do ambiente visitado: com a maior visibilidade e importância que determinado local adquire com seu caráter turístico, a cobrança de taxas, ingresso e venda de produtos relacionados ao atrativo podem ser destinados à melhor conservação do mesmo.
- Uso de tecnologias ambientalmente saudáveis para a adequada conservação do atrativo natural, ou seja, o uso de equipamentos e advento de serviços que contribuam para a diminuição de impactos ambientais na área.
- Conservação, proteção, preservação e recuperação de ambientes naturais: Quanto a esse ponto, o Ministério do Turismo coloca que:

O turismo pode agregar valor às áreas naturais, principalmente às Unidades de Conservação, como parques e reservas particulares, na medida em que esses ambientes são cada vez mais procurados pelos turistas. O poder público local e os empresários do setor tendem a investir em medidas de conservação, a fim de manter a qualidade e conseqüente atratividade dos destinos. Com uma visitação organizada e controlada, é possível utilizar de maneira sustentável as áreas naturais mais preservadas. Além disso, o turismo pode induzir ou estimular a recuperação de áreas degradadas, uma vez que a qualidade ambiental da área está se tornando pré-requisito para a escolha do local pelo turista. (BRASIL, 2007d, p. 48).

Assim, a partir do comentado acima, se evidencia que o turismo pode estimular a preservação de um local e ajudar no processo de captação de recursos para manutenção do mesmo. Da mesma forma que pode auxiliar na preservação do meio ambiente da área, a atividade turística possui também uma lista de conseqüências desastrosas que pode gerar. Os principais problemas ambientais que podem ser gerados pelo turismo são:

- Poluição: O turismo pode gerar aumento no fluxo de automóveis na região (aumento da poluição atmosférica), de pessoas em uma área natural

(poluição sonora e aumento na produção de lixo), de barcos e iates em ambientes aquáticos (lançamento de óleo na água, por exemplo), entre outros. Além disso, em regiões com infra-estrutura precária de saneamento, a destinação do esgoto gerado pelo aumento da demanda também é um grande problema.

- Ampliação da demanda dos recursos naturais: Com o desrespeito à capacidade de carga do local e prioridade aos apelos da demanda, o uso excessivo ou inadequado dos recursos pode alterar o equilíbrio ecológico do ambiente natural e também gerar poluição.
- Mudança de comportamento da fauna: Com o fornecimento de alimentação inadequada pelos turistas, por exemplo, a fauna tende a mudar seu comportamento na busca do alimento. Além disso, esse alimento pode causar complicações na saúde dos animais, sendo que a observação incorreta da vida selvagem pode ocasionar até mesmo o rompimento dos padrões normais de reprodução dos animais (OMT, 2003, p. 32).
- Vandalismo: A depredação dos ambientes naturais ou de sua infra-estrutura, aliada à coleta de lembranças do local visitado (plantas, flores, pedaços de rocha,...) pode causar alterações no equilíbrio do ecossistema.
- Ocultação da paisagem: com a construção de grandes empreendimentos, as paisagens tendem a se tornar exclusivas dos clientes dos mesmos. Estes locais causam descaracterização da paisagem e contrastes com a cultura do local.
- Sobreuso de dunas, danificando e erodindo tais paisagens.
- Pisoteamento e conseqüente quebra de corais. “Os danos aos recifes de coral causados por mergulhadores, âncoras de navios de cruzeiros [...] irão reduzir a diversidade e a população local de peixes e outras criaturas que podem se alimentar do coral” (COOPER *et al.*, 2007, p. 213), o que pode reduzir o número de pássaros, que se alimentam desses.

Deve-se observar que muitos fatores ambientais e, conseqüentemente, os impactos aqui colocados, são interdependentes e interligados, sendo que a desregulação do equilíbrio ambiental pode originar conseqüências desastrosas. Cooper *et al.* acrescentam que:

O efeito de qualquer perda na diversidade biológica é uma ameaça adicional à cadeia alimentar, podendo desequilibrar espécies e a formação do solo, e resultar em menor capacidade de absorção dos gases-estufa. Uma perda na biodiversidade também ataca a capacidade da natureza de suportar os choques naturais causados por secas, terremotos, enchentes e furacões. Por fim, ela diminui o prazer que os turistas gozam ao visitar os locais turísticos, ao reduzir a variedade e a riqueza da flora e da fauna disponível. (COOPER *et al.*, 2007, p. 213).

A preocupação e o cuidado no planejamento quanto ao meio ambiente são necessários para que os impactos negativos apresentados aqui sejam minimizados ao máximo, ao mesmo tempo em que não prejudique a vida da comunidade local e maximize a experiência do visitante na região.

3.3.2 (Des)estruturação sociocultural

A busca pela melhoria da qualidade de vida e redução dos níveis de exclusão social por meio de uma distribuição mais justa da renda e dos bens (BRASIL, 2007b, p. 35) tem que ser a tônica do planejamento para a busca da sustentabilidade sociocultural. A utilização do turismo na busca deste fim pode ser útil, já que a atividade pode gerar:

- Maior valorização do patrimônio histórico e cultural: Com o aumento do interesse turístico nessas áreas aumenta-se o interesse na preservação dos mesmos (monumentos, edifícios, lugares históricos).
- Preservação e incentivo aos costumes locais: Valorização do folclore, artesanato, gastronomia, manifestações artísticas, entre outros, que, além de valorizar os costumes do povo, melhora a experiência do turista na localidade.
- Aceleração nas mudanças sociais benéficas para a comunidade. Essa característica varia de comunidade para outra, já que o que se considera positivo é variável de acordo com cada localidade. Uma maior tolerância às diferenças e fomento a valores voltados à igualdade de direitos, por exemplo, podem ser consideradas mudanças sociais benéficas.

Como explicitado no item 3.2, o turismo também pode afetar a cultura de uma sociedade de forma irremediável. Estes impactos podem ter conseqüências sérias, como as expostas a seguir:

- Aumento da exploração do turismo sexual: Não é novidade a existência de viagens de turistas voltadas ao desfrute de experiências sexuais casuais em diferentes lugares, geralmente em regiões periféricas aos grandes centros do capitalismo mundial. O crescimento desta prática possui grande rede de facilitadores, de bordéis a funcionários de grandes hotéis, inclusive tendo casos de incentivo à prostituição infantil. Cooper *et al.* (2007, p. 251) colocam que “muitas pessoas que saem de férias tendem a se comportar como se tivessem acabado de ser libertadas de uma longa escravidão. Elas se permitem a hábitos que não são nem um pouco saudáveis”, sendo o contágio de doenças sexualmente transmissíveis um resultado possível. Em comunidades carentes, o apelo pelo “dinheiro fácil” gerado pelo turismo sexual pode incentivar muitas mulheres a apelar para a prostituição e, conseqüentemente, desestruturar todo um conjunto de valores já estabelecidos pela comunidade do local. Um exemplo é a Tailândia, onde houve aumento da prostituição diretamente provocado pela inserção do país como destino turístico internacional, muito pelo exotismo de sua cultura, se comparada com a de países do ocidente.
- Aumento da criminalidade: Apesar de difícil de ser estabelecido, o vínculo entre turismo e criminalidade se torna evidente pelo fato de que a presença de uma grande quantidade de pessoas (geralmente com ganhos econômicos maiores e desconhecedoras da cultura local) oferece uma maior abertura a atividades ilegais, como roubo, tráfico de drogas, entre outros atos ilícitos.
- Exclusão social: O advento do turismo pode se limitar a gerar benefícios para grandes empresas da área, que exploram a região e obtêm lucro. A remoção de uma comunidade de um local para a construção de um grande *resort* é um exemplo deste fenômeno. O morador da comunidade removido de seu território é desterritorializado, e buscará se reterritorializar em outra região, com todas as conseqüências que esta mudança de região pode gerar, como conflitos culturais com outros povos já estabelecidos no local. O processo de compra de terras por especuladores externos provoca um processo onde o habitante local se vê levado a se desfazer de sua terra e procurar outro lugar para morar, podendo gerar êxodo rural.
- Mercantilização da cultura local: A demanda turística pode provocar alterações e mesmo a destruição do significado das tradições e festas locais.

Cooper *et al.* (2007, p. 253) colocam que os turistas “tendem a ter horários e expectativas diferentes daqueles dos residentes, e isso pode resultar na alteração de rituais religiosos e costumes tradicionais étnicos para que se tornem adequados aos desejos dos turistas”. A encenação de eventos que um dia já foram característicos da cultura local pode gerar uma “autenticidade encenada”, gerando conflito na idéia de cultura das populações locais.

- Danos culturais, econômicos e ambientais podem resultar em tensões sociais: A alteração nos costumes e na paisagem local, além da força do poder econômico externo, pode gerar revolta e protestos por parte da população, que pode se tornar um fator contra o desenvolvimento do turismo na região.

Há uma ampla variedade de formas pelo qual o desenvolvimento da atividade turística pode influenciar na cultura de uma localidade, sendo que é fato que muitas vezes os impactos socioculturais não recebem a devida atenção dos pesquisadores e planejadores turísticos. Pela complexidade de culturas que podem se encontrar por meio do turismo e as múltiplas interações que possam ter, nota-se o grande campo de estudos que esta área tem o potencial de gerar, sendo que áreas como antropologia e sociologia podem contribuir muito para o aumento no número de estudos sobre este tema.

3.3.3 (Des)estruturação econômica

Segundo o Código Mundial de Ética do Turismo, “as populações e comunidades locais devem estar associadas às atividades turísticas e participar equitativamente nos benefícios [...] que geram e, sobretudo, na criação de emprego direto ou indireto resultante” (OMT, 2000, p. 5).

A conciliação entre a criação de postos de trabalho (com níveis satisfatórios de renda) e o controle sobre benefícios e custos dos recursos gerados para garantia de continuidade a gerações futuras faz-se necessária na busca de um crescimento econômico satisfatório. Com o intuito de dimensionar o impacto que o turismo pode provocar na economia regional, o Ministério do Turismo coloca que:

Quando um turista chega a determinado destino turístico e realiza gastos, isso irradia impactos sobre uma vasta gama de serviços e equipamentos, que não são necessariamente voltados para atender ao turismo. Esses impactos incidem sobre a utilização do comércio local, como táxis, farmácias, bancas de revistas, postos de gasolina, etc., até equipamentos da infra-estrutura da cidade, como bancos, hospitais, redes sanitárias e vias de deslocamento. Dessa maneira, indiretamente, o incremento econômico proporcionado pela atividade turística afetará setores que fornecem insumos à cadeia produtiva do turismo. (BRASIL, 2007d, p. 55).

Mesmo com o efeito multiplicador (ênfatisado no item 3.2) que a atividade turística pode provocar na economia local, ressalta-se que a distribuição espacial da riqueza não é a mesma, podendo gerar aumento da desigualdade de renda. Cruz acrescenta que:

[...] muitos lugares pobres, capturados pela atividade do turismo, viram suas economias dinamizadas e assistiram a profundas transformações em seus territórios sem que, necessariamente, suas populações se tivessem tornado automaticamente detentoras de melhores condições de vida e de renda. (CRUZ, 2006, p. 339).

Além da geração de renda local (com a melhoria do poder de compra e do padrão de vida), pode-se citar como efeitos positivos do turismo na área da economia:

- Geração de empregos: Podem ser tanto efetivos quanto temporários, gerados tanto por consequência direta da atividade turística (hotéis, restaurantes,...) quanto indireta (por exemplo, em uma loja de materiais de construção que terá sua demanda aumentada pela construção de novos empreendimentos trazidos pelo fenômeno turístico). Os empregos no turismo podem ser gerados “nos setores de oferta, como agricultura, a pesca, o artesanato e a manufatura. Em áreas economicamente enfraquecidas, os empregos oferecidos pelo turismo podem reduzir a emigração de jovens” (OMT, 2003, p. 30).
- Incentivo ao estabelecimento de empreendimentos turísticos locais, despertando inclusive um senso empreendedor na população local. Exemplo: A abertura de uma pousada por um habitante devido ao fluxo de turistas que visita as praias de seu município.
- Ampliação na arrecadação de tributos locais: O aumento na arrecadação acompanha a elevação de renda gerada pela atividade, podendo gerar melhorias na infra-estrutura local utilizada pela própria população e visitantes.

- Melhora no sistema educacional da região: O turismo demanda conhecimentos diversos aos que geralmente são aprendidos no sistema educacional. Quem trabalha no setor aprende novas habilidades e tem contato com novas tecnologias, que podem ser utilizadas em outros setores da economia. Um dos exemplos de se utilizar o conhecimento para a atividade turística vem do trabalho do SEBRAE em municípios turísticos que, de acordo com a demanda vinda do próprio município, pode fornecer cursos específicos para a capacitação da mão-de-obra local.
- Estímulo a investimentos: O turismo pode incrementar a infra-estrutura local, com o aumento do investimento do governo local (que possuiria mais verba decorrente do aumento da arrecadação de impostos) e dos empreendimentos de investidores externos. Goeldner *et al.* colocam que:

O setor turístico tem uma estrutura singular. Ele é considerado, e, na verdade é, um aglomerado de diversas unidades muito pequenas, englobando vários setores de serviços diferentes [...]. Dessa forma, o investimento em infra-estrutura [...] estimula o investimento em diversas empresas menores. Em função do pequeno porte dessas empresas, as necessidades de capital são relativamente baixas e o investimento geralmente acontece em um ritmo acelerado. [...] O investimento inicial em turismo provoca um grande investimento em setores de apoio e terciários. (GOELDNER *et al.*, 2002, p. 281).

Estes motivos apresentados podem fazer com que governos (municipais, estaduais e federais) tenham o turismo como a atividade capaz de desenvolver uma região por si só, o que pode trazer efeitos negativos, como os elencados a seguir:

- Remessa de lucros e utilização de mão-de-obra importada: Característica geralmente comum em localidades carentes de recursos, ocorre quando os estabelecimentos turísticos utilizam insumos vindos de outras localidades, bem como mão-de-obra externa. O advento de pessoas de outras localidades para cargos gerenciais, que necessitam de maior qualificação, são uma tônica em diversos *resorts* do Brasil, graças, entre outros motivos, à falta de mão-de-obra qualificada para os cargos nos locais onde estão localizados.
- Elevação do custo de vida: Ocorrida geralmente na alta estação, esta elevação generalizada dos preços acontece para aproveitar a presença do turista na região. Pode inclusive ser um fator que expulsa tanto turistas quanto população local se o custo de vida ficar demasiadamente alto.

- Demasiado aumento no fluxo de turistas: Além de problemas relacionados à poluição e a perda da qualidade de vida da população local (com o aumento nos congestionamentos, estresse etc.) o excesso de turistas pode inclusive degradar a infra-estrutura existente, gerando perdas econômicas principalmente para outras atividades. O uso demasiado das rodovias de acesso à localidade pode dificultar ou impedir o escoamento da produção de grãos da região, por exemplo.
- Dependência exagerada da atividade turística: A partir do momento que a economia da região seja dependente do turismo a tal ponto de não se ter alternativa de crescimento econômico, qualquer flutuação mais forte na sazonalidade de turistas terá efeitos cada vez mais negativos para esta região.

Nem sempre o maior número de turistas é o melhor para a economia da região, como visto. Da mesma forma, nem sempre o turismo é a saída mais apropriada para todas as localidades, bem como não é apropriado depender somente desta atividade econômica. Assim sendo, nota-se que os impactos negativos que um grande fluxo de turistas pode proporcionar não se restringem “somente” a aspectos culturais e naturais, mas mesmo a economia local pode ser prejudicada, apesar do aparente aumento da renda local.

3.3.4 (Des)estruturação político-institucional

Para se buscar a sustentabilidade político-institucional é necessário que se compreenda a idéia de que toda e qualquer iniciativa política é gerida por pessoas, que possuem diferentes formas de pensar e visões de mundo diversas. Estas precisam ser estimuladas a gerenciar uma instituição, seja pública ou privada, utilizando para isso instrumentos gerenciais que obedeçam aos preceitos da sustentabilidade. O advento formal de uma política da instituição, com regulamento que determine as regras locais, é um dos instrumentos gerenciais mais utilizados para esse fim. Baseando-se nessas colocações, pode-se definir sustentabilidade político-institucional da seguinte forma:

Refere-se à solidez e continuidade das parcerias e dos compromissos estabelecidos entre os diversos agentes e agências governamentais dos três níveis de governo e nas três esferas de poder, além daqueles atores situados no âmbito da sociedade civil. [...] A sustentabilidade político-institucional no turismo deve ser entendida como a continuidade de gestão das políticas de desenvolvimento turístico em horizontes temporais que superem o curto prazo dos mandatos políticos. (BRASIL, 2007d, p. 41-42).

A sustentabilidade político-institucional das regiões depende em muito da capacidade de participação e engajamento da sociedade. Ou seja, por mais que se tenham estudos identificando a região como apta para o desenvolvimento turístico e que se tenha verba para que sejam implantadas as medidas planejadas, se a população local não participar de seu desenvolvimento e trabalhar em regime de cooperação com o Estado, dificilmente o turismo receberá o apoio da comunidade local.

No campo político-institucional, o turismo pode provocar os seguintes efeitos positivos:

- Fomento à participação da sociedade: Por envolver diversos atores sociais e impactar a vida de significativa parcela da população, o turismo pode auxiliar na criação de instituições que estimulem a discussão e controle do poder público pela sociedade, como no caso dos conselhos, fóruns, associações, entre outros.
- Aproximação no relacionamento entre setores público e privado: Por ser uma atividade que precisa de boa cooperação entre estas duas esferas, o estabelecimento de parcerias duradouras e maior integração entre elas poderá ser uma consequência plausível com o advento do turismo.
- Continuidade das ações do poder público: Por ser uma atividade que demanda um planejamento em longo prazo, o poder público regional se vê impelido a buscar maior continuidade nas ações propostas, mesmo com mudanças políticas que possam ocorrer.

Dentre os impactos negativos pode-se destacar:

- Falta de participação de diferentes segmentos da sociedade: se a atividade turística se desenvolver sob uma cultura desagregadora e fechada em pequenos grupos, a falta de incentivo à participação de todos os impactados pelo turismo pode comprometer o sucesso da implantação da atividade turística em uma região.

- Insegurança institucional: Graças a disputas políticas e interesses particulares, a mudança das políticas norteadoras dos órgãos públicos e privados pode provocar insegurança para investidores e dificuldade na execução das ações e captação de novos recursos.

3.4 PLANEJAMENTO TURÍSTICO REGIONAL

Como visto no item anterior, é grande a importância de se utilizar os preceitos da sustentabilidade no processo de planejamento turístico. Mas estes preceitos não podem ficar apenas na teoria:

Sem dúvida, a adoção do conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo representa estratégia válida para se buscar a integração entre uso turístico, preservação do meio ambiente e melhoria das condições de vida das comunidades locais. No entanto, se esse conceito não for incorporado às políticas e práticas do planejamento territorial do turismo em nível local, a sustentabilidade não passa de retórica. Cabe, portanto, discutir e propor formas concretas de se promover um turismo ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente justo, tendo como suporte a dinâmica local e o planejamento participativo. (SILVEIRA, 2002, p. 88).

A intensa reflexão sobre a região retratada, os efeitos e impactos da atividade e os objetivos de sustentabilidade propostos são necessários e fundamentais para o sucesso na implantação do turismo em uma região. Mesmo assim não há uma metodologia universal sobre como planejar o turismo nesse âmbito.

Diversos autores possuem suas propostas, com diversas metodologias que direcionam o conjunto de ações e o orçamento disponível para o desenvolvimento do setor. Apesar desta diversidade de visões sobre o planejamento turístico, todos precisam contemplar a reflexão sobre as características locais, a relação com as populações já existentes e dimensionar como a atividade irá impactar a região, de acordo com as características que o turismo pode proporcionar como colocados nos tópicos anteriores do capítulo 3. A OMT coloca como uma visão geral do planejamento da atividade o seguinte:

O planejamento no turismo tem por objetivo trazer determinados benefícios socioeconômicos para a sociedade, sem deixar de manter a

sustentabilidade do setor turístico através da proteção à natureza e à cultura local. É elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental e sustentável, implementável e baseada na comunidade. A abordagem de planejamento estratégico é, às vezes, aplicável. Todos os componentes do turismo precisam ser considerados no planejamento: atrativos e atividade turísticas, hospedagem, outras instalações e serviços turísticos, transportes, infraestrutura e elementos institucionais. (OMT, 2003, p. 40).

Mesmo com a variedade de estudos que propõem diversas metodologias de planejamento turístico, observa-se certa aproximação entre eles quanto à estrutura básica. Proposições como a da OMT (2003), Cooper *et al.* (2007), Goeldner *et al.* (2002), WWF (2003) e Baptista (1990) sugerem, de forma básica e comum a todos, que se prepare um estudo de pré-viabilidade, levantando a necessidade estratégica do planejamento e os órgãos que viabilizarão o mesmo.

Logo após, levanta-se todos os dados existentes sobre a região, inventariando-se os equipamentos turísticos, infra-estrutura existente, atrativos, entre outros, que dimensionem o potencial existente na região e que suporte os atrativos possuem para a recepção de visitantes.

Com esses dados em mãos, depois de analisados e sintetizados, definem-se objetivos, metas e estratégias para o desenvolvimento da atividade, elaborando-se assim o plano de desenvolvimento turístico regional. Deve-se ter consciência de que a região a ser desenvolvida faz parte de uma realidade que abrange várias características diferentes. Não há como isolar o planejamento regional à realidade local sem pensar no todo em que se está inserido.

Da mesma forma, a "filosofia" de "pensar globalmente, agir localmente" pode ser considerada equivocada. É necessário pensar e agir em muitas escalas, simultaneamente, o que representa um desafio para todos os envolvidos no processo de planejamento (RODRIGUES; SOUZA, 2004, p. 120).

Com o plano em mãos e articulações políticas feitas, passa-se assim à fase de implementação do plano e posterior monitoramento e gerenciamento do mesmo.

Pode-se assim considerar o planejamento não só turístico, mas regional, como um processo contínuo, onde se define objetivos, metas e ações de forma integrada com diversos agentes sociais de interesse (WWF, 2003, p. 34). Graças a esta variedade de agentes, o planejamento e a gestão não são, nunca, "neutros", uma vez que são a expressão de interesses e de pressões de grupos sociais (RODRIGUES; SOUZA, 2004, p. 24). De fato, a prática do planejamento e da gestão

é política por excelência, uma vez que envolve relações de poder, conflitos e interesses de grupos, classes, instituições e empresas.

Longe de ser algo meramente técnico, planejar o futuro de uma atividade econômica em uma área exige um esforço político muito grande, como forma de lidar com as diferenças e dosar o grau de influência que os grupos que formam a sociedade da região terão no processo de planejamento. Inclusive a própria forma de atuação destes grupos sociais precisa ser planejada para que algo que, em princípio, é positivo – a abertura estatal para o diálogo institucionalizado e para parcerias com a sociedade civil – não termine desembocando em uma “domesticação” dos grupos sociais, na atrofia de sua capacidade propositiva e, conseqüentemente, em um retrocesso político-pedagógico (RODRIGUES; SOUZA, 2004, p. 24). Como explica SILVEIRA (2002, p. 97):

No que concerne ao planejamento territorial, a participação local constitui um pressuposto decisivo para o fortalecimento de sistemas comunitários. Na especificação do conceito de participação, entretanto, o desenvolvimento do turismo sustentável deve deixar clara a distinção entre a participação ampla em todos os estágios do processo de planejamento, implementação e controle de ações de desenvolvimento, e a simples manipulação de recursos humanos para a implementação de projetos, programas ou planos turísticos concebidos de fora e impostos à população de forma mais ou menos autoritária. Ou seja, a participação local não se confunde com modelos daquele tipo que “informa” a população sobre as ações políticas. Ao contrário ela se fundamenta no envolvimento real de todos os atores sociais nos processos de implementação e de gestão, pois é através de seu engajamento efetivo que esses atores conseguem participar de uma ação global que se torna negociada e implementada.

A relação entre os órgãos de planejamento e gestão com a sociedade precisa ser a mais transparente possível, onde cada grupo cumpra sua função no processo e respeite e colabore com o trabalho dos outros. Em regiões com características rurais, as relações com órgãos como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e as Secretarias de Agricultura dos municípios também são importantes, no caso de a atividade turística ser planejada para ser desenvolvida em áreas rurais.

O conhecimento da realidade do espaço rural e das relações sociais que se formam no mesmo é fundamental no momento de se planejar o turismo em uma região, já que geralmente são realidades, principalmente quando se trabalha com comunidades tradicionais, que possuem maior fragilidade nas relações sociais e geralmente não estão acostumadas com a lógica empresarial que muitas vezes é característica da atividade turística.

3.5 POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO REGIONAL NO BRASIL

Antes da criação da EMBRATUR (antiga Empresa Brasileira de Turismo e atual Instituto Brasileiro de Turismo) em 1966, muito pouco havia sido feito quanto às políticas públicas de turismo (BURSZTYN, 2003, p. 10). O primeiro diploma legal a abordar algum aspecto da atividade turística no Brasil é o Decreto-lei 406, de 4 de maio de 1938, cujo artigo 59.º dispõe sobre a venda de passagens aéreas, marítimas e terrestres.

Segundo Carvalho (2000, p. 100), a partir da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, o Estado começa a valorizar mais a atividade de planejamento setorial e passa a elaborar e implementar os planos nacionais de desenvolvimento. Esse período se caracteriza pela emissão de diplomas legais voltados para aspectos parciais da atividade, não se configurando ainda num programa ou política nacional de turismo.

Assim sendo, segundo Carvalho (2000, p. 100), na década de 1930 foi criada a Divisão de Turismo, vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República, com a função de fiscalizar as atividades das agências de viagens. Em 1958 foi criada a COMBRATUR (Comissão Brasileira de Turismo) com a função de planejar, coordenar e executar uma política nacional de turismo. A criação da COMBRATUR estava vinculada ao Plano de Metas de 1956-1961 do governo de Juscelino Kubitschek. Em 1962 a COMBRATUR foi extinta, sem implementar nenhuma diretriz proposta.

Da fundação da EMBRATUR até o advento do PNMT o presente tópico se baseará nos escritos de Bursztyn (2003) por mostrar de forma didática e completa a forma como o turismo foi trabalhado no Brasil.

A próxima investida do governo federal quanto à política pública do turismo só veio a ocorrer em 18 de novembro de 1966, quando foi promulgado o Decreto-Lei n.º 55/66, que institui uma série de medidas legais que permitem identificar uma Política Nacional de Turismo e criando a já citada EMBRATUR.

No início a EMBRATUR restringiu-se à consolidação do mercado interno e à captação da demanda externa através de campanhas publicitárias. Somente na

década de 90, já sob rótulo de instituto, passou a ser peça fundamental na elaboração de políticas públicas para o setor.

Ao longo da década de 1970, com o “milagre econômico”, a classe média passa a adquirir um maior costume de consumir produtos turísticos, sendo que foi a época em que começam a se destacar para o turismo de massa alguns destinos nos arredores dos grandes centros urbanos, conforme comenta Bursztyn (2003, p. 10). O mesmo continua comentando que na década de 1980 se inicia uma maior articulação entre turismo e as questões ambientais, culminando em 1987, com a criação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo, o qual não obteve o resultado esperado de forma imediata.

Em 1992 a EMBRATUR, que passa a ser Instituto Brasileiro de Turismo sob a gestão de Fernando Collor de Melo, lança o PLANTUR (Plano Nacional de Turismo), que possui claras tendências neoliberais, possuindo como objetivos a democratização do acesso ao turismo nacional a redução das disparidades econômicas regionais mediante a oferta de emprego e melhor distribuição de renda, e o aumento dos fluxos turísticos, permanência e gasto médio do turista no país.

Durante o período em que Itamar Franco foi presidente da república, entre 1992 e 1995, foram lançados dois importantes documentos para as políticas públicas de turismo no Brasil. O primeiro é chamado de “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” e foi proposto pelo MinC (Ministério da Cultura) e pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente). Tinha como objetivo maior valorizar o grande potencial ecoturístico no país e tentava englobar todos os atores envolvidos no ecoturismo, como os setores público, privado, terceiro setor e comunidades locais.

O segundo documento, que seria o principal norteador de uma política de turismo tratada de forma descentralizada no governo de Fernando Henrique Cardoso, é intitulado Programa Nacional de Municipalização do Turismo, conhecido pela sigla PNMT. O PNMT possuía como objetivo a descentralização da gestão e planejamento da atividade turística para os municípios, privilegiando as necessidades das comunidades locais envolvidas no processo. O PNMT gerou diferentes resultados nos municípios brasileiros, sendo que teve como grande mérito a tentativa de gestão da atividade pelos reais impactados no processo, os municípios e as comunidades que os formam.

Após o PNMT, foi lançado no governo de Luís Inácio Lula da Silva em 2003 o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) como uma forma de dar

continuidade ao que foi implementado no PNMT e agregando os esforços dos vários municípios de uma região em torno de uma proposta regionalizada.

No mesmo período em que foi lançado o PRT, também foi lançado o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Turismo (MTur), uma tentativa de promover o desenvolvimento rural sustentável através do turismo, além de fazer com que esta atividade seja mais uma alternativa de renda para as famílias rurais do Brasil (BRASIL, 2005).

Mais recente é o Programa “Territórios da Cidadania”, lançado em 2008 como uma continuação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, constante no Plano Plurianual 2003/2007 da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA). O Programa Territórios da Cidadania contava em 2009 com ações de 22 ministérios diferentes (BRASIL, 2009a).

Pelo propósito do presente trabalho de tratar a regionalização do turismo e a forma como esta está sendo implementada em regiões rurais como a retratada, são enfocados com maior profundidade o Programa de Regionalização do Turismo, o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar e o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, com comentários sobre o Programa Territórios da Cidadania.

3.5.1 Programa de Regionalização do Turismo

O modelo de descentralização da gestão do turismo implantado no Brasil desde a época do PNMT proporcionou a cada Unidade da Federação, região turística e município uma maior autonomia para que buscassem suas próprias alternativas de desenvolvimento tomando como base suas características e especificidades.

Desde o Plano Nacional de Turismo (PNT) 2003/2007 o termo “municipalização” deu lugar ao termo “regionalização”, que buscava agrupar os municípios com características comuns em regiões turísticas. O MTur interpreta da seguinte forma o termo “regionalização”:

Regionalização do turismo é um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões.

Regionalizar é transformar a ação centrada na unidade municipal em uma política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada. (BRASIL, 2004c, p. 11).

Da mesma forma que o MTur utiliza o termo “regionalização” como base conceitual para implementação do programa em questão, o órgão também faz uso do termo “território” para explicar a relação entre o homem e o meio em que vive:

Compreender o Programa de Regionalização do Turismo é assimilar a noção de território como espaço e lugar de interação do homem com o ambiente, dando origem a diversas formas de se organizar e se relacionar com a natureza, com a cultura e com os recursos de que dispõe. Essa noção de território supõe formas de coordenação entre organizações sociais, agentes econômicos e representantes políticos, superando a visão estritamente setorial do desenvolvimento. Incorpora, também, o ordenamento dos arranjos produtivos locais e regionais como estratégico, dado que os vínculos de parceria, integração e cooperação dos setores geram produtos e serviços capazes de inserir as unidades produtivas de base familiar, formais e informais, micro e pequenas empresas, que se reflete no estado de bem-estar das populações. (BRASIL, 2004, p. 11).

Nota-se assim que o termo “região turística” utilizado remete à idéia de território, já que o MTur o conceitua como sendo o “espaço geográfico que apresenta características e potencialidades similares e complementares, capazes de serem articuladas e que definem um território” (BRASIL, 2007c, p. 28).

Foram definidos sete macroprogramas estruturantes no Plano Nacional de Turismo 2003/2007: gestão e relações institucionais; fomento; infra-estrutura; estruturação e diversificação da oferta turística; qualidade do produto turístico; promoção e apoio à comercialização; e informações turísticas.

Cada macroprograma foi dividido em diversos programas, sendo que o Programa de Regionalização do Turismo deriva do Macroprograma 4 – Estruturação e Diversificação da Oferta Turística.

Além da criação de um programa específico para a regionalização do turismo e institucionalização de uma gestão regional, o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 também teve como mérito a reformulação do Conselho Nacional do Turismo e a instalação dos Fóruns Estaduais de Turismo.

Quanto ao Plano Nacional de Turismo 2007/2010, houve algumas mudanças na estruturação, metas e número de programas e macroprogramas, como colocado na figura 4:



FIGURA 4 – ESTRUTURA DE GESTÃO DO TURISMO NO BRASIL
FONTE: BRASIL (2007b, p. 45)

De acordo com a figura acima, tem-se uma idéia mais geral do funcionamento do MTur no período 2007/2010, dos macroprogramas que norteiam o PNT, e a atuação do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e Conselho Nacional de Turismo. O fórum é um órgão consultivo formado por secretários e dirigentes estaduais de turismo, que tem como função auxiliar no apontamento de problemas e soluções, concentrando as demandas oriundas dos estados e municípios. Já o conselho é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o Ministro do Turismo na formulação e aplicação da Política Nacional de Turismo (BRASIL, 2007b, p. 43-44). Esse conselho é formado por 65 conselheiros de instituições e entidades do setor em âmbito nacional.

As Câmaras Temáticas, em número de 10, de acordo com a figura 4, tem a função de assessorar o Conselho Nacional de Turismo na “identificação e discussão das questões fundamentais do setor e propor ações para resolução dos problemas e

entraves, necessários à consecução da Política Nacional de Turismo” (BRASIL, 2007b, p. 44).

Por fim têm-se os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, que possuem a função de ser um canal de interlocução entre governo federal e os destinos nas regiões turísticas e municípios. Possuem importante papel na descentralização da gestão do turismo no Brasil, já que possuem autonomia para elaborar programas, projetos e ações estratégicas, contribuir na construção e implementação do PNT, além de criar parcerias e articular com os diversos atores nas regiões que lhe competem (BRASIL, 2007b, p. 44).

O Plano Nacional de Turismo 2007/2010 traz como subtítulo o termo “Uma viagem de inclusão”, mostrando uma maior preocupação quanto à inclusão social no conjunto de ações previstas. Nas palavras da própria ministra do turismo na época, Sra. Marta Suplicy, o turismo interno precisa ser estimulado para que haja inclusão social, “seja por meio de cursos de qualificação profissional, da geração de novos empregos, da incorporação das camadas de mais renda como clientes do mercado turístico, seja pela adoção de medidas segmentadas” (BRASIL, 2007c, p. 7).

Ressalta-se a forma como houve esta tentativa de fazer a chamada “inclusão social por meio do turismo”. De fato, a teoria deste plano não difere na sua essência dos objetivos das políticas públicas de turismo desde a época do PLANTUR, no início dos anos 90. As tendências neoliberais continuam, com os mesmos objetivos de democratizar o acesso ao turismo nacional, tentando reduzir as disparidades econômicas regionais mediante a oferta de emprego e melhor distribuição de renda. Este objetivo seria alcançado por meio do aumento dos fluxos turísticos, permanência e gasto médio do turista no país.

Ou seja, o discurso é o mesmo. Emprego, renda e incorporação de cada vez mais pessoas no mercado consumidor do turismo continuam sendo a forma de “inclusão social” planejada no MTur. De fato, aspectos como preservação ambiental e resgate cultural, por exemplo (dentre os vários aspectos de influência do turismo discutidos ao longo do item 3.3) só são aprofundados por outros órgãos governamentais (como o MDA e o MMA), sem a integração entre os mesmos que o assunto exige. Quando tais aspectos são tratados pelo MTur, aparecem somente

como recomendações para as governanças regionais⁴, instrumentos-chave para o Programa de Regionalização do Turismo.

A regionalização do turismo no PNT 2007/2010 apresenta um macroprograma específico, o de número 4, como se vê na figura 4. O próprio MTur esclarece que “mesmo com o *status* de Macroprograma, o Programa de Regionalização do Turismo mantém suas diretrizes e continuará sendo chamado de Programa, uma vez que já é assim identificado em todo o território nacional.” (BRASIL, 2007c, p. 25).

O macroprograma em si possui como objetivo o “desenvolvimento da atividade turística de forma regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo” (BRASIL, 2007c, p. 19). Foi constatado no PNT 2007/2010 que a integração dos municípios em regiões turísticas seria a forma mais adequada de incluir no processo de desenvolvimento os municípios, que geralmente ficavam à margem das políticas públicas.

Outra característica observada na figura 4 foi a consolidação da regionalização do turismo como um eixo estruturante e norteador de outros macroprogramas, programas e ações do PNT. As ações referentes aos macroprogramas “fomento à iniciativa privada”, “infra-estrutura pública”, “qualificação de equipamentos e serviços turísticos” e “promoção e apoio à comercialização” passam a ser baseadas nos princípios da regionalização turística.

Além desses quatro macroprogramas diretamente vinculados à regionalização do turismo, este ainda possui quatro programas específicos, como mostra a figura 5. Estes programas possuem um conjunto de ações que objetivam colocar a regionalização em prática, dinamizando as economias regionais, integrando os arranjos produtivos do turismo, potencializando os benefícios da atividade para as comunidades locais, possibilitando a inserção de novos destinos para comercialização e apoiando a desconcentração das atividades turísticas e o desenvolvimento de regiões turísticas em todo o Brasil.

⁴ Governança regional é uma organização representativa do poder público, do setor privado e da sociedade civil organizada dos municípios que compõem as regiões turísticas, podendo ser uma associação, comitê, fórum, conselho, entre outros. Esta seria responsável por planejar o desenvolvimento do turismo em âmbito regional, executar as ações planejadas e tomar as decisões políticas, econômicas e sociais cabíveis (BRASIL, 2007c, p. 37).



FIGURA 5 – PROGRAMAS DO MACROPROGRAMA 4 – REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO
 FONTE: BRASIL, 2007b, p. 67.

Até o início do ano de 2009, 3.819 municípios brasileiros foram inseridos em uma das 200 regiões turísticas remapeadas pelo Ministério do Turismo. Este remapeamento foi realizado entre agosto e novembro de 2005 por meio de Oficinas de Planejamento e Avaliação das Regiões Turísticas (BRASIL, 2009c).

Todos os 399 municípios paranaenses estão participando do Macroprograma de Regionalização do Turismo, conforme divisão mostrada na figura 6. As regiões turísticas elencadas no estado são: Litoral, Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais, Norte, Noroeste, Centro, Sudoeste, Centro-Sul, Oeste e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu.



FIGURA 6 – REGIONALIZAÇÃO TURÍSTICA NO ESTADO DO PARANÁ
 FONTE: Figura baseada no Plano Nacional de Turismo 2007/2010 (BRASIL, 2007b, p. 26).

Para operacionalizar a regionalização turística no Brasil, o MTur elaborou as diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo, sendo formado por nove módulos operacionais. O MTur ressalta que:

[...] cada região turística poderá implementar o Programa de acordo com a sua realidade, orientando-se no processo de regionalização do turismo por meio de algum dos módulos apresentados, uma vez que eles não são, necessariamente, seqüenciais. As regiões turísticas poderão, dessa forma, resgatar ou aprimorar as ações já realizadas por outros programas e projetos de desenvolvimento da atividade turística em seus municípios. Assim, o que se busca é a valorização e respeito às especificidades locais e o envolvimento de todos os setores ligados ao turismo. (BRASIL, 2007c, p. 34).

Os nove módulos operacionais são, segundo o MTur (BRASIL, 2007c): sensibilização; mobilização; institucionalização da instância de governança regional; elaboração do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional; implementação do plano estratégico de desenvolvimento do turismo regional; sistema de informações turísticas do programa; roteirização turística; promoção e apoio à comercialização; e sistema de monitoria e avaliação do programa.

Um ponto a se destacar quanto às diretrizes operacionais do Programa de Regionalização do Turismo é o incentivo à formação de redes, tanto locais quanto regionais e estaduais. Estas redes possuem como objetivo principal fortalecer os participantes do PRT, principalmente na esfera da tomada de decisões, e apoiar a promoção e a comercialização, além de promover o aumento de competitividade dos produtos turísticos. A formação de redes de contatos entre os participantes do programa em todo o Brasil busca uma maior sinergia e propagação do conhecimento e das experiências vividas.

Uma experiência que exemplifica a idéia de rede é a Rede TRAF, uma articulação entre técnicos e diversas instituições que possui alcance nacional e engloba contatos dos mais variados e das mais diversas localidades em torno de uma única temática, o turismo rural na agricultura familiar (TRAF). A seguir será analisada de forma mais aprofundada a Rede TRAF, bem como todo o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar.

3.5.2 Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar

O Ministério do Turismo define “turismo no espaço rural” como sendo todas as atividades praticadas no meio não-urbano, consistindo em atividades de lazer em meio rural definidas com base na oferta, complementando-se ou não (BRASIL, 2003a, p. 7). Já o Turismo Rural é definido pelo Ministério do Turismo como sendo o “conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (BRASIL, 2003b, p. 7).

Dentro destes conceitos surge a idéia do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) que, segundo a definição utilizada pelo MDA, é:

A atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos⁵. (BRASIL, 2005b, p. 8).

Este conceito norteia as ações relacionadas ao TRAF no Brasil. Em 2003 foi criada a Rede TRAF, que é uma articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores que visam o desenvolvimento do TRAF no país, objetivando o desenvolvimento rural sustentável mediante a implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares⁶.

Os objetivos da Rede TRAF (REDE TRAF, 2009) são: debater questões relevantes para o desenvolvimento do TRAF; subsidiar o poder público na definição de políticas e em sua implementação; subsidiar o planejamento governamental e planejamento integrado das atividades executadas pelas instituições de apoio ao TRAF; propor medidas visando superar desafios enfrentados pelo TRAF; servir

⁵ Este conceito, apesar de aparecer no documento intitulado “Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar” do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005, foi elaborado durante a Oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar em Belo Horizonte – MG no ano de 2003 pela Rede TRAF. A importância da Rede TRAF para a elaboração do PNTRAF é notória, visto que “toda a fundamentação teórica e conceitual presente no Programa advém das oficinas e debates promovidos pelos membros da rede” (CANDIOTTO, 2007, p. 232).

⁶ Conceito retirado em <http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>. Disponível em: <http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>.>. Acesso em: 20/05/09.

como canal de articulação permanente entre os interessados no desenvolvimento do TRAF; e promover o intercâmbio de experiências entre os atores envolvidos.

Com o apoio da Rede TRAF e do Ministério do Turismo, a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), no detalhamento de seu plano 2003/2006, elabora o Plano Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). O PNTRAF possui como objetivo:

[...] promover o desenvolvimento rural sustentável, mediante implantação e fortalecimento das atividades turísticas pelos agricultores familiares, integrado aos arranjos produtivos locais, com agregação de renda e geração de postos de trabalho no meio rural, com conseqüente melhoria das condições de vida. (BRASIL, 2005b, p. 13).

Nota-se aqui que o turismo é visto apenas como uma forma de complementar a renda e como uma das formas de se buscar o desenvolvimento rural.

Para que este objetivo seja alcançado foram elaboradas diversas estratégias de ação, que foram divididas em cinco grandes diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável. Estas diretrizes (BRASIL, 2005b, p. 13-19) são:

- Formação e capacitação continuada: Potencializam-se os valores e as capacidades da agricultura familiar visando a auto-estima da família rural e a apropriação da geração de renda pelo aumento da qualidade dos produtos e serviços do TRAF.
- Crédito para infra-estrutura: Adéqua-se e implanta-se a infra-estrutura básica e turística destinada à atividade de TRAF de forma integrada em relação às diferenças sociais, culturais, ambientais e territoriais.
- Legislação: Busca-se consolidar (identificar, estabelecer, adequar, criar) as leis e regulamentos técnicos que viabilizem o desenvolvimento das atividades de TRAF.
- Mercado: Cria-se um ambiente favorável no mercado e no contexto institucional para a inserção dos produtos e serviços da agricultura familiar no mercado turístico.
- Gestão: Busca-se desenvolver a prática de um modelo de gestão que priorize a articulação, a participação e a solidariedade no TRAF.

Nota-se também neste plano, visto o que foi colocado como prioritário pelas diretrizes acima, uma evidente tentativa do governo federal em seguir a mesma

lógica neoliberal adotada no PRT. Neste caso as conseqüências podem ser mais latentes, pelas próprias características do público-alvo, como explica CandiOTTO:

Apesar de apresentar uma retórica de sustentabilidade e gestão participativa, as diretrizes do PNTRAF demonstram uma preocupação do governo, e de seus técnicos, em inserir os agricultores familiares envolvidos com o turismo rural no mercado turístico – altamente competitivo – e em qualificar os produtos e serviços do TRAF, através da capacitação e de normas. Entendemos que é importante capacitar os agricultores para a recepção e atendimento dos turistas, porém questionamos o tipo de capacitação que é dado. Sabendo que as instituições responsáveis por essa capacitação são provenientes do *trade* turístico (órgãos públicos de turismo, empresas de consultoria, profissionais de turismo) e do setor empresarial (SEBRAE, SENAR, SESC, SENAC), os valores transmitidos aos agricultores são meramente mercantis e empresariais, pautados na expansão do turismo e na exaltação do crescimento econômico para os agricultores. Os discursos de valorização sociocultural, melhoria da qualidade de vida e de preservação/conservação ambiental são utilizados para justificar o turismo como atividade sustentável, porém são considerados, pelo *trade*, aspectos secundários. [...] Ao inserir famílias agricultoras em mercados competitivos, há uma tendência de dependência destas à lógica dos mercados. No caso do turismo rural, a inserção de famílias agricultoras se inicia com o discurso da valorização do ambiente e da cultura local, e do turismo como atividade complementar à agricultura. Ocorre, contudo, que, a partir da inserção de atores exógenos no processo de desenvolvimento do turismo em unidades familiares, há uma forte cobrança destes por profissionalização dos agricultores familiares nos moldes do mercado turístico. (CANDIOTTO, 2007, p. 235).

Vê-se assim o quanto pode ser equivocado pensar o agricultor com uma lógica eminentemente urbana, sem considerar os componentes culturais do mesmo e o estilo de vida que este leva. Da mesma forma, deve-se considerar que o próprio ato de receber visitantes, geralmente provenientes de núcleos urbanos, exige do agricultor muitas vezes que alguns valores e costumes sejam alterados, principalmente em comunidades tradicionais mais isoladas. Nestes casos o turismo pode inclusive não ser indicado como atividade econômica viável pela própria descaracterização cultural que pode provocar.

Apesar desta crítica, nota-se o esforço de se englobar na gestão do PNTRAF os diversos atores que se relacionam com o TRAF. O arranjo institucional do PNTRAF conta com órgãos gestores dos dois ministérios ligados ao programa, MTur e MDA, além dos conselhos de turismo e desenvolvimento agrário nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Apesar de não ser mencionado tanto no PNT 2003/2007 quanto no PNT 2007/2010, ainda assim nota-se que o MTur possui participação em atividades de

turismo rural na agricultura familiar. Mesmo sem essas menções no PNT, tanto o MTur quanto o Conselho Nacional de Turismo auxiliam na gestão do PNTRAF.

A relação entre o PNTRAF e os órgãos oficiais de turismo em seus diversos âmbitos é assim colocada pelo MDA:

Reconhecendo que as Políticas Públicas para o Turismo, seus programas de desenvolvimento, assim como sua promoção nacional e externa são competência do Ministério do Turismo, é essencial a integração das Diretrizes do Programa com o sistema de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo 2003 - 2007, do Ministério do Turismo. Esse sistema de gestão é composto, no seu nível estratégico (União), pelo Ministério do Turismo, pelo Conselho Nacional de Turismo e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, refletindo-se, na sua forma de organização, em nível estadual.

Como premissa da estratégia de gestão do Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar, está o incentivo à participação da representatividade das organizações de agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Turismo, integrados ao novo modelo de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo. (BRASIL, 2005b, p. 21).

Já pelo lado dos órgãos relacionados ao desenvolvimento agrário, tem-se grande participação de diversos órgãos nos níveis municipal, estadual e federal. No âmbito federal, há três secretarias do MDA atuando no grupo de gestão do PNTRAF (Secretaria de Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT e Secretaria do Reordenamento Agrário – SRA), além do INCRA. Os órgãos de ATER estaduais também possuem grande relevância na implantação do PNTRAF, sendo que, em muitos municípios, são os órgãos de ATER que são os promotores do TRAF (BRASIL, 2005b).

Após a elaboração do PNTRAF, foi promulgada em 24 de julho de 2006 a Lei nº 11.326 (BRASIL, 2006), que estabelece as diretrizes para a formulação de uma Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (anexo 1). Esta lei não entra em conflito com a política que está sendo implementada, apenas a normaliza.

No Paraná os órgãos que firmaram parceria com o MDA para a divulgação do turismo como alternativa para diversificação do trabalho agrícola foram o Serviço Social Autônomo ECOPARANÁ/SETU, a EMATER/SEAB, a Fundação Terra e as prefeituras municipais que demonstraram interesse (PARANÁ, 2006, p. 1). No âmbito estadual a lei que define as atividades de TRAF (anexo 2) é a Lei Estadual N.º 15.143, de 31 de maio de 2006 (PARANÁ, 2006b).

Por meio da ECOPARANÁ, com o apoio da EMATER-PR e prefeituras, o TRAF no Estado do Paraná é trabalhado por meio de reuniões, visitas técnicas, excursões, eventos e suporte técnico, sempre em consonância com os preceitos colocados no PNTRAF.

Muitos dos agentes municipais do TRAF no Paraná também estão inseridos no Programa de Territórios Rurais do MDA, fazendo parte dos conselhos gestores territoriais e defendendo os interesses do TRAF. A seguir será explicada a dinâmica de funcionamento deste programa do MDA, que provocou mudanças na gestão de parte dos recursos públicos e no planejamento governamental para as regiões com caráter eminentemente rural.

3.5.3 Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais

A Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA) foi criada no ano de 2003 com a finalidade de:

[...] articular, promover e apoiar as iniciativas da sociedade civil e dos poderes públicos, em prol do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, contribuindo deste modo para a redução das desigualdades regionais e sociais e para a integração dos territórios rurais ao processo de desenvolvimento nacional. (BRASIL, 2007d, p. 1),

Para que se coloque em prática essa estratégia de atuação baseando-se na abordagem territorial do desenvolvimento, foi elaborado em 2004 o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) como parte do Plano Plurianual 2004/2008 do Governo Federal. O PRONAT foi criado com o objetivo de “promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia” (BRASIL, 2003a, slide 7).

Um dos principais desafios levantados pelo SDT/MDA é o de identificação e constituição de territórios a partir de identidades regionais como elemento aglutinador e promotor de desenvolvimento (BRASIL, 2007c, p. 1). Para que este desafio seja vencido, o órgão adotou a seguinte definição de território e território rural, já comentados no item 2.1 da presente dissertação.

[Território] é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, em que se podem distinguir um mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. [...]

Territórios Rurais são os territórios, conforme anteriormente descritos, onde os critérios multidimensionais que os caracterizam, bem como os elementos mais marcantes que facilitam a coesão social, cultural e territorial apresentam, explícita ou implicitamente, a predominância de elementos rurais. Nesses territórios, incluem-se os espaços urbanizados que compreendem pequenas e médias cidades, vilas e povoados. (BRASIL, 2004a, p. 10).

No ano de 2003, ano de criação do programa, foram elencados 63 territórios prioritários. Em seis anos esse número subiu para 164 territórios rurais legalmente constituídos, presentes em todos os estados do Brasil mais o Distrito Federal. Em 2009 a região Sul contava com 22 territórios rurais, sendo 7 destes no Paraná: Caminhos do Tibagi, Cantuquiriguaçu, Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Sudoeste Paranaense e Vale do Ribeira. Os 164 territórios rurais estão expostos na figura abaixo:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL | MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Para se chegar a esta divisão dos territórios rurais, segundo o MDA (BRASIL, 2005a, p. 16-17), além da utilização da definição de território rural já colocada também foram priorizadas as seguintes características: microrregiões geográficas que apresentem densidade demográfica inferior a 80 hab/km², população média por município inferior a 50.000 habitantes, territórios com maior demanda social (maior concentração de agricultores familiares, famílias assentadas por programas de reforma agrária, e trabalhadores acampados), territórios considerados prioritários tanto para o governo federal quanto para as organizações sociais (de acordo com critérios como convergência de interesses institucionais e de participação da sociedade civil e governos estaduais, incidência de programas de caráter regional no território).

Para que o PRONAT fosse implementado, foi planejado um conjunto de ações a serem realizadas pelo MDA de alcance geral a todos os territórios selecionados e também ações de apoio ao desenvolvimento rural sustentável nos territórios a serem realizados de forma participativa dentro dos próprios territórios, com acompanhamento do MDA, de acordo com as referências fornecidas por esse ministério. Esta esquematização está colocada na figura 8:

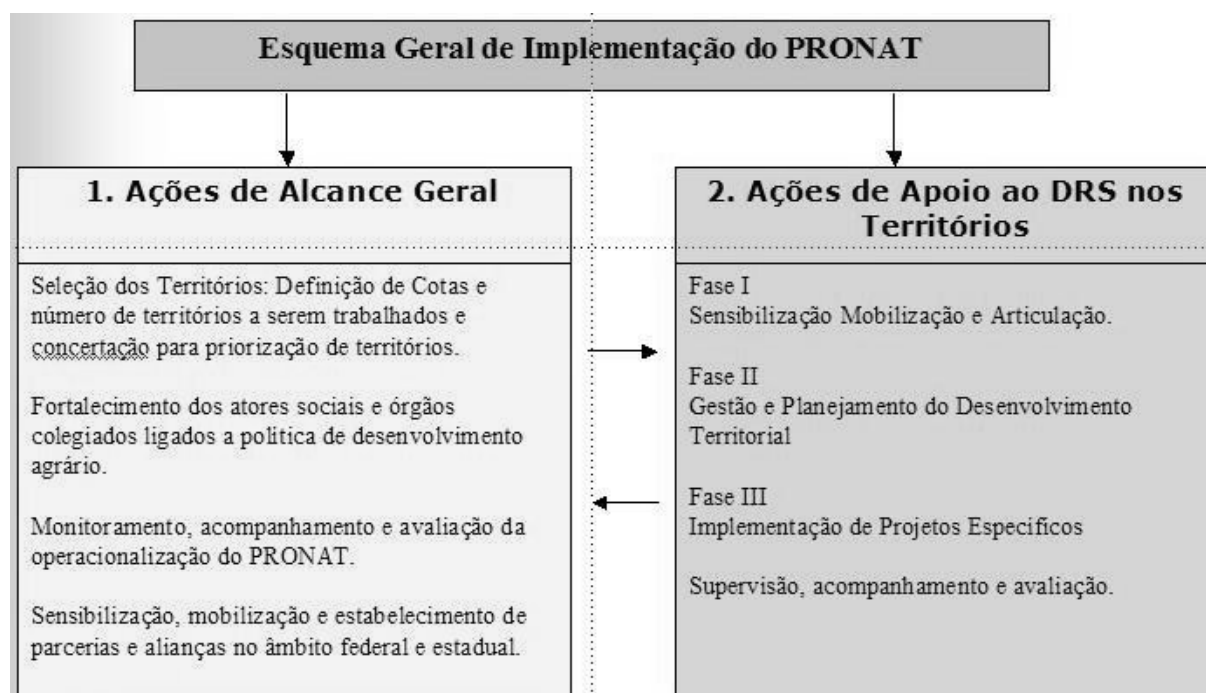


FIGURA 8 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO DO PRONAT
FONTE: BRASIL, 2004b, slide 16

Foram definidas quatro áreas de resultados a se alcançar com a implementação do PRONAT nos territórios constituídos, de acordo com a figura acima. A primeira diz respeito ao fortalecimento da gestão social, ou seja, busca-se ampliar a participação popular no planejamento e gestão do território, criando-se mecanismos para que uma diversidade de atores sociais esteja presente nesse processo.

A segunda área de resultado diz respeito ao fortalecimento das redes sociais de cooperação, onde haverá a promoção e fortalecimento do desenvolvimento do capital social, sendo apoiadas iniciativas “que favoreçam o incremento da capacidade técnica, gerencial e articuladora dos atores sociais, bem como o empoderamento das comunidades envolvidas com o plano territorial” (BRASIL, 2005a, p. 20).

A dinamização econômica nos territórios rurais corresponde à terceira área de resultados. Segundo o MDA, quando se fala em dinamização econômica entende-se como sendo o fornecimento de uma renda e remuneração digna do trabalho, assumindo o papel de apoio à inclusão social, possibilitando o acesso a bens e serviços, e atribuindo à inclusão econômica a função de resgatar a dimensão produtiva do indivíduo e cidadão (BRASIL, 2005a, p. 21).

Nota-se neste trecho o reconhecimento do fornecimento de renda como um dos instrumentos de apoio, e não a única saída, para que haja uma maior inclusão social nestes territórios. Apesar disso, todas as vezes que se comenta sobre inclusão social no documento intitulado “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais” (BRASIL, 2005a), esta está diretamente atrelada à inclusão econômica. Isto não significa que um termo esteja empregado como sinônimo do outro, mas que a inclusão econômica, o fornecimento de renda, seja uma forma de se alcançar a inclusão social, pelo menos na teoria posta no documento oficial do governo.

A quarta área de resultados é a articulação de políticas públicas. O MDA comenta em relação a esta área que as articulações interinstitucionais a partir do território permitem integrar horizontalmente programas públicos com foco na realidade territorial e rearticulá-los e/ou recriá-los a partir de novos espaços (como os fóruns, comissões, comitês, conselhos, entre outros) com autonomia, representatividade e legitimidade (BRASIL, 2005a, p. 22). Esta articulação busca assim que diferentes órgãos privados, do terceiro setor e público, das três esferas

(municipal, estadual e federal), articulem políticas em prol do desenvolvimento territorial.

As estratégias apresentadas e os resultados pretendidos necessitam de alguns instrumentos para que sejam concretizados. O MDA estabelece três instrumentos fundamentais para a operacionalização do desenvolvimento territorial (BRASIL, 2005a, p. 22). O primeiro instrumento é o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (conhecido pela sigla PTDRS), sendo assim analisado e definido pelo MDA:

O processo de construção do plano territorial de desenvolvimento organiza as discussões, proposições e decisões em torno dos desafios a serem enfrentados e resultados a serem alcançados. Seu processo transita pela reflexão crítica sobre os problemas e potencialidades, as fragilidades e oportunidades, procurando objetivar iniciativas na forma de projetos que concretizem a “visão de futuro” concertada. Para tanto, é necessário que seja percorrido o itinerário do processo político e do processo técnico, para os quais deverão ser mobilizados, sensibilizados e capacitados os atores sociais do território. O plano (PTDRS) não é caracterizado apenas pelo documento que o representa, mas sim, como um conjunto organizado de proposições e de decisões que conformam um acordo territorial que tem a participação da maioria dos atores sociais. (BRASIL, 2005a, p. 22, grifo do autor).

O PTDRS necessita ser elaborado de forma participativa pelos atores sociais do território, tendo caráter multisetorial e possuindo mecanismos para monitoramento das ações a serem realizadas, pretendendo se constituir, assim, em um eficiente instrumento de gestão do desenvolvimento regional.

O segundo instrumento em questão são os projetos específicos do território, que seriam os projetos elaborados pelos atores do território de forma organizada e que tenham caráter associativo, podendo ter função econômica, social e/ou institucional. O MDA prevê disponibilização de recursos para estes projetos.

O terceiro instrumento é o monitoramento do programa e avaliação das iniciativas. As estratégias para operacionalizar este instrumento estão a cargo do SDT/MDA e servem para avaliar o andamento do programa e o grau de desenvolvimento do mesmo, bem como o comprometimento dos atores sociais, em todos os atuais 164 territórios rurais existentes no Brasil.

Em 2008 foi lançado o Programa Territórios da Cidadania, considerado um aprofundamento da política do governo federal em territorializar suas ações.

Segundo o Art. 2º do Decreto de 25/02/2008 que institui o Programa Territórios da Cidadania:

Art. 2º - O Programa Territórios da Cidadania tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural, inclusive as de gênero, raça e etnia, por meio de estratégia de desenvolvimento territorial sustentável que contempla:

I - integração de políticas públicas com base no planejamento territorial;

II - ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios;

III - ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania;

IV - inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis, tais como trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas e populações tradicionais;

V - valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (BRASIL, 2008a, p. 1).

O grande diferencial deste programa é o esforço conjunto de diversos ministérios do governo federal e o trabalho articulado dos mesmos de forma territorial, aprofundando o conceito de território rural como estratégia de desenvolvimento. Em 2009, 22 ministérios tiveram ações previstas no Programa Territórios da Cidadania, sendo que os mesmos possuem representantes no Comitê Gestor Nacional do Programa.

Os critérios para se escolher os territórios que fazem parte desse programa são: já ser um território rural constituído pelo MDA (dentro do PRONAT), possuir baixo IDH, ter concentração de comunidades tradicionais e significativo número de municípios com baixo dinamismo econômico, além dos critérios constantes no PRONAT.

Em 2008 havia 60 territórios participantes do Programa, número que foi elevado a 120 em 2009 (BRASIL, 2009a, p. 11). No Paraná atualmente fazem parte do Programa Territórios da Cidadania os territórios Cantuquiriguaçu, Norte Pioneiro, Paraná Centro e Vale do Ribeira.

De acordo com a relação acima, o Território Centro-Sul do Paraná ainda não está no Programa Territórios da Cidadania, apesar de fazer parte do PRONAT. Em relação ao estado do Paraná, este território já possui os critérios necessários para fazer parte desse programa, o que deverá ocorrer nas próximas ampliações do mesmo. O capítulo a seguir é dedicado a caracterizar o Território Centro-Sul, analisando seus aspectos históricos, geográficos, sociais, culturais, entre outros.

4 TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

O capítulo 4 traz informações mais detalhadas sobre o Território Centro-Sul do Paraná, informações estas que mostram a realidade não só do turismo da região, mas desta como um todo. Primeiramente enfoca-se o processo de ocupação da região, fazendo uma abordagem de cunho histórico com a intenção de justificar certas peculiaridades do Centro-Sul, como a existência de faxinais e a composição étnica diferenciada da sua população.

Após discorrer sobre a origem e formação do Território Centro-Sul, são analisados diversos dados da região e de seus municípios, fazendo uma caracterização geral da mesma com dados sobre relevo, clima, área, população, meios de acesso, entre outros. Com estes dados levantados, passa-se a fazer uma caracterização socioeconômica da região, levantando-se dados sobre concentração de renda, riquezas geradas, atividades econômicas predominantes, entre outros.

Após traçado este perfil histórico, social e econômico, são abordados aspectos relativos à atividade turística da região, com dados sobre equipamentos e serviços turísticos e culturais, análise da atuação dos órgãos gestores na área (e outras instituições que também trabalham, mesmo que indiretamente, com o turismo) e análise do potencial turístico existente.

4.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

A história do Paraná até a terceira década do século XVII se resumia a divergências sobre a linha empírica que o demarcava pelo Tratado de Tordesilhas (MARTINS, 1995, p. 58). Se, por um lado, a Espanha estipulava que a Linha de Tordesilhas passava na altura de Iguape (área atualmente pertencente ao Estado de São Paulo), Portugal estipulava que tal linha passava na altura de Laguna, localizado no Estado de Santa Catarina. Ou seja, para a Espanha o território referente ao Estado do Paraná era integralmente de seu domínio, enquanto para Portugal a área a leste da Serra do Mar o pertencia.

Nessa época não havia população branca no território paranaense, apenas vicentistas (moradores da São Vicente, atualmente no Estado de São Paulo) que vinham traficar tupiniquins em Superagui e outros moradores do território paulista que vinham em busca de índios Carijós na região de Paranaguá (MARTINS, 1995).

Segundo Martins (1995, p. 273), o território paranaense passou por três ciclos de povoamento: a mineração, a criação e comércio de gado, e a roça. Quando se comenta sobre esse “território paranaense”, é necessário considerar que este pertencia até o ano de 1853 à Província de São Paulo, sendo que tais ciclos de povoamento se deram na região conhecida como “Paraná Tradicional”, a primeira a sofrer processo de ocupação territorial. Esta ocupação é diversa da de outras regiões do atual Estado do Paraná e está assinalada na figura abaixo:



FIGURA 9 – PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE
FONTE: SILVA (2007).

De início, os primeiros moradores se ocuparam em procurar ouro pelas vertentes das serras e escravizar índios. Com o escasseamento do ouro, os arraiais formados pelos acampamentos provisórios destas pessoas se viam, segundo Martins (1995, p. 273-274):

[...] servidos apenas de trilhos selváticos para as comunicações com as vilas mais próximas e que, ainda assim, jaziam a centenas de léguas de Curitiba, ficaram em grande parte agremiados na região do planalto, entre a Serra do Mar e o sertão próximo e presago. Foi então que procuraram salvar-se das contingências do próprio meio social que haviam criado, fundando os órgãos mais precisos à justiça e à administração pública, investigando as veredas mais acessíveis a outros centros de populações e se dedicando à criação e ao comércio de gado. Foi o ciclo pastoril e tropeiro, mais criador de êxitos felizes que os que dera origem às entradas de preiadores de índios e de caçadores de pepitas auríferas.

Da mesma forma que a criação e o transporte de gado influenciaram para que as populações se juntassem em determinados “pousos” e “currais”, a formação de “roças” com excessos comerciais foi fixando essas e outras populações em lugares estáveis, dando origem às fazendas, freguesias, vilas e cidades (como foi o caso de Jaguariaíva, Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Campo Largo, Rio Negro, entre outras). Outros fatores contribuíram para a fixação de maiores contingentes populacionais e um maior desenvolvimento econômico no sul da Província de São Paulo (área que atualmente corresponde ao Estado do Paraná) ao longo do século XVIII, como colocado por Martins (1995, p. 274-275):

A criação de gado, a lavoura de milho, feijão, trigo, etc., a industrialização e comércio do mate de 1722 (data da Resolução Régia que permitiu que o comércio de Congonha fosse feito com o Rio da Prata), obrigaram à vida sedentária os antigos homens de aventura, os nômades do ciclo da mineração; e as comunicações mais fáceis e seguras, pelo caminho das tropas ponteados de povoados, animaram as entradas de outros povoadores.

Os vários climas do planalto, as pastagens abundantes e fartamente irrigadas, a terra fértil, o caminho mais curto, a meio termo do mercado de gado de Sorocaba com a região grandemente produtora dos campos da Vacaria (RS), a floresta repleta de materiais de fácil comércio (erva-mate) e de construção econômica (o pinho), eram outras tantas condições especialíssimas para as preferências dos que, no século XVIII, buscavam a vida estável, as atividades pacíficas, a segurança, as expectativas de fortuna, no Sul paulista [...].

O Território Centro-Sul do Paraná se insere nessa dinâmica de ocupação mostrada, reunindo um conjunto de municípios que, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2007, p. 23), “ocupam parcela

da extensa região denominada Paraná Tradicional, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Ainda segundo o IPARDES (2007, p. 23):

A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunho extensivo e extrativo, e parte importante do seu povoamento inicial decorreu de incursões militares, de tráfego de tropeiros e de estratégias governamentais de dinamização da navegação no vale médio do Iguaçu, direcionando para a região a instalação de colônias de imigrantes estrangeiros (principalmente poloneses, ucranianos, alemães e russos). Estas, assentadas em pequenas propriedades, dedicaram-se desde logo à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade.

Estes imigrantes estrangeiros começaram a chegar ao Paraná ao longo do século XIX, principalmente na sua segunda metade. Até então, o quadro demográfico do Paraná imprimia características que o aproximava com a de outras regiões brasileiras, onde a participação de escravos (índios e africanos) e descendentes no seu efetivo populacional era bastante significativa. Com a chegada dos imigrantes europeus, essas características trazidas pela antiga formação socioeconômica paranaense foram se modificando e se tornando menos visíveis. Tais modificações são analisadas por Balhana *et al.* (1969a, p. 127):

A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno e de outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes. Estes fatos estão em conotação com outras ocorrências havidas na sociedade global brasileira e contribuíram de modo ponderável para transformar a estrutura demográfica dominante no Paraná. A expansão ecológica da economia de exportação deslocando para São Paulo o centro da produção cafeeira coincidiu com a extinção do tráfico de escravos, tornando angustiante o problema da mão-de-obra nos cafezais paulista e provocando a conseqüente mobilização da escravaria existente em várias regiões do Brasil. Para atender à carência de braços na lavoura cafeeira de São Paulo foi grande o número de escravos recrutados, inclusive no Paraná.

Desta forma diminuiu-se o número de escravos no Paraná, o que “propiciou a entrada de novos contingentes populacionais trazidos pelo fluxo imigratório que se intensifica no Brasil motivado, principalmente, pela escassez de mão-de-obra na agricultura, tanto de exportação, como na de subsistência” (BALHANA *et al.*, 1969a, p. 128).

O fato de se recrutar mão-de-obra não somente para a agricultura de exportação, mas também para uma agricultura de abastecimento, foi o diferencial do Paraná (e da região Sul) perante outras regiões do Império onde, “além de remédio contra a decadência da produção agrícola, a imigração, já naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário” (BALHANA *et al.*, 1969a, p. 162). Esta migração estimulada para se fixar e povoar a região Sul originou inúmeras pequenas propriedades na região e fortaleceu a lavoura de subsistência (ORREDA, 1974).

Dentro dos doze municípios que formam o Território Centro-Sul do Paraná foram estabelecidas muitas colônias, que tiveram papel decisivo na cultura da região. As colônias estabelecidas estão mostradas no quadro abaixo:

Ano	Município	Colônia	Núcleos coloniais	Área em ha	Número de lotes	Número de imigrantes	Grupos étnicos
1896	Prudentópolis	Prudentópolis	Trinta núcleos	41.480	1.574	16.637	Ucr./pol./ale./outros
1896	Mallet	Mallet	-	8.500	150	3.600	Ucr./pol.
1907	Prudentópolis	Jesuíno Marcondes	-	1.520	61	307	Ucr.
1907	Ipiranga	Ivay	Calmon e São Roque	16.274	691	4.840	Ucr/pol./ale./hol.
1908	Irati	Irati	Gonçalves Júnior	6.240	285	1.379	Ale./pol./ucr./hol.
1908	Prudentópolis/Irati	Itapará	Xavier da Silva	7.016,9	300	1.393	Ale./pol./ucr./hol.
1908	Ipiranga	Tayó	-	1.554	75	361	Pol./ale.

QUADRO 2 – COLÔNIAS ESTABELECIDAS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTE: O autor (2009), baseado nos dados de Balhana *et al.* (1969a, p. 164-167).

LEGENDA: Pol. – poloneses; Ucr. – ucranianos; Ale. – alemães; Hol. – holandeses.

Com a chegada dos imigrantes europeus, iniciou-se um processo de miscigenação cultural entre os mesmos e os moradores que já viviam na região. Em relação a essa miscigenação e a dificuldade de vida nas primeiras colônias, Orreda (1974, p. 7) coloca, especificamente quanto à realidade das colônias de Irati, que:

A improvisação foi total, refletindo talvez no êxito do esforço colonizador, pois o isolamento em que ficaram os colonos resultou na perda da força desbravadora, fiéis a primitiva nacionalidade, pouco assimilando a cultura brasileira. Apesar de todas as adversidades, o imigrante marcou sua presença com extraordinária capacidade de trabalho, tornando a terra produtiva ao introduzir novas culturas, tais como a do trigo, centeio, batata-inglesa e outras. Descortinou-se então um ciclo de grande desenvolvimento para a economia do município, principal fonte de motivação no processo de evolução de Irati. Os colonos exerceram forte influência no meio, embora se deixassem influenciar, adaptando-se muitas vezes aos costumes nativos, como por exemplo, ao adotar o hábito de queimar a terra antes do plantio.

Na verdade, um grande número de imigrantes desconhecia o trabalho agrícola. Imigraram como lavradores talvez pelas facilidades encontradas, procurando a paz e tranquilidade que muitas vezes não haviam encontrado em seu continente.

Esta influência dos povos europeus trouxe mudanças profundas tanto no modo de vida das pessoas da região quanto nas técnicas de agricultura utilizadas. Essa fusão só pôde ocorrer pela convergência sociocultural entre os povos, já que tanto caboclos quanto europeus praticavam agricultura para abastecimento familiar (e, complementarmente, comercial), visando somente a aquisição de produtos básicos para a sobrevivência (HAURESKO, 2001, p. 74-75).

Hauresko (2001, p. 67) comenta, inclusive, sobre dois momentos históricos distintos quanto aos sistemas culturais do campesinato no Paraná Tradicional: o primeiro diz respeito ao campesinato caboclo e o segundo ao europeu, se confundindo ao longo da história quando ocorre a “caboclização” dos imigrantes europeus. Quanto à forma de vida dos caboclos, Hauresko coloca que:

Tudo indica que este grupo (caboclos) cultural já existia desde a entrada dos bandeirantes no sertão paranaense do século XVII. Essas bandeiras eram grandes grupos de luso-brasileiros e indígenas, que conviveram durante vários meses e “perderam” vários componentes no Paraná que se misturaram com a população local dos Guaranis e Kaingangs (MARTINS, 1995, p. 203). A introdução das fazendas de gado no século XVIII nos Campos trazia um outro grupo de pessoas para as matas, ex-peões e fugitivos do sistema oficial, como quilombeiros e criminosos que desapareceram sertão adentro, quer dizer, na franja da mata de araucária. [...] A cultura dos caboclos não se perdeu, como a dança de São Gonçalo, as festas juninas, a veneração dos santos pretos e alguns vestígios dos indígenas – em Ivaí.

[...] Culturalmente, o subsistema caboclo se caracteriza por uma forma de catolicismo popular, um catolicismo com pouca influência do clero, cheio de crenças supersticiosas e fetichistas. Além disso, observa-se um grande conhecimento das ervas naturais medicinais. Também, a forma de produção integrada na agropecuária e no extrativismo, mostra um alto grau de conhecimento dos circuitos ecológicos. (HAURESKO, 2001, p. 68-69, grifo do autor).

A convivência destes caboclos em pequenos grupos (tanto baseados em uma só família quanto em grupos de amigos ou grupos indígenas miscigenados) resultou em uma forma de produção comunitária peculiar e característica do Centro-Sul do Paraná: o Sistema Faxinal (CHANG, 1988). Esta estruturação da sociedade cabocla, desenvolvida em um sistema altamente integrado de recursos alocativos (através de um comércio restrito aos centros de produção – vilas, fazendas) evitou a hierarquização dos recursos (HAURESKO, 2001).

Ressalta-se que o Sistema Faxinal está fortemente alicerçado na estrutura de subsistência das grandes fazendas, principalmente no que diz respeito à produção animal à solta, ao cercamento das lavouras com varas de bambu e ao pousio da terra. Com a presença da erva-mate este sistema teve que ser adaptado (SILVA, 2005, p. 35).

Com a interiorização dos imigrantes europeus (segmento social que muito contribuiu para a configuração da estrutura fundiária da região em pequenas propriedades) e a sua integração com a atividade ervateira (que no final do século XIX possuía grande importância econômica), pecuária, atividade madeireira e produção agrícola, imprimiu-se uma nova realidade ao sistema socioeconômico da época. Dentro deste contexto, com essa influência dos imigrantes europeus, o Sistema Faxinal ganhou forma e expressão, definindo sua formação atual (SILVA, 2005, p. 36).

O Sistema Faxinal, após estas conformações ao longo dos tempos, se define, segundo o Decreto Estadual Nº 3.446 (anexo 3), de 1997, como:

[...] o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas.

Este decreto do Governo do Estado do Paraná diz respeito à criação das ARESURs (Áreas Especiais de Uso Regulamentado) em áreas com presença de faxinais no estado, com os objetivos de “criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da Araucária angustifolia”, ou pinheiro-do-paraná.

Além da presença dos faxinais e a história comum contada no presente capítulo, os municípios que formam o Território Centro-Sul possuem sua história particular, bem como características que os diferem dos municípios vizinhos. A fim de se mostrar tais peculiaridades, o quadro a seguir mostra um breve resumo histórico de cada município da região:

Município	Histórico
Fernandes Pinheiro	A primeira denominação do atual município de Fernandes Pinheiro foi Imbituvinha, de colonização antiga, surgindo de uma parada de tropeiros que demandavam ao sul na última década do século XIX. O nome da localidade é referência à Estação Ferroviária Fernandes Pinheiro, em homenagem ao engenheiro Antônio Augusto Fernandes Pinheiro, diretor da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, ainda no começo do século XX. Em 1899 o povoado foi elevado à categoria de distrito policial no município de Santo Antônio de Imbituva. Em 1907 passou a integrar o município de Iriti, voltando ao de Imbituva por ocasião da construção da ferrovia, à qual era ligada por estrada vicinal. Em 1917, integrou o município de Teixeira Soares. Neste período a Estação de Fernandes Pinheiro rivalizava com centros comerciais de destaque, por ser importante centro comercial e industrial, de onde partiam diligências para Imbituva, Prudentópolis, e Guarapuava, vindas de Curitiba. De 1917 a 1930, era reconhecidamente um grande centro comercial da Linha Sul. O município foi criado através da lei estadual nº 11.266, de 21 de dezembro de 1995, na sede do antigo distrito de Fernandes Pinheiro, desmembrado de Teixeira Soares.
Guamiranga	A região do atual município de Guamiranga iniciou sua colonização por volta de 1860. Os primeiros moradores foram Henrique Lemes e as famílias de Florindo Teixeira e Duarte. Todos fixaram residência em Água Branca e Barreiro, que eram pontos de passagem obrigatórios dos tropeiros. Entre 1890 e 1910, chegaram os imigrantes poloneses, italianos e alemães. A primeira denominação foi Monjolinho. Em 1930 foi criado o distrito judiciário de mesmo nome. Em 1934 a denominação foi mudada para Natal. Em 1943 mudou novamente para Guamiranga, vocábulo tupi destinado a perdurar. Esse distrito foi elevado à categoria de município em 16 de novembro de 1995, através da lei estadual nº 11.203. O território foi desmembrado de Imbituva, constituindo sede no antigo distrito de Monjolinho.
Imbituva	Em 1871, Antônio Lourenço, antigo conhecedor da região, fixou-se no Pouso do Cupim, antiga denominação da localidade. [...] Dez anos depois, o povoado era elevado à categoria de Vila, com a denominação de Santo Antônio do Imbituva, em referência ao Rio Imbituva e sob os auspícios da Lei nº 651 de 26 de março de 1881. No final do século XIX, o povoado viria a sofrer notável influência de imigrantes alemães, poloneses e russos, que chegaram à região trazendo otimismo e progresso ao antigo povoado de Cupim. Foi fundada, em 1909, a Colônia do Cedro, com 28 famílias alemãs. Os italianos já haviam chegado em 1896, e depois de adquirirem uma gleba de terras, no antigo Cupim, fundaram uma colônia. Santo Antônio do Imbituva, com denominação simplificada para Imbituva, é elevada à categoria de cidade e Comarca de Segunda Entrância, através da Lei Estadual Nº 938, no dia 2 de abril de 1910.
Inácio Martins	Os fundamentos históricos da colonização do município de Inácio Martins datam do ano de 1892, quando as famílias Stresse, Schleder e Martins ali se estabeleceram. A primeira denominação foi Guarapuavinha e uma das providências que as famílias pioneiras tomou foi a construção de uma pequena capela. O ramal dos trilhos de aço da via férrea, em muito contribuiu para a estabilidade regional, que viveu tempos áureos no período da indústria madeireira. O município foi criado em 25 de julho de 1960, pela Lei nº 4245, com denominação alterada para Inácio Martins e território desmembrado de Guarapuava. O nome da cidade é homenagem ao engenheiro civil Inácio Martins, que dirigiu os trabalhos de construção da estrada de ferro até esta localidade.
Ipiranga	A fundação da cidade de Ipiranga é obra do cidadão português Joaquim Teixeira Duarte, que chegou em terras paranaenses no ano de 1853. Ao chegar, Joaquim Duarte já encontrou algumas famílias estabelecidas naquela região, a que chamavam Guarda Velho, primeira denominação do lugar. Em 1867 Joaquim Teixeira Duarte trouxe para o povoado o padre Antônio Pina, que rezou a primeira missa. O povoado crescia e foi incrementado com a política de imigração do governo, que criou a Colônia Taió, a cinco

	quilômetros da localidade, abrigando 519 imigrantes poloneses, alemães e holandeses. Em 7 de dezembro de 1894 pela lei nº 115, o núcleo foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Ponta Grossa.
Irati	A fundação de Irati data de 1865, quando diversas famílias, para evitar que seus parentes fossem convocados para a guerra do Paraguai, fugiram para o interior do estado e, em área territorial do município de Imbituva, formaram um pequeno povoado que foi denominado Covozinho ou Covalzinho. Em 1899, o coronel Francisco de Paula Pires e Emílio Batista Gomes adquiriram grande área de terras nas adjacências do Covalzinho e fundaram a Vila de São João, mais tarde Irati Velho. Esperavam os fundadores que os trilhos da estrada de ferro passassem por ali, o que traria progresso e estabilidade ao seu povoado. Tal fato não ocorreu e a ferrovia ao ser construída desviou dali, certamente em função da topografia, indo atingir o povoado do Covalzinho. Desta forma foi inaugurada a Estação Ferroviária e Telegráfica de Irati, que recebeu forte fluxo migratório e em pouco tempo assumia ares de cidade. [...] A lei estadual nº 716 de 2 de abril de 1907, cria o município de Irati, cuja instalação se deu no dia 15 de julho do mesmo ano (desmembrado de Imbituva).
Ivaí	A Colônia Ivaí foi fundada a partir do desmembramento da Colônia Prudentópolis, em 1896, solução encontrada pelo Diretor de Imigração, Dr. Cândido de Abreu. Esta colônia era composta de imigrantes eslavos que desde o início se dedicaram ao cultivo da terra. O povoado cresceu lentamente. [...] A lei estadual nº 4382, de 10 de junho de 1961 criou o município de Ivaí, com território desmembrado do município de Ipiranga.
Mallet	A colonização iniciou-se em 1884 e registraram-se os nomes de Frederico Carlos Franco de Souza, João Teixeira de Lima e Antônio Rodrigues de Lima. Os desbravadores chegaram e fundaram um povoado denominado Rio Claro. Em 1890 chega à região a primeira leva de imigrantes poloneses. Em 1892 foi criado o Distrito Judiciário de Rio Claro. Em 1895 chegam imigrantes ucranianos. Em 1903 foi inaugurada a estação ferroviária que recebeu o nome de Marechal Mallet, homenagem prestada ao engenheiro militar Mal. João Nepomuceno de Medeiros Mallet, natural de Bagé que após gloriosa carreira tornou-se Ministro de Guerra. Pela lei nº 1189 de 15 de abril de 1912, foi criado o município de São Pedro de Mallet, desmembrado de São Mateus do Sul. Em 1929 o nome é simplificado para Mallet.
Prudentópolis	Em 1884, Firmo Mendes destina parte de suas terras para a formação de um povoado, constrói uma capela e, a pedido do pároco de Guarapuava, entroniza uma imagem de São João Batista. O lugar começa a receber famílias que constroem casas, alguns montam pequeno comércio, e todos passam a chamá-lo de "Vilinha". Em 1886 o povoado é elevado à categoria de distrito, com denominação alterada para São João de Capanema, em homenagem ao santo padroeiro do lugar e ao Barão de Capanema. No final de 1894, as terras devolutas de São João de Capanema são destinadas à colonização, por determinação do governo federal. O Dr. Cândido Ferreira de Abreu foi designado como diretor da futura colônia, a quem batizou de Prudentópolis, numa homenagem ao ex-presidente da república, Dr. Prudente de Moraes Barros. Contemporaneamente estabeleceram-se imigrantes poloneses e ucranianos. Em 5 de março de 1906, pela lei estadual nº 615, foi criado o município, com território desmembrado de Guarapuava.
Rebouças	O primeiro núcleo de colonização iniciou-se no século XIX no município de União da Vitória e denominava-se Butiazal. Em 1902 os moradores de Butiazal se transferem para o povoado de Rio Azul. Em meados de 1904 foi inaugurada a estação ferroviária Antônio Rebouças, que acabou sendo incorporada ao povoado de Rio Azul. Pela lei estadual nº 2738, de 31 de março de 1930, foi criado o município de Antônio Rebouças, com território desmembrado de São João do Triunfo. Em 1943 o nome é simplificado. Rebouças foi o engenheiro ferroviário orientador da construção da São Paulo – Rio Grande Railway em companhia de seu irmão André Rebouças, ambos desbravadores de sertões paranaenses e vultos de grande projeção da engenharia nacional.

Rio Azul	Em 1885, penetraram no “Sertão do Jararaca” as famílias de Domingos Soares de Ramos, José Lourenço Cardoso, Joaquim Marinho, Frederico Ferreira, Joaquim Correia Lopes e Cláudio Amâncio de Oliveira, lançando os fundamentos históricos de Rio Azul. Posteriormente, a localidade ficou conhecida por Colônia dos Soares e Colônia Butiazal. Em 1902 foi inaugurada a estação ferroviária de Roxo Ruiz, denominação que homenageava o engenheiro-chefe de obras da companhia. Em 1907 o povoado é elevado à categoria de distrito com a denominação de Rio Cachoeira, o que não agradou, voltando a denominação Roxo Ruiz em 1916. Em 1908 chegaram os imigrantes poloneses e ucranianos. Pela lei nº 1759, de 26 de março de 1918, foi criado o município de Roxo Ruiz. Em 1920 o município passa a se chamar Marumby, pertencendo ao Termo de Irati. Em 1930 passa a se chamar Rio Azul, em referência ao rio de mesmo nome que banha o território municipal.
Teixeira Soares	Em 1890 o paulista João Augusto chegou à região, sendo o principal pioneiro e desbravador da localidade. Em seguida veio João Bernardes. Somente em 1896 é que chegaram as famílias de Horácio Nunes e Joaquim Neves. Nesta época a localidade chamava-se Boa Vista. Os moradores da vila de Boa Vista se empenharam no fortalecimento social e econômico da localidade. A comunidade doou terreno para instalação da estação ferroviária, sendo iniciativa coroada de êxito graças à colaboração do engenheiro Andrade Pinto, funcionário da estrada de ferro. Em 1 de janeiro de 1900 foi inaugurada a Estação Ferroviária Teixeira Soares. A partir desta data a localidade teve acentuado progresso. Em 26 de março de 1917, pela lei estadual nº 1696, o núcleo foi elevado à categoria de município, com território desmembrado de Palmeira. O nome da localidade é homenagem ao engenheiro civil, Dr. João Teixeira Soares, um dos construtores da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

QUADRO 3 – HISTÓRICO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ
 FONTE: O autor (2009), baseado em FERREIRA (2006) e BALHANA *et al.* (1969b).

Como visto ao longo do item 4.1 e do quadro apresentado acima, nota-se a importância que teve a imigração européia, bem como a construção da ferrovia que cortava a região e a presença dos caboclos fugidos de diversas fazendas, para a formação do Território Centro-Sul, com suas peculiaridades e características que o difere das demais regiões do Paraná. Ao longo do capítulo 4 serão mostradas tais características, bem como o potencial que a região possui para a prática do turismo.

4.2 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Iniciou-se em meados do ano de 1996 (IPARDES, 2007) a discussão sobre desenvolvimento rural integrado nos municípios da região de Irati (que compreende a região que viria a constituir o Território Centro-Sul do Paraná), onde foram captados recursos e realizada a constituição e capacitação dos conselhos municipais de

desenvolvimento rural (CMDR) da região. Este processo foi iniciado pela EMATER-PR (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural). Ao longo dos anos subsequentes esses conselhos municipais foram consolidando sua importância para a região, com o intuito de fiscalizar e propor soluções para os órgãos oficiais de agricultura dos municípios.

Ainda segundo o IPARDES (2007), no início de 2003, com a realização de seminários municipais e maior mobilização de conselhos e algumas lideranças da região, aprofundou-se a discussão de conceitos antes pouco conhecidos na região, como desenvolvimento sustentável territorial, gestão social participativa, entre outros.

Em 2005 o Conselho Gestor do Território Centro-Sul, bem como o próprio território, foi formalmente reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), constituindo uma área que abrangia 12 municípios: Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares.

A partir de então estava formado o Território Centro-Sul do Paraná, assim definido oficialmente pelo Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná (2007, p. 1), de acordo com os preceitos contidos no Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento dos Territórios Rurais:

É um processo de desenvolvimento sustentável que envolve 12 municípios da região Centro-Sul do Paraná, caracterizado por critérios multidimensionais: econômico, sociocultural, político, institucional e ambiental conduzido de forma participativa buscando sua autonomia, ou seja, com capacidade de definir seus horizontes e a possibilidade real de impulsionar suas próprias políticas.

O Conselho Gestor, coordenador do processo territorial no Centro-Sul do Paraná, é formado por instituições governamentais e sociedade civil organizada, com destaque para o segmento da agricultura familiar, fortalecido pela presença dos 12 CMDRs do território, como mostrado no quadro abaixo:

1 REPRESENTANTES PÚBLICOS
Associação dos Municípios do Centro-Sul – AMCESPAR Associação dos Vereadores do Centro do Paraná - AVERCENTRO Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Instituto Agrônômico do Paraná - IAPAR Núcleo Regional de Educação de Irati Núcleo Regional de Saúde de Irati Secretaria Estadual de Abastecimento - SEAB

Secretarias Municipais de Agricultura
2 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL
Agência de Desenvolvimento da Região Sul e Centro-Sul do Paraná - ADECSUL Associação dos Engenheiros Agrônomos de Irati - AEARI Associação dos Agricultores Ecologistas São Francisco de Assis - ASSIS Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural - CMDRs Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural - CEDEJOR Colégio Florestal Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - FETRAF-SUL Floresta Nacional de Irati - FLONA de Irati Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP Instituto Os Guardiões da Natureza - ING Brigada Monge João Maria de Agostinho - MST Sindicatos de Trabalhadores Rurais Pastoral da Criança

QUADRO 4 – FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTE: IPARDES (2007)

O Território Centro-Sul localiza-se na área convergente de três importantes municípios do estado do Paraná: Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava. Possui como municípios limítrofes:

Ao Norte : Cândido de Abreu, Reserva, Tibagi.

A Leste: Ponta Grossa, Palmeira, São Mateus do Sul, São João do Triunfo.

Ao Sul: Cruz Machado, Paulo Frontin, União da Vitória.

A Oeste: Guarapuava, Pinhão, Turvo.

Conforme a figura 10, nota-se que a região é servida por 3 rodovias federais (BRs 277 e 373, pedagiadas, no sentido leste-oeste; e BR 153 no sentido norte-sul) e 6 rodovias estaduais (PRs 160, 153, 364, 438, 487, 522). O IPARDES (2007, p. 105) acrescenta que:

Tais ligações, no entanto, não são suficientes para integrar todos os municípios periféricos aos demais no território. Os municípios localizados ao norte, de Ivaí e Ipiranga, por exemplo, articulam-se mais fortemente com Ponta Grossa devido às condições ainda precárias da rodovia PR-522, que os une a Irati. Quanto à malha de estradas municipais, dos cerca de dezoito mil quilômetros existentes no território, 78,4% encontram-se em condições entre ruins e péssimas, segundo análise da EMATER-PR (dez. 2006).

Além das ligações rodoviárias há também dois ramais ferroviários: o primeiro ligando Guarapuava e o Porto de Paranaguá (passando por Irati, Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares) e o segundo ligando Ponta Grossa e Apucarana, passando por Ipiranga (IPARDES, 2007). Não há aeroportos públicos na região, tendo um aeroporto privado em Prudentópolis e um em Fernandes Pinheiro.

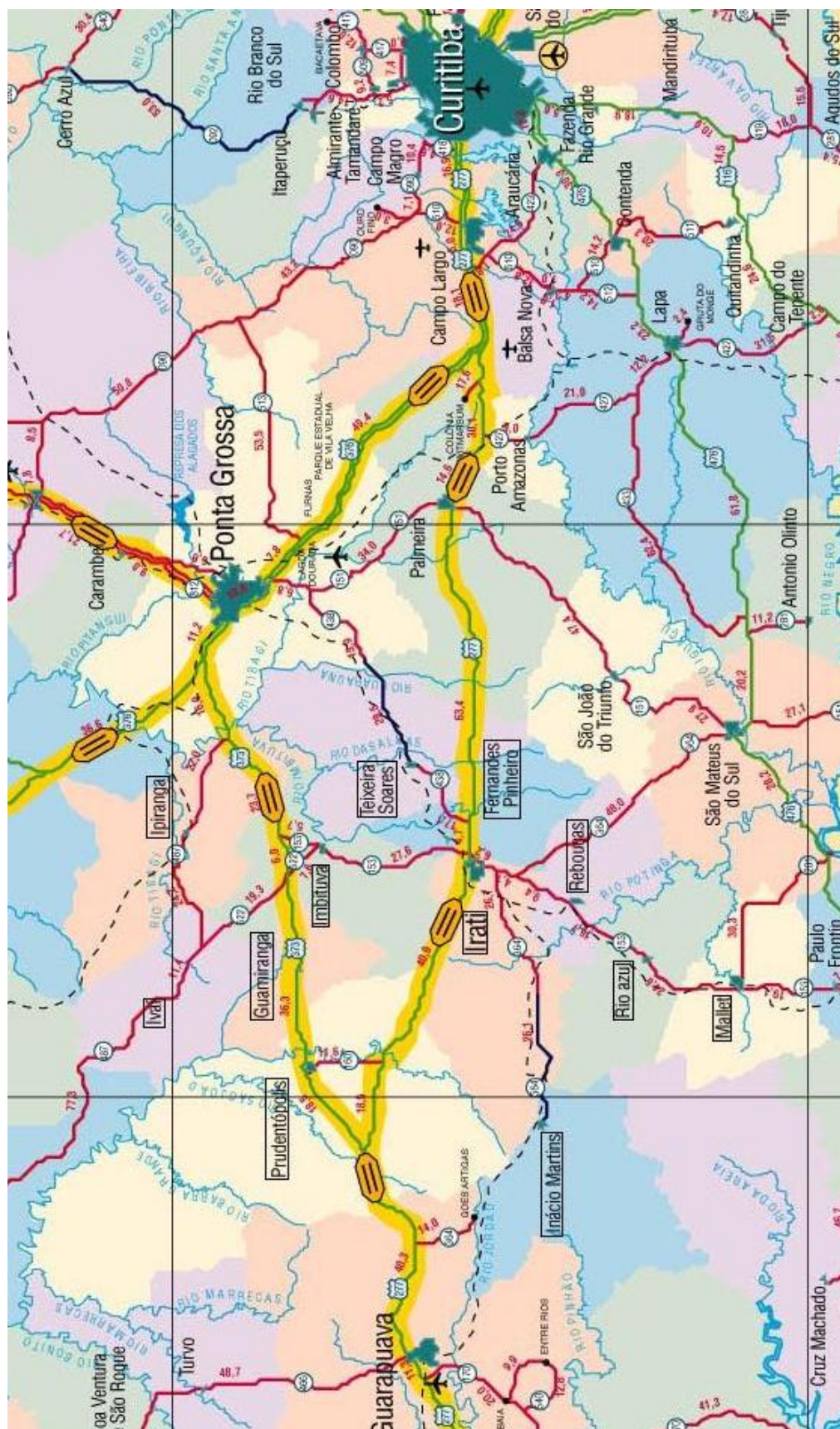


FIGURA 10 – LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ
 FONTE: ANTT (2009)

LEGENDA: □ - Municípios integrantes do Território Centro-Sul do Paraná.

O Território Centro-Sul do Paraná situa-se predominantemente na região conhecida como “Segundo Planalto Paranaense” (ou Planalto de Ponta Grossa), exceto a face oeste do município de Inácio Martins, situado no Terceiro Planalto Paranaense (ou Planalto de Guarapuava). Assim sendo, praticamente toda a divisa oeste da região é ocupada pela Serra da Esperança, divisor natural dos dois planaltos, como mostrado na figura abaixo:

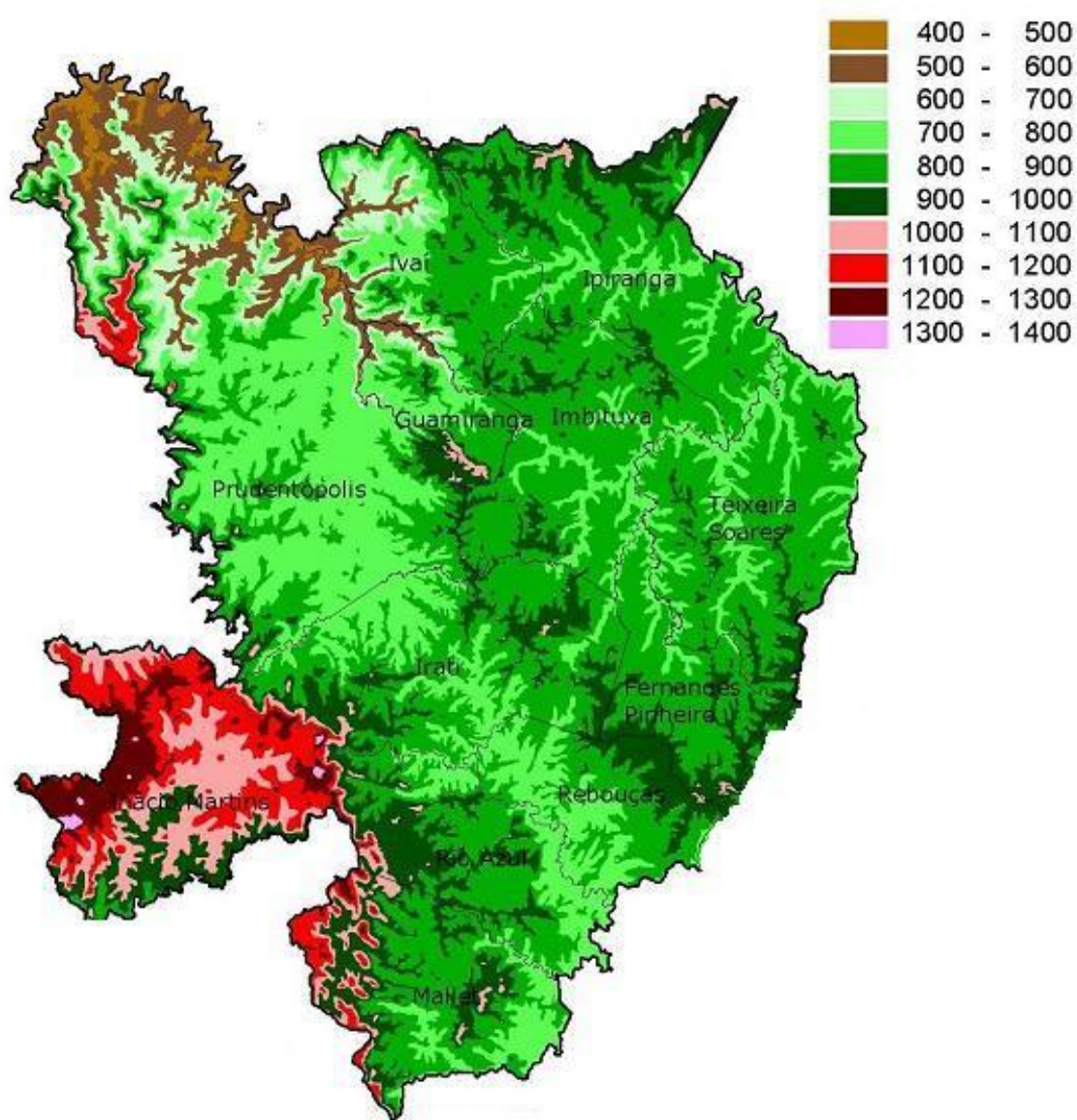


FIGURA 11 – HIPSOMETRIA DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ
FONTE: IPARDES (2007).

Nota-se pela figura acima que esta é uma região com grandes variações de altitude e com declividade acentuada, principalmente na área da Serra da Esperança. Também pelo fato de possuir uma rica rede hidrográfica, com nascentes

pertencentes a três bacias diferentes (Iguaçu, Ivaí e Tibagi), facilita-se a formação de cachoeiras, principais atrativos turísticos de Prudentópolis, por exemplo.

O município mais populoso da região é Irati, considerado município-pólo do território. Já o município com maior extensão territorial é Prudentópolis, com 2.280,1 km² de área. Abaixo há um comparativo com dados gerais dos municípios da região:

TABELA 6 – DADOS GERAIS DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	População (2007)¹	Área (Km²)²	População Urbana (%)²	Distância Capital (Km)²	Instalação²
Fernandes Pinheiro	5.688	406,50	30,9	128,8	1997
Guamiranga	7.548	259,63	22,8	156,4	1997
Imbituva	27.044	756,53	60,3	135,9	1881
Inácio Martins	11.036	936,91	37,2	182,0	1960
Ipiranga	13.993	927,09	30,0	139,6	1894
Irati	54.151	999,59	75,1	138,9	1907
Ivaí	12.840	607,85	31,2	166,2	1961
Mallet	12.414	723,09	54,5	163,3	1912
Prudentópolis	48.708	2.307,90	39,4	173,1	1906
Rebouças	14.053	481,84	48,1	144,2	1930
Rio Azul	13.248	629,74	33,3	156,4	1930
Teixeira Soares	9.781	902,79	46,2	119,4	1917
Território Centro-Sul	230.504	9.939,38	48	-	2005
Estado do Paraná	10.284.503	199.314,85	81,4	-	1853

FONTE: ¹ – IBGE (2009)

² – IPARDES (2007)

A região possui área total de 9.939,38 km², o que corresponde a 4,98% da área total do Estado do Paraná. Nesta área estão distribuídas cerca de 230.504 pessoas (IPARDES, 2007), o que significa uma densidade demográfica de 23,19 hab/km².

Um outro dado mostrado na tabela 6 mostra que apenas três municípios (Imbituva, Irati e Mallet) possuem população urbana maior do que a rural, sendo que em todo o Território Centro-Sul 48% da população vive na zona rural. Esta é uma realidade bastante diversa da encontrada no restante do Paraná, já que no estado apenas 18,6% da população vive na zona rural (IPARDES, 2007).

Nota-se também que há certa concentração populacional na região em três municípios, já que estes concentram mais de 56,3% da população total da mesma, ao passo que os três municípios menos populosos concentram apenas 9,98% da população total.

De acordo com a figura acima, nota-se que apenas 17,6% da área da região é composta por florestas nativas alteradas, 3,6% por reflorestamentos e 2,1% por pastagens e campos inundáveis (IPARDES, 2007). Quanto às unidades de conservação presentes na região e que ajudam a manter alguns biomas protegidos, há apenas uma Unidade de Conservação de Uso Integral: a Estação Ecológica de Fernandes Pinheiro, que ocupa 0,07% da área da região (IPARDES, 2007).

Apesar deste baixo percentual, é necessário ressaltar que, segundo o IPARDES (2007), 7,8% do Território Centro-Sul está protegido por unidades de conservação de uso sustentável: a Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Esperança (englobando porções dos municípios de Inácio Martins, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul); as Reservas Particulares de Proteção Natural (RPPN) de Rio Bonito, Serra do Tigre (ambos em Ivaí), Sítio Potreiro (em Ipiranga) e Felicidade (em Imbituva); a Floresta Nacional de Irati (nos municípios de Fernandes Pinheiro e Teixeira Soares); e a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra do Tigre (em Mallet).

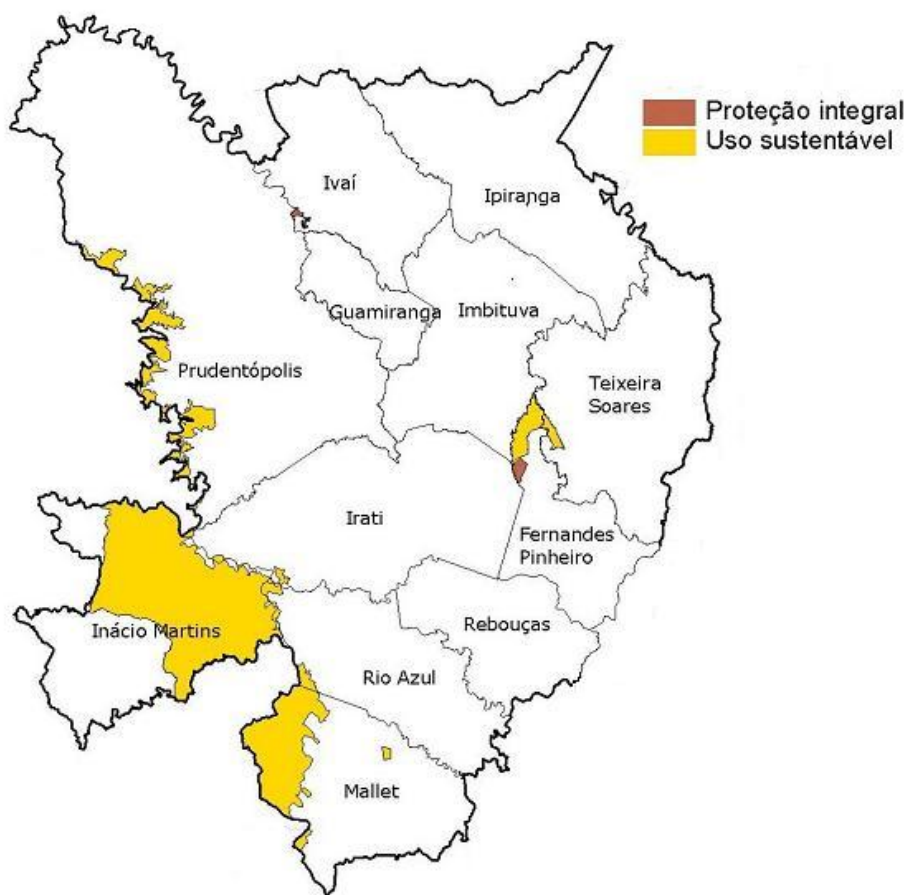


FIGURA 13 – UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ
FONTE: IPARDES (2007).

De acordo com a figura 13 percebe-se um grande percentual de área do município de Inácio Martins com unidades de conservação, neste caso correspondente à APA da Serra da Esperança. Outro ponto a se ressaltar diz respeito à pequena extensão de área das unidades de conservação criadas, com exceção da APA da Serra da Esperança, o que mostra a insuficiência na preservação, principalmente, do Bioma Floresta com Araucárias que, apesar de ainda ser encontrado com relativa facilidade na região, possui apenas 0,8% (ING, 2006) de sua área original preservada.

4.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO

Quase a totalidade dos municípios da região possui como principal fonte de renda a agropecuária, o que reflete também no número de pessoas vivendo na zona rural dos municípios do território, cerca de 48% da população (IPARDES, 2007). Grande parte das propriedades rurais é caracterizada por minifúndios e pequenas propriedades⁷.

Além destes, tem-se também a existência dos faxinais, explicados no item 4.1. O Sistema Faxinal, que era o sistema agrosilvopastoril dominante em todo o Paraná Tradicional, vive um processo de descaracterização do sistema original, seja por meio da dissolução dos criadouros comuns ou da perda do uso coletivo das terras. Se em 1994 existiam 152 faxinais no Paraná, no início do século XXI apenas 44 conseguiram se manter com as características originais (ING, 2006).

Em 1997 foi aprovado o Decreto 3.446 (anexo 3), que reconhece a importância dos faxinais para a preservação das florestas de araucária e para a manutenção da culturas desses moradores para o Paraná. Com isto, os faxinais do

⁷ Julga-se pertinente esclarecer que no presente estudo foram utilizadas conceituações elaboradas por Taveira (1974), onde o minifúndio seria o resultado da divisão excessiva da terra em áreas que, em virtude de sua pequena extensão, não oferecem condições para uma boa exploração econômica, não tendo um tamanho fixo de propriedade. Já a pequena propriedade é a área rural explorada diretamente pelo proprietário e seus familiares, auxiliados, eventualmente, por assalariados, caracterizando um caso de agricultura familiar. Geralmente, no caso regional, esta é uma agricultura de subsistência ou comercializada internamente no território.

estado foram enquadrados como ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado – e foram passíveis de recebimento de ICMS Ecológico⁸.

Com isto, 19 faxinais no Paraná, reconhecidos pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná) como mantenedores das características originais, recebem o ICMS Ecológico, sendo que 18 destes se localizam no Território Centro-Sul do Paraná.

TABELA 7 – FAXINAIS CLASSIFICADOS COMO ARESUR NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Nome do Faxinal	Município	Área em ha ¹	Nº de famílias residentes ²	Repasse ICMS Ecológico (2006) ¹
Papanduva	Prudentópolis	1.340,00	130	3.593,00
Paraná Anta Gorda	Prudentópolis	252,00	97	675,87
Ivaí Anta Gorda	Prudentópolis	726,00	50	1709,45
Barra Bonita	Prudentópolis	1.144,00	180-200	2.972,61
Marcondes	Prudentópolis	600,00	100	1.412,77
Guanabara	Prudentópolis	72,00	43	202,13
Tijuco Preto	Prudentópolis	2.066,48	400	5.542,36
Taboãozinho	Prudentópolis	363,00	86	998,86
Dos Melos	Irati	400,00	40	3.959,15
Rio do Couro	Irati	585,64	70	5.832,97
Marmeleiro de Baixo	Rebouças	433,18	200-250	7.575,63
Marmeleiro de Cima	Rebouças	60,50	63	1.177,16
Barro Branco	Rebouças	492,58	97	9.613,19
Salto	Rebouças	131,89	56	2.694,53
Lageado dos Melos	Rio Azul	287,00	30-35	4.483,22
Taquari	Rio Azul	220,61	90-95	3.200,94
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	215,38	40-50	3.238,25
Lageado de Baixo	Mallet	64,70	12	911,26

FONTES: ¹ – IAP (2006)

² – ING (2006)

A tabela 7 mostra algumas informações referentes aos faxinais do Território Centro-Sul, como a área dos mesmos, o número de famílias que neles vivem e o valor repassado aos municípios para a manutenção desses. Ressalta-se que esses faxinais possuíam há alguns anos atrás áreas substancialmente maiores, mas por diversos tipos de pressões (compra de terras por pessoas de fora da comunidade, dissidências entre os moradores dos faxinais, aumento no valor das terras) esses vêm diminuindo consideravelmente gerando, como consequência, uma menor capacidade de produção dos agricultores e empobrecimento dos mesmos (CHANG,

⁸ O ICMS Ecológico se trata de um instrumento de política pública que consiste no repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios unidades de conservação ou áreas protegidas, como as ARESUR (IAP, 2006).

1985). A produção dos faxinais geralmente é direcionada basicamente para sua própria manutenção e sobrevivência de seus moradores.

Já em relação ao Centro-Sul como um todo, as atividades econômicas mais significativas são as relacionadas à cadeia produtiva de florestas (representando cerca de 30,49% do valor bruto de produção total do território), produção de grãos (27,67%) e produção de fumo (22,89%).

Alguns dos municípios mais pobres do Paraná encontram-se no Território Centro-Sul, fato comprovado pelo IBGE (2003), que mostra que cerca de 20,21% da população residente nos municípios da AMCESPAR (Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná) encontra-se abaixo da linha da pobreza. Este resultado coloca a AMCESPAR na terceira pior posição nesse quesito, de um total de 17 associações de municípios no estado. Vale ressaltar que todos os municípios do território são membros da AMCESPAR, exceto Ivaí e Ipiranga, que são membros da AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais).

A pobreza dessa considerável parcela da população regional se reflete nos principais indicadores socioeconômicos, onde se vê que, em geral, os municípios do território possuem índices abaixo da média estadual, incluindo índices como acesso à água encanada, esgoto residencial e energia elétrica. Uma louvável exceção diz respeito à taxa de alfabetização de adultos, com todos os municípios possuindo médias superiores à estadual.

TABELA 8 – DADOS SOCIOECONÔMICOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	Incidência de pobreza (%) ^{1,4}	Domicílio das famílias pobres ²		IDH (2000) ³	Índice Gini (2003) ^{1,5}
		Urbano (%)	Rural (%)		
Fernandes Pinheiro	43,27	22,9	77,1	0,711	0,37
Guamiranga	36,35	21,1	78,9	0,702	0,36
Imbituva	39,27	50,8	49,2	0,727	0,37
Inácio Martins	40,19	27,4	72,6	0,690	0,37
Ipiranga	31,46	20,6	79,4	0,728	0,36
Irati	39,27	62,6	37,4	0,743	0,38
Ivaí	36,19	30,6	69,4	0,701	0,37
Mallet	39,32	45,7	54,3	0,761	0,37
Prudentópolis	37,75	30,7	69,3	0,733	0,38
Rebouças	39,45	35,0	65,0	0,711	0,37
Rio Azul	31,37	27,1	72,0	0,738	0,37
Teixeira Soares	38,89	32,9	67,1	0,738	0,38
Total do Estado	39,07	67,1	32,9	0,787	0,47

FONTES: ¹ – IBGE (2009)

² – IPARDES (2007)

³ - PNUD (2000)

NOTAS: ⁴ – Porcentagem de pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo por mês segundo o Mapa de Desigualdade e Pobreza 2003 do IBGE lançado em 2008, com dados anteriores ao início do Programa Bolsa Família.

⁵ – Índice calculado pelo IBGE no Mapa de Desigualdade e Pobreza 2003, que mede a desigualdade na distribuição de renda de uma localidade. Este índice varia entre 0 e 1 sendo que, quanto maior o índice, mais desigual é a distribuição de renda da localidade.

De acordo com a tabela 8, notam-se algumas peculiaridades do Território Centro-Sul, que possui características que o diferencia perante outras regiões do estado do Paraná. A primeira característica que se nota é o IDH dos municípios da região, todos menores que a média estadual. Dentro da região este índice varia entre 0,690 em Inácio Martins até 0,761 em Mallet.

Além do baixo IDH, os municípios também possuem grande incidência de pobreza na população. Apesar de esta incidência manter-se na média estadual, o que a diferencia é a localização das famílias pobres. Enquanto no estado do Paraná cerca de 32,9% das famílias pobres se localizam na zona rural, nos municípios da região este valor aumenta substancialmente, sendo que em seis deles mais de 70% das famílias pobres se localizam em localidades rurais.

Esta concentração de famílias pobres na zona rural mostra que a população rural não está conseguindo sair da situação de pobreza por meio das atividades agrícolas da região. Pela tabela 8 nota-se que grande parte da população economicamente ativa da região trabalha na agricultura (inclusive com 5 municípios possuindo mais de 60% de seus trabalhadores nesta área), contra apenas 20,1% no Paraná. Estes dados podem levar à conclusão de que há insuficiência na geração de renda para a população agrícola do Centro-Sul.

Uma consequência deste baixo valor alcançado pela agricultura na região se reflete no PIB *per capita* dos municípios, que chegam a ser de menos da metade da média estadual, como no caso de Fernandes Pinheiro, Guamiranga, Prudentópolis e Rebouças, conforme a tabela 9:

TABELA 9 – DADOS RELACIONADOS À EMPREGO E RENDA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	PIB per capita 2006 ¹	Total de ocupações (2000) ²	Distribuição (%) ²					
			Agr.	Ind.	Con.	Com.	Serv.	Não Def.
Fernandes Pinheiro	5.740,00	1.845	48,6	21,8	3,3	3,3	21,5	1,5
Guamiranga	5.689,00	2.885	72,9	7,3	5,3	5,1	8,1	1,3
Imbituva	6.573,00	9.978	34,3	33,7	5,1	7,4	18,5	1,0
Inácio Martins	8.813,00	4.118	49,2	20,3	2,8	6,6	21,1	0,0
Ipiranga	7.530,00	5.721	65,0	6,4	3,9	6,7	17,2	0,9
Irati	8.485,00	22.006	28,6	15,8	6,8	17,3	30,2	1,3
Ivaí	7.092,00	5.038	68,7	7,2	4,3	6,3	13,3	0,2
Mallet	8.078,00	5.817	53,1	14,2	4,8	7,2	20,0	0,8
Prudentópolis	6.065,00	22.427	62,6	6,6	4,4	8,7	17,5	0,2
Rebouças	6.035,00	5.935	60,9	7,5	4,8	5,6	20,9	0,3
Rio Azul	7.525,00	6.653	72,3	6,3	2,8	3,4	14,6	0,5
Teixeira Soares	8.758,00	3.237	48,1	10,6	5,9	8,9	26,0	0,4
Estado do Paraná	13.158,00	4.055.739	20,1	15,1	7,2	17,1	39,1	1,3

FONTES: ¹ – IBGE (2009)² – IPARDES (2007)

LEGENDA: Agr. – agricultura, ind. – indústria, con. – construção civil, com. – comércio, serv. – serviços, não def. – não definido.

Além da baixa geração de renda e da grande dependência da agricultura, o Território Centro-Sul também apresenta uma alta concentração de empregos (além das relacionadas à agricultura) no município de Irati. Das mais de 54.000 ocupações não-agrícolas da região, 32,78% estão concentradas neste município (IPARDES, 2007). Ou seja, mesmo o Território Centro-Sul sendo formado por 12 municípios, um deles é responsável por um terço das ocupações não-agrícolas, apesar de possuir 22,18% da população total da região.

4.4 TURISMO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

O Território Centro-Sul do Paraná possui potencial para diversos tipos de turismo, principalmente aqueles inseridos em áreas naturais, ou seja, fora das zonas urbanas dos municípios. Destacam-se entre as diversas modalidades de turismo (elencadas no anexo 4, de acordo com a classificação do MTur e SETU-PR) o turismo rural, o ecoturismo e o turismo de aventura, devido principalmente aos seguintes fatores:

- O território possui consideráveis áreas preservadas de florestas com araucárias

(ou floresta ombrófila mista). Considerando-se que este bioma é um dos mais ameaçados de extinção no Brasil (do território original no Paraná restam apenas 0,8%, segundo ING, 2006) pode-se perceber a sua importância estratégica, não só para a atividade turística como para a manutenção da qualidade ambiental do Paraná.

- Existência de um sistema agrosilvopastoril único no mundo e característico do território, o Sistema Faxinal, já comentado nos itens 4.1 e 4.3.
 - Parte do território encontra-se situado na Serra da Esperança, na divisa do segundo com o terceiro planalto paranaense. Graças a esse fato essa região possui grandes declividades (como pôde ser constatado na figura 11, p. 112) com a presença de áreas de serra, dezenas de grandes cachoeiras e, em menor número, grutas e *canyons*. Por estas características, torna-se possível trabalhar com atividades como o rapel, montanhismo, tirolesa, *trekking*, *biking*, *rafting*, *canioning*, *cascading*, entre outros. No Território Centro-Sul a Serra da Esperança abrange os municípios de Prudentópolis, Irati, Rio Azul, Inácio Martins e Mallet.
- a) Cerca de 48% da população da região vive na zona rural, sendo que a maioria dos residentes é formada por agricultores familiares (IPARDES, 2007). 89,3% das famílias rurais da região são pequenos produtores, sendo proprietários de áreas com tamanhos inferiores a 50 ha (IBGE, 2000). Além disso, os costumes de muitos desses agricultores remontam às características dos antepassados ucranianos e poloneses, que chegaram ao Brasil, em especial ao Centro-Sul do Paraná, no final do século XIX e início do século XX.
- Entre os municípios de Irati e Fernandes Pinheiro está situada a Floresta Nacional (FLONA) de Irati, criada em 1968 e possuindo uma área de 3.495 ha (MMA, 2009). Em seu interior encontram-se áreas de floresta com araucária nativa e áreas reflorestadas. As espécies vegetais mais comuns da FLONA são a araucária, imbuia, erva mate, bracatinga, cedro e carvalho. A fauna se faz presente com a gralha azul, sabiá, tiriva, periquito, veado, macaco prego, paca, entre outros. A visitação é possível com hora marcada. A FLONA atende grande número de estudantes, caracterizando o turismo técnico (vide anexo 4).
 - Encontra-se implementado na região o Circuito Polonês-Ucraniano de Turismo Rural de Mallet. É um roteiro temático de turismo rural, que conta com aproximadamente 50 pontos turísticos ao todo, incluindo igrejas típicas

polonesas e ucranianas, cachoeiras, grutas, morros, pesque-pagues, recantos, sítios, cantinas. Foi implementado através do trabalho da EMATER-PR do município. O roteiro é dotado de placas indicativas, loja de artesanato e uma unidade do “Chalé do Produtor”, local destinado para divulgar e comercializar os produtos dos agricultores familiares da região, servindo também de ponto de informações turísticas. O ponto de destaque do roteiro é a Estância Hidromineral Dorizzon.

- No município de Prudentópolis encontra-se agência de receptivo que fornece aos visitantes opções para prática de turismo de aventura e ecoturismo. O município também faz parte do Roteiro do Imigrante, projeto criado pela Cooperativa Paranaense de Turismo (COOPTUR) em conjunto com as cooperativas dos municípios que fazem parte do roteiro: Witmarsum (Palmeira), Castrolanda (Castro), Batavo (Carambeí), CAPAL (Arapoti), Agrária (Entre Rios-Guarapuava) e CAMP (Prudentópolis). Esse roteiro é dividido em duas rotas: Rota Holandesa (Arapoti, Castrolanda e Carambeí) e Rota Eslavo-Germânica (Witmarsum, Prudentópolis e Entre Rios). Dentre os atrativos do roteiro, inclui-se a visitação em algumas dessas cooperativas e a visitação temática dos atrativos, de acordo com sua colonização (COOPTUR, 2009).

Além do turismo em áreas naturais, a região possui potencial para outras modalidades de turismo, conforme classificação do MTur e SETU-PR (anexo 4):

- Turismo histórico-cultural e religioso: Em algumas áreas da região, devido ao grande número de imigrantes poloneses e ucranianos, a cultura desses povos continua preservada. Junto com a cultura peculiar, tem-se a arquitetura típica das dezenas de igrejas de rito ucraniano-católico, a gastronomia e a existência de alguns grupos folclóricos, entre outros.
- Turismo Gastronômico: Além da gastronomia típica dos imigrantes europeus da região, há eventos que divulgam outros pratos característicos, como o Borrego no Rolete, em Irati, como mostrado no quadro 4.
- Turismo de Eventos: São organizados no território alguns eventos responsáveis por considerável fluxo de visitantes até os municípios. Os temas dos eventos são diversos, sendo que há eventos gastronômicos, atacadistas, religiosos, agropecuários, entre outros. Há eventos em praticamente todas as épocas do ano, apesar de não serem trabalhados de forma conjunta ou integrada. Dentre eles se destacam a Feira de Malhas de Imbituva; o Rodeio de Irati e a Festa do

Pêssego e Borrego no Rolete em Irati; a KiwiFest de Mallet e o Fest in Rio, em Rio Azul (para outros eventos na região, ver quadro 5).

Em 2007 foi realizado um estudo pelo IPARDES (2007) sobre os tipos de turismo existentes no Território Centro-Sul do Paraná. Foi constatado que a região apresenta vários tipos de turismo, porém pouca estrutura para dar o suporte necessário a estas atividades. Também se constatou que 10 dos 12 municípios da região possuem algum tipo de turismo, a saber: ecoturismo, de aventura, cultural, religioso, saúde, evento e rural (IPARDES, 2007)

Os dois únicos municípios que não apresentaram qualquer tipo de turismo foram Ivaí e Teixeira Soares. Por sua vez, os municípios de Irati, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul apresentaram mais opções de turismo.

Município	Tipo de Turismo¹	Observação
Fernandes Pinheiro	Rural	-
Guamiranga	Rural Religioso Eventos	Festa do Agricultor Festa do Padroeiro Menino Jesus Aniversário do município
Imbituva	Rural Religioso Eventos	Feira das Malhas Festa do Fumicultor Festa do Padroeiro Santo Antônio
Inácio Martins	Ecoturismo Rural	Observação da fauna e flora Festa do Pinhão Rodeio da Integração
Ipiranga	Rural	Rodeio crioulo interestadual
Irati	Cultural Rural Religioso Eventos	Festa das Nações Deutsche Fest Encontro estadual de produtores de cebola Festa do Kiwi Rodeio de integração Cidade de Irati Festa do Pêssego Festa da Cerveja Caseira Borrego no rolete Salão de negócios Aniversário do município Festa da padroeira Nossa Senhora da Luz Festa de Nossa Senhora das Graças
Mallet	Cultural Saúde Religioso Rural	Estância hidromineral Romaria a Nossa Senhora do Rosário Festa do Padroeiro São Pedro Festa Estadual do <i>Kiwi</i> Festa da Ameixa
Prudentópolis	Ecoturismo Aventura Cultural Religioso Rural Eventos	Atrativos naturais/ observação da fauna e flora <i>Rappel</i> Rafting Noite Ucraniana <i>Kozià Festyvalh</i> Bazar de Páscoa e Cultura Ucraniana Festa do Padroeiro São Josafat Festa do Padroeiro São João Batista Rodeio crioulo interestadual

		Pratos típicos ucranianos Feira de Malhas de Prudentópolis
Rebouças	Religioso	Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus
Rio Azul	Ecoturismo Rural Religioso Cultural	Observação da fauna e flora Fest in Rio Sviatchene – páscoa ucraniana Festival da Música Sertaneja Popular Festa da Framora – frutas vermelhas Festa do Padroeiro Sagrado Coração de Jesus

QUADRO 5 – TIPOS DE TURISMO QUE OCORREM NOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTE: IPARDES (2007, p. 69), baseado em dados da SETU-PR e Paraná Turismo

NOTA: ¹ - A classificação do tipo de turismo obedece a critérios do MTur e SETU-PR (anexo 4).

O quadro acima mostra os tipos de turismo de cada município e as principais características e eventos que atraem turistas para os mesmos. Nota-se o caráter regional da maioria dos eventos listados no quadro, bem como o caráter religioso que muitos destes apresentam. Ressalta-se que 7 dos 10 municípios com algum tipo de turismo na região atrai algum fluxo de turistas motivados por razões religiosas.

Neste estudo do IPARDES (2007), foi comentado sobre o fato de haver uma estrutura voltada para o turismo na região ainda muito incipiente. Apesar deste comentário feito, não foi realizado levantamento sobre os serviços turísticos da região. Os dados sobre esses serviços turísticos se encontram abaixo:

TABELA 10 – SERVIÇOS TURÍSTICOS NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Município	Agências de viagens	Transportadoras turísticas	Meios de Hospedagem		Guias de Turismo
			Qtde.	Leitos	
Fernandes Pinheiro	-	-	2	108	-
Guamiranga	-	1	-	-	-
Imbituva	1	-	1	52	-
Inácio Martins	-	1	-	-	-
Ipiranga	-	-	-	-	-
Irati	3	3	2	150	-
Ivaí	-	-	-	-	-
Mallet	-	1	1	148	-
Prudentópolis	1	3	5	308	3
Rebouças	-	1	-	-	-
Rio Azul	-	1	1	30	1
Teixeira Soares	-	1	-	-	-
Território Centro-Sul	5	12	12	796	4
Paraná	1005	728	528	-	977

FONTE: Cadastro de serviços turísticos da SETU-PR (2009) E MTur (2009).

Através da tabela acima, nota-se a pouca oferta de prestadores de serviços turísticos se comparada ao restante do estado do Paraná. É necessário lembrar que os números apresentados acima são somente dos serviços turísticos⁹ devidamente cadastrados no Ministério do Turismo e SETU-PR.

Das 1005 agências de viagens do Paraná, apenas 0,5% se encontravam no Centro-Sul do Paraná. Da mesma forma, apenas 1,65% das transportadoras turísticas, 2,27% dos meios de hospedagem e 0,41% dos guias de turismo do Estado do Paraná estão localizados nesta região.

Além dos poucos serviços turísticos existentes, estes ainda se encontram concentrados em poucos municípios, sendo que Irati sedia 3 das 5 agências de viagens e Prudentópolis concentra quase metade dos leitos dos meios de hospedagem, além de 3 dos 4 guias de turismo cadastrados no MTur.

Quanto aos meios de hospedagem, além dos hotéis e pousadas geralmente voltados para viajantes e turistas a negócios, encontram-se quatro empreendimentos que atraem turistas seja pela oferta de turismo rural ou de turismo de lazer e saúde. Estes empreendimentos são mostrados no quadro abaixo:

⁹ BAHL (2008, p. 32) conceitua oferta turística como sendo o “conjunto de bens e serviços oriundos da estrutura de atrativos, utilidade pública, geral e turística de uma localidade que, combinados de diferentes maneiras, permitem conformar produtos turísticos”. Os componentes da oferta turística estão agrupados em três segmentos: atrativos, estrutura de utilidade pública e geral, e serviços turísticos. Os itens que formam o segmento de serviços turísticos são: transporte, alimentação, hospedagem e apoio turístico.

Informações Gerais do Empreendimento	Foto do local
<p>Nome: Pousada-Fazenda Virá Município: Fernandes Pinheiro Distância da sede municipal: 5 km Nº de leitos: 46 Lazer no local e arredores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pescarias em tanques - passeios a cavalo, charrete e bicicleta - passeios de barco e caiaques - caminhadas pela mata nativa 	
<p>Nome: Estância Hidromineral Dorizzon Município: Mallet Distância da sede municipal: 5 km Nº de leitos: 148 Lazer no local e arredores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - pescaria de lambaris no Rio Claro - passeios a cavalo e de charrete - recreação orientada para adultos e crianças - caminhadas por trilhas na mata nativa 	
<p>Nome: Ózera Hotel Pousada Município: Prudentópolis Distância da sede municipal: 4 km Nº de leitos: 68 Lazer no local e arredores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - cavalgadas - pescarias - natação - pedalinhos - caminhadas por trilhas 	
<p>Nome: Pousada Villa Vitória Município: Rio Azul Distância da sede municipal: Centro Nº de chalés: 6 Lazer no local e arredores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - caminhadas programadas por trilhas - visita ao Parque da Pedreira - Banho em piscina natural 	

QUADRO 6 – MEIOS DE HOSPEDAGEM COM ATRATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ
 FONTE: O autor (2009)

Outros tipos de equipamentos muito utilizados para a prática do turismo são os equipamentos culturais¹⁰. Seja através de forma direta (como a visita de turistas a museus) como de forma indireta (como a preservação da memória e cultura locais pelas casas de cultura municipais, o que traz uma melhora na percepção do turista sobre a cultura local) tais equipamentos podem ajudar na forma como o turismo é realizado nos municípios. Ressalta-se que tais equipamentos, além de beneficiar visitantes, beneficiam principalmente a população local, aumentando as opções de lazer e preservando a memória e cultura dos municípios.

TABELA 11 – EQUIPAMENTOS CULTURAIS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ - 2006

Município	Equipamentos Culturais				
	Anfiteatros e auditórios	Arquivos e Centros de Pesquisa	Bibliotecas	Casas de Cultura ou Memória	Cinemas/ Cines-teatro
Fernandes Pinheiro	-	-	2	-	-
Guamiranga	-	-	1	1	-
Imbituva	-	-	1	-	-
Inácio Martins	-	-	-	-	-
Ipiranga	-	-	1	-	-
Irati	2	-	2	1	1
Ivaí	1	-	1	-	-
Mallet	-	-	1	-	-
Prudentópolis	1	-	1	-	-
Rebouças	-	-	1	1	-
Rio Azul	-	-	1	1	1
Teixeira Soares	-	-	1	-	-
Território Centro-Sul	4	-	13	4	2
Paraná	256	34	483	179	56

¹⁰ Para o IPARDES (2007, p. 68), equipamentos culturais são os “espaços destinados à produção, guarda, gestão e exibição de produtos culturais dos mais diversos gêneros. Tanto aqueles de produção denominada erudita, quanto popular”.

Município	Equipamentos Culturais				
	Museu	Galeria de Arte e Sala Exposição	Teatro	Outros ¹	Concha Acústica e Coreto
Fernandes Pinheiro	-	-	-	-	-
Guamiranga	-	-	-	2	-
Imbituva	-	-	-	8	-
Inácio Martins	-	-	-	-	-
Ipiranga	-	1	1	-	-
Irati	1	1	-	2	-
Ivaí	-	-	-	-	-
Mallet	-	-	-	1	-
Prudentópolis	1	-	-	5	1
Rebouças	1	-	-	-	-
Rio Azul	-	-	-	-	-
Teixeira Soares	-	-	1	1	1
Território Centro-Sul	3	2	2	19	2
Paraná	145	104	73	578	65

FONTE: SEEC-PR (2009) – Inventário Cultural do Paraná

NOTAS: 1 – Estão incluídos equipamentos originalmente destinados a outras atividades, mas que eventualmente são utilizados para atividades culturais: ginásios e estádios, parques de exposição, salões paroquiais e praças públicas.

Da mesma forma dos equipamentos turísticos, há poucos equipamentos culturais na região se comparados ao restante do estado, além de estarem concentrados em poucos municípios. Quanto a esses equipamentos, nota-se que apenas 1,56% dos auditórios, 2,07% dos museus e 2,73% dos teatros do Paraná se encontram em municípios da região. Outro ponto é a inexistência de arquivos e centros de pesquisa relacionados à área da cultura na região, sendo que há 34 destes no Estado do Paraná.

Quanto à concentração dos equipamentos, esta é menor nos relacionados à cultura do que às do turismo, apesar de também existirem, conforme mostrado na tabela 11. Irati, Prudentópolis e Imbituva concentram mais de 50% de todos os equipamentos culturais da região. Em compensação, nota-se a boa distribuição das bibliotecas na região, onde 11 dos 12 municípios do Centro-Sul contam com a sua.

No tocante à gestão do turismo, 8 municípios possuem algum órgão oficial da área. Destes, apenas Prudentópolis possui uma secretaria específica para o turismo. Em relação aos conselhos municipais de turismo, 6 municípios da região os

possuem formalmente implementados: Inácio Martins, Irati, Ivaí, Mallet, Prudentópolis e Rio Azul.

Municípios	Órgão Oficial de Turismo	Conselho Municipal de Turismo
Fernandes Pinheiro	Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Esportes	Não
Guamiranga	-	Não
Imbituva	Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo	Não
Inácio Martins	Secretaria de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Turismo – Departamento de Turismo	Sim
Ipiranga	-	Não
Irati	Secretaria de Patrimônio Histórico, Turismo, Cultura, Lazer e Desportos	Sim
Ivaí	-	Sim
Mallet	Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente	Sim
Prudentópolis	Secretaria Municipal de Turismo	Sim
Rebouças	Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Turismo	Não
Rio Azul	Coordenaria Municipal de Turismo	Sim
Teixeira Soares	-	Não


QUADRO 7 – ÓRGÃOS DE TURISMO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTES: SETU-PR (2009) – JUL.09 e IPARDES (2007)

Nota-se que uma característica bastante comum nos municípios diz respeito a atrelar o turismo a outras áreas na formação de suas secretarias, sendo que isto pode gerar perdas para a gestão turística municipal, por dividir material humano, físico e financeiro com outras áreas econômicas que possam ter maior prioridade na gestão do município.

Além dos órgãos municipais de turismo, existem outras organizações que trabalham com a atividade no Território Centro-Sul do Paraná de forma mais regional, integrando vários municípios. O quadro abaixo elenca as quatro principais instituições que trabalham com turismo na região, a Associação de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná, a Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná, o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e a Cooperativa Paranaense de Turismo.

Associações e cooperativas	Histórico e observações
<p>ADECSUL – Associação de Desenvolvimento das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná</p> 	<p>A ADECSUL é uma organização do terceiro setor fundada no município de Mallet em 2000, estando atualmente sediada em Irati, na sede da AMCESPAR. Foi fundada por alguns ex-monitores de turismo das oficinas do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) com o intuito de contribuir para a evolução das políticas públicas em geral, com ênfase no desenvolvimento regional, meio ambiente e turismo das regiões Centro-Sul e Sul do estado do Paraná.</p> <p>Em setembro de 2003 foi lançada pela ADECSUL a primeira edição do Guia Turístico e Cultural das Regiões Sul e Centro-Sul do Paraná, região esta que adotou a alcunha de “Terra dos Pinheirais”. No segundo semestre de 2006 foi lançada a segunda edição do guia.</p> <p>Em setembro de 2005 a Câmara Setorial de Turismo da ADECSUL foi oficialmente reconhecida pela SETU-PR como agente responsável pela governança regional do turismo.</p>
<p>AMCESPAR – Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná</p> 	<p>Entidade que visa especialmente a integração administrativa, executiva, econômica e social dos municípios que a compõem, compreendidos na região Centro-Sul do Paraná. Através da Lei Estadual nº 11.121 de 30/06/1995 foi declarada de utilidade pública sem fins lucrativos. A partir de 1996 firma convênio com o governo estadual onde, em sistema de parceria, trabalha para o desenvolvimento urbano dos municípios através de programas da SEDU/BID (Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná).</p> <p>Os municípios fundadores da AMCESPAR são: Irati (sede), Imbituva, Inácio Martins, Ipiranga, Ivaí, Mallet, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul e Teixeira Soares. Após desmembramentos, entram também os municípios de Fernandes Pinheiro e Guamiranga. Os municípios de Ivaí e Ipiranga, apesar de participarem da AMCG (Associação dos Municípios dos Campos Gerais), ingressaram na AMCESPAR, participando normalmente de todas as reuniões da associação.</p>
<p>Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná</p> 	<p>Órgão consultivo e deliberativo da política de desenvolvimento sustentável do Território Centro-Sul do Paraná. Compete ao conselho propor diretrizes para formulação e implementação de políticas públicas do território com o intuito de gerar emprego e renda para a população local, diminuir desigualdades sociais, ordenar o território como instrumento de gestão, diversificar as atividades econômicas, desenvolver o turismo no território, entre outros.</p> <p>De acordo com o regimento interno, integram o conselho um número máximo de 40 pessoas, divididos em: representantes da sociedade civil organizada (máximo de 30%), representantes governamentais (máximo de 35%) e representantes dos atores sociais/beneficiários (mínimo de 35%).</p> <p>O Conselho Gestor é composto pelo plenário (reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo o fórum de consulta e deliberação do órgão), diretoria executiva, câmaras técnicas e câmaras temáticas, aqui inclusa a câmara do turismo.</p> <p>O Conselho Gestor é sediado no prédio da AMCESPAR e gerencia o Centro de Formação de Agentes de Desenvolvimento para a Construção da Cidadania do Território, com sede no município de Guamiranga.</p>
<p>COOPTUR – Cooperativa Paranaense de Turismo</p>	<p>Em 2001 a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) firmou convênio com a EMBRATUR, criando o projeto “Turismo Rural Cooperativo”, implantado em diversos estados e tendo</p>

	<p>maior êxito no Estado do Paraná. Com apoio da OCEPAR, foram escolhidos nos anos de 2002 e 2003 seis municípios onde existiam cooperativas de colonização européia (Agrária, Batavo, Camp, Capal, Castrolanda e Witmarsum) e que mantivessem suas tradições, culturas e costumes, além de atrativos como museus, arquitetura, artesanato e gastronomia típica. Empreendedores locais receberam treinamentos e formaram seis associações de turismo. Em dezembro de 2004 as associações se uniram, constituindo a Cooperativa Paranaense de Turismo - COOPTUR. As cooperativas agropecuárias também são sócias da Cooptur, assim como o Sicredi.</p> <p>Apesar de estar sediado em Ponta Grossa, atua na região com o projeto intitulado "Roteiro dos Imigrantes", mais especificamente no município de Prudentópolis.</p>
---	---

QUADRO 8 – PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS DE TURISMO ATUANTES NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTE: O autor (2009), baseado em IPARDES (2007), ADECSUL (2009), AMCESPAR (2009) e COOPTUR (2009).

A área de atuação da ADECSUL vai de encontro ao da regionalização turística proposta pelo MTur e SETU-PR, diferente da adotada pelo MDA, que institucionalizou o Território Centro-Sul do Paraná. A área de atuação da ADECSUL inclui os municípios pertencentes à AMCESPAR e à ANSULPAR, sendo que esta região, prevista no Programa de Regionalização do Turismo, recebeu o nome de "Terra dos Pinheirais".

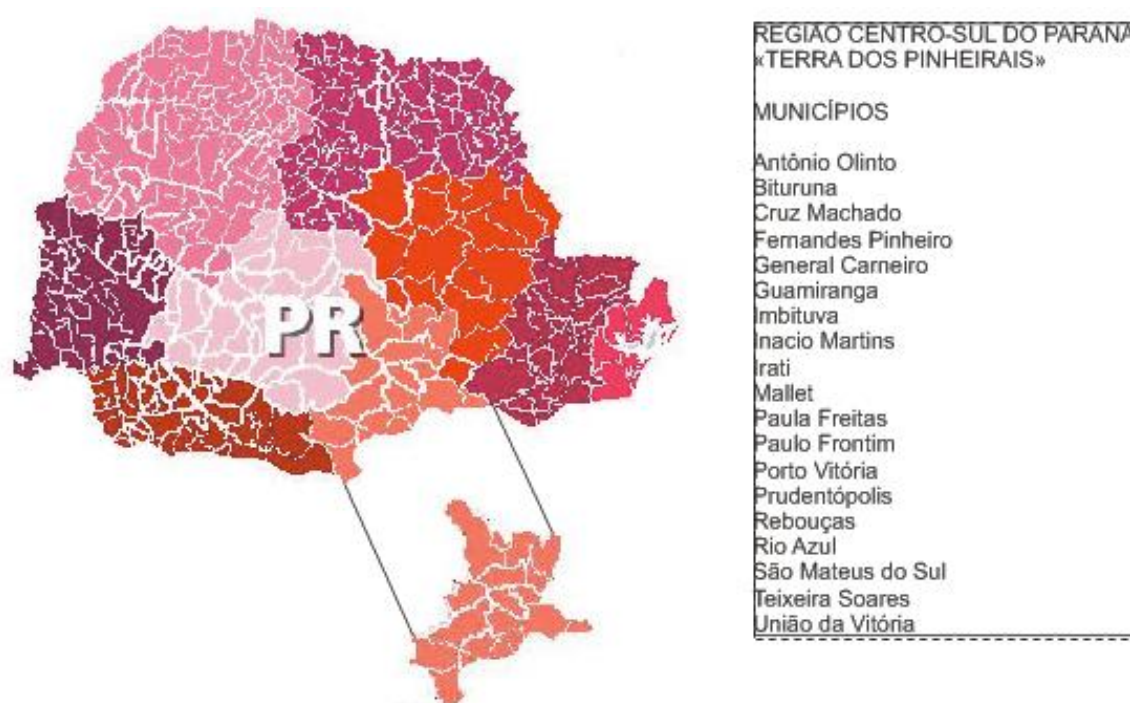


FIGURA 14 – REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO PARANÁ COM DESTAQUE PARA A REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

FONTE: MTUR (2009).

A figura acima mostra a regionalização turística do Estado do Paraná, oficialmente reconhecida pelo MTur e SETU-PR, com destaque para os municípios que fazem parte da “Terra dos Pinheirais”. Nota-se que nessa regionalização os municípios de Ipiranga e Ivaí não fazem parte do Centro-Sul do Paraná, mas sim da região dos Campos Gerais.

Além das reuniões periódicas realizadas pela câmara setorial de turismo da ADECSUL e dos guias turísticos impressos lançados em parceria com a SETU-PR (para foto da capa do guia, vide quadro 8), em março de 2009 foi lançado o endereço eletrônico oficial da região: www.terradospinheirais.tur.br. Foi também elaborada a seguinte logomarca:



FIGURA 15 – LOGOMARCA DA “TERRA DOS PINHEIRAIS”
FONTE: ADECSUL (2009).

Outro órgão com atuação no turismo do Território Centro-Sul do Paraná é a AMCESPAR – Associação dos Municípios do Paraná. Fundada em 1984, agrega 10 municípios, que também fazem parte do Território. Como exceções citam-se Ivaí e Ipiranga que, mesmo fazendo parte da AMCG – Associação dos Municípios dos Campos Gerais, ingressaram na AMCESPAR e seus prefeitos participam de todas as reuniões e tomadas de decisões da associação (AMCESPAR, 2009).

Das seis câmaras temáticas de discussão permanentes da AMCESPAR, uma se relaciona com a atividade turística: a câmara de educação, cultura, esportes, turismo e juventude. Além desta câmara, outro projeto relacionado à área foi a do Chalé do Produtor, executada em conjunto com a ADECSUL. O objetivo deste projeto é abrigar e dar apoio ao homem do campo, assim como a comercialização dos produtos das agroindústrias e dos artesanatos produzidos na região, valorizando

o agricultor familiar. Atualmente está em funcionamento na área do Território Centro-Sul o chalé do produtor de Mallet.

O terceiro órgão mostrado no quadro 8 é o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, criado em conformidade com o Programa de Territórios Rurais do MDA (comentado no item 3.5.3) com histórico e atribuições já relatados no início do item 4.2 e no próprio quadro 6. Em relação à sua atuação na área do turismo, uma das ações realizadas foi a contratação temporária de um turismólogo, entre setembro de 2006 e setembro de 2007 para trabalhar com turismo de forma territorial.

Além disso, houve o fortalecimento e suporte à Câmara de Turismo da AMCESPAR e ADECSUL e a inclusão de questões do turismo no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) do Centro-Sul do Paraná, elaborado durante o seminário para a elaboração do PTDRS, ocorrido no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, pertencente ao Estado do Paraná, e ocorrido em agosto de 2007.

Neste seminário foram planejados os seguintes itens: fazer o levantamento documental e por meio de estudos de caso do que se pode trabalhar com o turismo na região (além de idas a campo), com ênfase no turismo rural, cultural, ecoturismo e os produtos regionais; reuniões mensais com representantes dos órgãos oficiais de turismo dos municípios, conselhos municipais e rede TRAF (com o intuito de ver os pontos que serão trabalhados em cada município e de que forma estes pontos serão planejados de forma conjunta); elaborar um documento com os roteiros turísticos que foram escolhidos por meio das reuniões, contendo as diretrizes que os órgãos da área necessitam seguir, bem como a verba a ser utilizada; trabalhar com as propriedades e áreas escolhidas para o desenvolvimento da atividade; e divulgar os roteiros contemplados.

Como citado acima, a atuação da Rede TRAF no Território Centro-Sul do Paraná ocorre de forma conjunta com os outros órgãos que trabalham o turismo de forma regional, possuindo diferentes responsáveis de acordo com cada município. Um exemplo da atuação da Rede TRAF na região diz respeito à capacitação de técnicos dos municípios e agricultores que trabalham com turismo na região.

A última instituição mostrada no quadro 8 é a COOPTUR – Cooperativa Paranaense de Turismo. Fundada em dezembro de 2004, teve suas primeiras atividades relacionadas ao turismo em fevereiro de 2005, com roteiros organizados

de acordo com a escolha do público consumidor e atendendo a diversos perfis de turistas, inclusive o relacionado ao turismo técnico, com a visita monitorada de cooperativistas às cooperativas participantes e aos atrativos da região. É comercializado também o roteiro intitulado “Roteiro dos Imigrantes”, um dos dois roteiros turísticos comercializados e cadastrados na SETU-PR que englobam algum município do Território Centro-Sul, conforme mostrado no quadro abaixo.

Informações gerais dos roteiros	Itinerário dos roteiros
<p>Nome do Roteiro: Terra das Cachoeiras Gigantes</p> <p>Segmentos: Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Cultural</p> <p>Duração: 5 dias e 4 noites</p> <p>Agência: MaynáTur</p>	<p>1º DIA: Prudentópolis <i>Check-in</i> em hotel Trilha do Salto São Sebastião e Mlot Almoço no Cãnion Perehouski Trilha do Salto São João Jantar típico ucraniano. 2º DIA: Irati Visita à Igreja de Itapará Trilha para a Cachoeira de Itapará Almoço típico crioulo Retorno para Prudentópolis 3º DIA: Prudentópolis Trilha do Salto São Francisco Almoço com lanche de trilha 4º DIA: Guamiranga Visita ao Salto Barão do Rio Branco (opção de <i>rafting</i>) Prudentópolis: Visita ao Salto Manduri – Recanto Ricly City-tour (museu, Igreja São Josafat, Apruart – cooperativa de artesanato, Chalé do Costanaro compras produtos coloniais) 5º DIA: Ponta Grossa <i>Check-out</i> do hotel Ponta Grossa: Visita ao Parque Estadual de Vila Velha (Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada) Imbituva: <i>City-tour</i> pela Cidade das Malhas (sugere-se compras de malhas) Encerramento das atividades e retorno à cidade de origem.</p>
<p>Nome do Roteiro: Roteiro dos Imigrantes: Rota Eslavo-Germânica</p> <p>Segmentos: Turismo Cultural, Turismo Rural</p> <p>Duração: 3 dias e 2 noites</p> <p>Agência: Novos Ventos Turismo</p>	<p>1º DIA: Witmarsum (Palmeira) Recepção na Casa do Criador Degustação de queijos Almoço colonial germânico menonita, Apresentação musical Visita ao Museu Histórico Menonita e à Casa do Pioneiro, além de passeio panorâmico pela colônia Prudentópolis <i>Check-in</i> no hotel e jantar 2º DIA: Prudentópolis: <i>Check-out</i> do hotel Visita a Igreja São Josafat e ao Museu do Milênio - observação de pintura em pêsankas Almoço típico ucraniano e apresentação de grupo folclórico ucraniano Visita ao Apiário Chociai na Colônia de Entre</p>

	<p>Rios (Guarapuava) <i>Check-in</i> na pousada Café colonial típico Suábio com apresentação musical na pousada e degustação de Vinhos Naturwein 3º DIA: Colônia de Entre Rios (Guarapuava): <i>Check out</i> do hotel Visita ao Museu Histórico Suábio e a Estufa de Flores Agrária Passeio panorâmico pelas aldeias da colônia, fábrica de <i>chopp</i> artesanal Donau Bier Almoço típico suábio e apresentação do grupo folclórico Retorno à cidade de origem e encerramento das atividades</p>
---	--

QUADRO 9 – ROTEIROS TURÍSTICOS COM ITINERÁRIOS QUE INCLUEM MUNICÍPIOS DA REGIÃO COMERCIALIZADOS POR AGÊNCIAS DE VIAGENS
FONTE: SETU-PR (2009).

Além destas instituições que atuam com turismo na região, está em fase de implantação por uma ONG sediada em Prudentópolis o projeto intitulado “Ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável dos faxinais de Taboãozinho e Barra Bonita de Prudentópolis – PR”. Este projeto prevê a melhoria da qualidade de vida destes dois faxinais através do estímulo de atividades geradoras de renda que contemplem o uso sustentável dos recursos da floresta de araucárias enfocando no uso do ecoturismo e turismo rural para alcançar tal objetivo e, futuramente, replicar esta idéia em outros faxinais da região.

Este projeto, tocado pelo Instituto Os Guardiões da Natureza – ING, teve início em 2008 e término previsto para o final de 2010, possuindo 36 meses de duração. Estão previstos cursos de capacitação de faxinalenses para o trabalho com o turismo, diagnóstico ambiental, estudos de impacto e capacidade de carga, além de divulgação e monitoramento dos resultados alcançados.

Por último, destaca-se a formação de recursos humanos para o trabalho com o turismo. A UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, que possui campi em Irati, conta com curso de graduação de turismo, que formou sua primeira turma no final do ano de 2006. Além do curso de graduação, são oferecidos na região os cursos de Técnico em Turismo – Área Profissional: Turismo e Hospitalidade (integrado ao ensino médio) e Técnico em Turismo: Guia Regional (subseqüente ao ensino médio) pelo Colégio Estadual Barão de Capanema, no município de Prudentópolis (SEED, 2009).

Assim sendo, nota-se que, apesar da pouca infra-estrutura de equipamentos e de serviços turísticos existentes no Território Centro-Sul, há vários outros órgãos que estão fazendo um trabalho de forma regional, contemplando grupos de municípios. Este fortalecimento institucional do turismo regional no Centro-Sul é importante para que esta seja uma atividade sustentável institucionalmente em longo prazo e que tenha suporte para sua manutenção e expansão.

Apesar disso, vê-se também que estes órgãos que trabalham regionalmente o turismo não possuem uma atuação unificada junto aos municípios, podendo gerar superposição de ações, dificuldades na distribuição de funções entre cada órgão e mesmo na seleção de critérios para o trabalho com o turismo regional. A ADECSUL, governança instituída pela SETU-PR pelo PRT, trabalha na chamada “Terra dos Pinheirais”, que engloba também municípios da AMSULPAR; o Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná atua nos municípios da AMCESPAR, mas também alguns da AMCG; enquanto a AMCESPAR limita sua atuação a apenas 10 dos 12 municípios do território instituído pelo MDA.

Para concluir, o IPARDES (2007, p. 125) se posiciona da seguinte forma sobre o turismo na região:

O que está em atividade vincula-se, em grande medida, à paisagem e aos recursos naturais. O setor turismo tem sido considerado uma grande oportunidade para regiões como a do Território Centro-Sul, pois, em geral, as áreas de menor dinamismo econômico alteraram menos o meio físico, e isto passa a ser um atrativo e um ativo passível de ser explorado turisticamente. Mas, se houver interesse nessa vertente, o território precisará desenvolver uma estratégia para atração de investimentos, como, também, dotar os municípios de estrutura de serviços, uma vez que a carência de equipamentos culturais é generalizada.

Nota-se assim que o turismo na região, apesar do potencial atrelado às suas paisagens naturais, carece de investimentos necessários para seu desenvolvimento, bem como de uma melhor infra-estrutura para dar suporte à atividade. Mesmo assim, constitui-se uma atividade que pode gerar grandes oportunidades para o Centro-Sul, se bem planejado e gerido.

5 RESULTADOS DAS PESQUISAS DE CAMPO E DISCUSSÕES

O presente capítulo possui como função analisar e explicitar os dados obtidos nas pesquisas de campo (mostrados no item 5.1) e propor diretrizes para melhor embasar um planejamento da atividade turística no Território Centro-Sul do Paraná, que cumpra sua função social, ambiental, econômica e institucional (item 5.2), conforme os preceitos de sustentabilidade expostos no item 3.3.

Tais diretrizes foram embasadas de acordo com as teorias expostas ao longo dos capítulos 2 e 3, sempre considerando a realidade regional do Centro-Sul do Paraná, explicitada no capítulo 4.

5.1 RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Com o intuito de analisar a atual situação do planejamento turístico em âmbito regional no Centro-Sul do Paraná, bem como compreender o posicionamento de cada entidade de caráter regional em relação à atividade turística, foram realizadas nos dias 07 e 08 de outubro de 2009 entrevistas com representantes dos três órgãos que atuam com o planejamento regional do turismo no Centro-Sul: AMCESPAR, ADECSUL e Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná.

Conforme explicitado na introdução do presente trabalho, para realizar esta etapa da pesquisa foi escolhida a realização de entrevistas não-estruturadas. Dentro deste tipo de entrevista elegeu-se a modalidade de entrevista focalizada, onde se tem um roteiro de tópicos relativos ao problema, em que o entrevistador possui liberdade para fazer as perguntas que preferir.

Assim sendo, o roteiro básico de tópicos seguido nas entrevistas foi:

- Forma como a atividade turística estava sendo trabalhada pela instituição, com eventuais parcerias, ações e objetivos na área.
- Opinião sobre a validade e importância do trabalho de forma regionalizada para a atividade turística no Centro-Sul do Paraná.
- Opinião sobre o fato de haverem diversos órgãos atuando no planejamento turístico da região, com objetivos, dinâmicas e área de

atuação (tanto em relação aos municípios quanto ao público-alvo) próprios.

- Pontos fortes e fracos do turismo na região, bem como a forma como a atividade estava sendo trabalhada.
- Segmentos que já estavam sendo e que poderiam ser beneficiados na região. De que forma haveria essa inclusão e como a instituição do entrevistado poderia auxiliar nesse processo.

Apesar destes tópicos, o pesquisador tomou a liberdade de fazer perguntas fora deste roteiro que julgasse oportunas, sondando razões e esclarecendo pontos que por ora surgissem.

O primeiro entrevistado foi o Sr. Paulo Henrique Clazer de Andrade, presidente do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná desde o início de 2009, acumulando também os cargos de secretário de agricultura e vice-prefeito do município de Rio Azul.

Primeiramente o entrevistado esclareceu que, atualmente, o Território Centro-Sul do Paraná é formado por 12 municípios, já que São João do Triunfo saiu por causa de sua localização pouco integrada e pouca afinidade com os outros municípios da região. São João do Triunfo teve sua entrada aprovada pelos membros do Conselho Gestor para fazer parte do Território Centro-Sul do Paraná no ano de 2007.

Outro ponto esclarecido diz respeito à antiga câmara de turismo existente no Conselho Gestor. De acordo com reunião realizada em julho de 2009, esta câmara foi incorporada à nova câmara técnica de diversificação e meio ambiente. As outras câmaras que foram criadas ou reestruturadas no conselho foram desenvolvimento humano e inclusão social (que incorporou assuntos como regularização fundiária, habitação, segurança alimentar e trabalho infantil), e organização, mercados e negócios. Cada uma destas câmaras técnicas, de acordo com regimento interno em fase de aprovação, necessitaria ser formada por, pelo menos, um representante do governo, um da iniciativa privada e um representante de CMDR por município.

O entrevistado ressaltou o fato de a ADECSUL possuir cadeira no Conselho Gestor e na câmara técnica de diversificação. Além disso, explicou que a câmara trabalha com um relator e um coordenador técnico que encaminha as propostas geradas na câmara para o Conselho Gestor, que são levadas para discussão. Assim funciona a dinâmica interna do conselho, sendo que eventuais projetos de turismo

necessitam passar por este trâmite. No momento da entrevista não havia projeto diretamente destinado ao turismo no Conselho Gestor.

Quanto à relação entre Conselho Gestor e ADECSUL, o entrevistado ressaltou que esta associação ajuda na dinâmica do conselho e auxilia na câmara técnica de diversificação provocando discussões sobre o turismo, já que o conselho possui maior foco na produção agropecuária da região (principal atividade econômica). Ainda disse sobre a facilitação do intercâmbio entre o Território Centro-Sul com o Território Vale do Iguaçu feita pela ADECSUL, já que a área de atuação desta abrange as duas regiões. Outro elogio à ADECSUL diz respeito à sua atuação na parte ambiental, articulando com outros órgãos e sugerindo mudanças na área.

Uma crítica realizada quanto à atuação do Conselho Gestor diz respeito à dificuldade de se trabalhar de forma regionalizada, já que a forma de pensar e de atuar de cada membro do conselho e de cada município dificulta tal tipo de abordagem, gerando conflitos de interesses.

Indagado sobre a atividade turística na região, o entrevistado enfatizou que esta já é existente, beneficiando, segundo o próprio, pousadas, estabelecimentos hoteleiros, restaurantes e, mais recentemente, comunidades rurais nos municípios de Mallet, Rio Azul, Irati e Fernandes Pinheiro, graças à venda de produtos, festas regionais e a alguma visita de pessoas a tais localidades.

Para o entrevistado, a Rede TRAF ajudou estas comunidades rurais, citando casos de grupos de mulheres da região que trabalham recepção de visitantes e culinária. O mesmo ressaltou a participação de alguns técnicos do TRAF que participam do Conselho Gestor, representando outras instituições.

A maior parte dos visitantes da região, segundo o entrevistado, é constituída de pessoas que vêm a negócio, representantes comerciais e dirigentes públicos, que fazem intenso intercâmbio de conhecimento dentro dos municípios da região.

Quanto às possibilidades que o turismo pode abrir na região, o entrevistado ressaltou a importância da discussão em âmbito municipal e regional, trazendo pessoas para falar sobre o turismo, tanto técnicos quanto representantes de outras comunidades onde a atividade é trabalhada com resultados satisfatórios.

Ressaltou-se também a disponibilidade de recursos para financiamento no Banco do Brasil, sendo que o que falta são bons projetos e interesse de técnicos e comunidades em trabalhar com a atividade, já que esta gera um trabalho extra e, às vezes, distante da realidade da população local. Assim sendo, o desenvolvimento da

atividade acontece dependendo dos interesses de cada um, tanto dos agricultores quanto dos dirigentes municipais.

Quanto a como o Conselho Gestor poderia ajudar no desenvolvimento do turismo, o entrevistado falou sobre a possibilidade de avalizar projetos junto ao Banco do Brasil. Tais projetos seriam elaborados pelos próprios municípios ou pelas câmaras técnicas, dependendo das demandas levantadas. Como efeito de comparação, foi dito que, enquanto a AMCESPAR serve como local de discussão dos prefeitos, o Conselho Gestor tem o poder de deliberar e mobilizar atores para a execução do que foi discutido.

Estes projetos, para saírem do papel, podem buscar financiamento junto a órgãos financiadores, como o MDA (órgão federal mais próximo do Conselho Gestor), ou então por meios políticos, com *lobby* junto a deputados.

No primeiro caso, o entrevistado explicou que, apesar de haver verba no MDA, não é garantida a aprovação de projetos porque depende da sensibilidade dos avaliadores do órgão e da qualidade do projeto. Na época da entrevista, havia aporte do MDA em dois projetos concebidos no Conselho Gestor, através de suas câmaras técnicas: uma relacionada à fruticultura e outra relacionada à regularização fundiária.

Quando indagado sobre os pontos fracos da atividade turística na região, o entrevistado respondeu que seria necessário um melhor redimensionamento nos roteiros turísticos existentes, com melhores critérios para inclusão de novos atrativos e estabelecimentos. Além disso, ressaltou a necessidade de se trabalhar para melhorar a infra-estrutura dos atrativos já existentes e trazer pessoas com interesse em ecoturismo, turismo cultural e gastronômico, sendo que o mesmo mencionou não saber se mais voltado para as etnias da região ou ao tema “Terra dos Pinheirais”, que é trabalhado pela SETU-PR.

Nos faxinais, o mesmo só vê duas possibilidades de se trabalhar o turismo: ou retratando a religiosidade e cultura local ou através da culinária, sem possibilidade de hospedagem na região, pelo próprio caráter tradicional da população vivente na mesma. Assim sendo, o turista passaria o dia conhecendo a cultura local e dormiria nas cidades da região.

Após a entrevista com o presidente do Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná, foi entrevistada a presidenta da ADECSUL, Sra. Regina Pegoraro, que também é proprietária da Pousada Villa Vitória, localizada no município de Rio

Azul. O cargo de presidência desta instituição possui duração de 2 anos e é feita por votação de seus membros.

Nota-se nesta entrevista um enfoque mais empresarial do turismo em detrimento ao caráter mais social e voltado ao produtor rural que foi dado pelo Sr. Paulo H. C. de Andrade. Diferentemente do Conselho Gestor, essencialmente formado por órgãos que trabalham diretamente com a agricultura familiar, a ADECSUL é formada pelos órgãos oficiais de turismo dos municípios, empresários que trabalham com o turismo (como é o caso da presidenta da instituição), e ONGs.

A entrevistada iniciou a conversa falando um pouco sobre a forma como a entidade trabalha o turismo na região, elaborando projetos utilizando o tema “Terra dos Pinheirais” e buscando recursos junto a órgãos públicos e apoio junto a outras entidades, como o próprio Conselho Gestor do Território Centro-Sul e o Conselho Gestor do Território Vale do Iguaçu, este último correspondendo à região de União da Vitória.

Ressaltou-se como ações realizadas as reuniões com a AMCESPAR, AMSULPAR, conselhos gestores do Centro-Sul e Vale do Iguaçu, trabalhos de capacitação para artesanato e culinária, e desenvolvimento de propriedades interessadas a trabalhar com o turismo. Além disso, houve captação de verba junto à Paraná Turismo para montagem de banco de imagens, logomarca da região, divulgação e elaboração do *site* www.terradospinheirais.tur.br.

Além destas ações, a entrevistada comentou sobre um grande esforço de captação de recursos junto ao BNDES e a deputados (através de emendas parlamentares) para a implementação de infra-estrutura turística em diversos atrativos da região, além de maiores investimentos em *marketing* e capacitação dos proprietários. Este grande projeto, bem como os outros que já foram colocados em prática, seriam geridos pela própria ADECSUL.

A mesma mencionou ver como essencial o trabalho em conjunto dos municípios para o desenvolvimento do turismo regional, sendo que sempre foi ressaltada a importância de se trabalhar o turismo roteirizado, como um conjunto, na região.

A presidenta da ADECSUL não vê como empecilho o fato de existir diversos órgãos de caráter regional trabalhando no Centro-Sul do Paraná, mesmo que não trabalhem com a mesma regionalização. Ela defendeu esta tese por acreditar que todos os municípios e regiões possuem basicamente as mesmas demandas, o que

auxilia no processo de fortalecimento e união destes órgãos. Este fortalecimento provocaria um aumento no poder e na representatividade dos mesmos e facilitaria o processo de captação de mais recursos.

A mesma via como necessidade de melhora no turismo da região uma maior diversificação do produto turístico. Para ela, não basta somente querer trabalhar turismo rural e turismo nas cachoeiras. Da mesma forma, é impossível contemplar todo e qualquer proprietário que queira trabalhar com o turismo, por não possuir atratividade suficiente para trazer o turista. Isso resulta em grandes roteiros turísticos formados por atrativos repetitivos e que não acrescentam muito à experiência do turista na região.

Assim sendo, a entrevistada defendeu a tese de contemplar 3 ou 4 produtos turísticos prontos e bem elaborados do que querer agradar a todos e ter 10 produtos sem tanta qualidade. Além de demandar mais recursos, provavelmente estas não agradarão tanto aos turistas. Para ela, falta consenso entre os municípios neste sentido, falta ter um maior equilíbrio em relação ao que deve ser trabalhado e falta uma visão voltada mais às demandas do próprio turista.

A mesma defendeu um maior enfoque no turismo gastronômico, também buscando sua diversificação, mas não se baseando somente em pratos poloneses e ucranianos, característicos de parte das colônias dos municípios da região.

Foi dito também sobre a complicação de se trabalhar com turismo rural, por se criar uma expectativa de o turismo se tornar grande fonte de renda para as famílias, quando na verdade se torna apenas mais uma fonte de renda, um complemento à atividade agrícola. Quanto a essa questão, ela ressaltou o papel do TRAF nos municípios, elogiando o trabalho realizado pela Rede TRAF e ressaltando o caráter de longo prazo que o trabalho com agricultores demanda, com mudanças de mentalidade e formas de trabalho com o turismo. A mesma mencionou não possuir opinião formada sobre os agricultores moradores em faxinais, comunidades tradicionais com características sociais diversas de outros agricultores da região.

Quanto aos beneficiados com o desenvolvimento do turismo na região, a presidenta da ADECSUL disse que a iniciativa privada seria a maior beneficiada, já que é dever do poder público fornecer infra-estrutura. Ressalta-se que não basta somente a infra-estrutura, mas planejar a forma como esta será utilizada. Foi dado como exemplo o Parque da Pedreira, parque municipal de Rio Azul que possui

grande infra-estrutura de visitação, mas que, segundo a entrevistada, traz prejuízos financeiros ao município.

A última entrevista foi realizada em Irati no dia 08 de outubro de 2009 na sede da AMCESPAR. O entrevistado foi o secretário-geral da AMCESPAR, Sr. Luiz Vanderlei Kawa, que trabalha nesta associação desde 1987. Segundo o próprio, participou da fundação da ADECSUL (na qual acumula o cargo de secretário-geral da agência) e foi responsável por trazer o primeiro curso do PNMT, através da ADECSUL.

Luiz Vanderlei esclareceu a origem da ADECSUL, criada a partir da AMCESPAR com o intuito de captar e receber recursos financeiros para a região. A explicação é que a AMCESPAR não pode receber tais recursos, possuindo um papel básico de articulação política.

Até hoje a sede da ADECSUL é no local da sede da AMCESPAR. A ADECSUL, apesar de ser independente, segundo Luiz Vanderlei, está sempre apoiando (técnica, jurídica e por meio de projetos) a AMCESPAR e a AMSULPAR, bem como auxilia na organização de eventos destas entidades.

A AMCESPAR possui como presidente entre o período de março de 2009 a março de 2011 o atual prefeito de Irati, Sr. Sérgio Luiz Stoklos e está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado do Paraná. A AMCESPAR, além da articulação política provocada pelos prefeitos-membros, também gere o consórcio intermunicipal de saúde e também tem autonomia e corpo de funcionários para elaborar projetos para os municípios. No caso dos projetos, estes são elaborados de acordo com as demandas que por ora apareçam.

O entrevistado considerou como positivo o fato de haverem diversos órgãos de caráter regional, por aumentar o poder de captação de recursos da região e a união de diversas entidades formadoras destes órgãos. Além disso, a AMCESPAR também se faz representar no Conselho Gestor do Centro-Sul, sendo inclusive a entidade que “gestou e gerou o Conselho Gestor”, conforme colocou Luiz Vanderlei.

Em relação ao turismo na região, o entrevistado mencionou como maiores potenciais para o desenvolvimento da atividade o turismo rural, religioso e em áreas naturais, com foco na preservação do meio ambiente. Com o desenvolvimento do turismo, os hotéis, restaurantes e bares da região seriam os maiores beneficiados, segundo o mesmo.

Como ponto negativo do turismo na região, Luiz Vanderlei citou a falta de interesse das próprias comunidades em trabalhar com essa atividade, sendo que gera como consequência o próprio desinteresse do poder público em investir no turismo. Citou-se como exemplo de comunidade que está investindo no turismo a localidade do Pinho, em Irati. Por ser uma comunidade de descendentes italianos, foi criada a Festa da Polenta e do Vinho, além de se encontrar em elaboração um roteiro turístico entre as propriedades da localidade, com o nome de “Caminho do Vinho”.

Outro ponto levantado pelo entrevistado foi o passeio de trem da *Great Brazil Express* (cujo site é o www.greatbrazilexpress.com.br), considerado o primeiro trem de luxo do Brasil. Este passeio é administrado pela *Serra Verde Express* (que também administra o trem de passageiros que liga Curitiba à Paranaguá) e *Transnico International Group*, conceituada operadora de turismo ferroviário belga.

O passeio é eminentemente voltado para o turista internacional e oferece vários trechos para o visitante. O passeio completo possui a duração de 10 dias e mescla trechos rodoviários, ferroviários e aéreos, incluindo visitas à Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Irati, Ponta Grossa, Tibagi, Castro, Vila Velha, Curitiba, Morretes, Antonina e Rio de Janeiro. São dois os trechos ferroviários: de Cascavel a Ponta Grossa (com parada em Guarapuava e Irati), e de Curitiba a Morretes.

A parada em Irati consiste na visita ao mirante da estátua de Nossa Senhora das Graças e almoço típico no Clube Samoara. Segundo o entrevistado, o trem chega às 11h30 da manhã e a parada dura cerca de 4 horas. No Clube Samoara, além do almoço, são vendidos produtos artesanais provindos da agricultura familiar, segundo o entrevistado. Este passeio ocorre de 2 em 2 meses.

Com estas iniciativas voltadas ao turismo, o entrevistado notou uma maior sensibilidade da população e dos órgãos gestores em relação ao turismo. Ele notou haver, como resultado, maior integração entre esses órgãos e a população, diferentemente de décadas passadas, onde para se conseguir elaborar ou aprovar algum projeto era necessário o apoio de um deputado. Era uma forma mais individualista de se fazer política.

Quanto aos faxinais, Luiz Vanderlei via como sendo um nicho a ser explorado pelo turismo, enfocando um caráter de preservação ambiental, além de valorização cultural.

Apesar de certo receio por parte dos entrevistados em tecer críticas sobre a forma que o planejamento turístico é desenvolvido na região, observou-se pelas entrevistas realizadas o grande potencial que a atividade possui para se desenvolver e se organizar melhor, contemplando todos os agentes que trabalham com a atividade.

Nota-se claramente pelas entrevistas o enfoque geral dado por cada instituição e os métodos de trabalho utilizados. Enquanto o Conselho Gestor enfoca mais o caráter rural e a agricultura familiar no território, a AMCESPAR possui um caráter mais político, enquanto a ADECSUL possui um foco mais empresarial do turismo.

Através de todas as informações levantadas, tanto pelas entrevistas quanto pelo referencial teórico, é possível fazer um esboço sobre como o turismo está sendo trabalhado no Território Centro-Sul, bem como as instituições envolvidas no seu processo de desenvolvimento e gestão, direta e indiretamente.

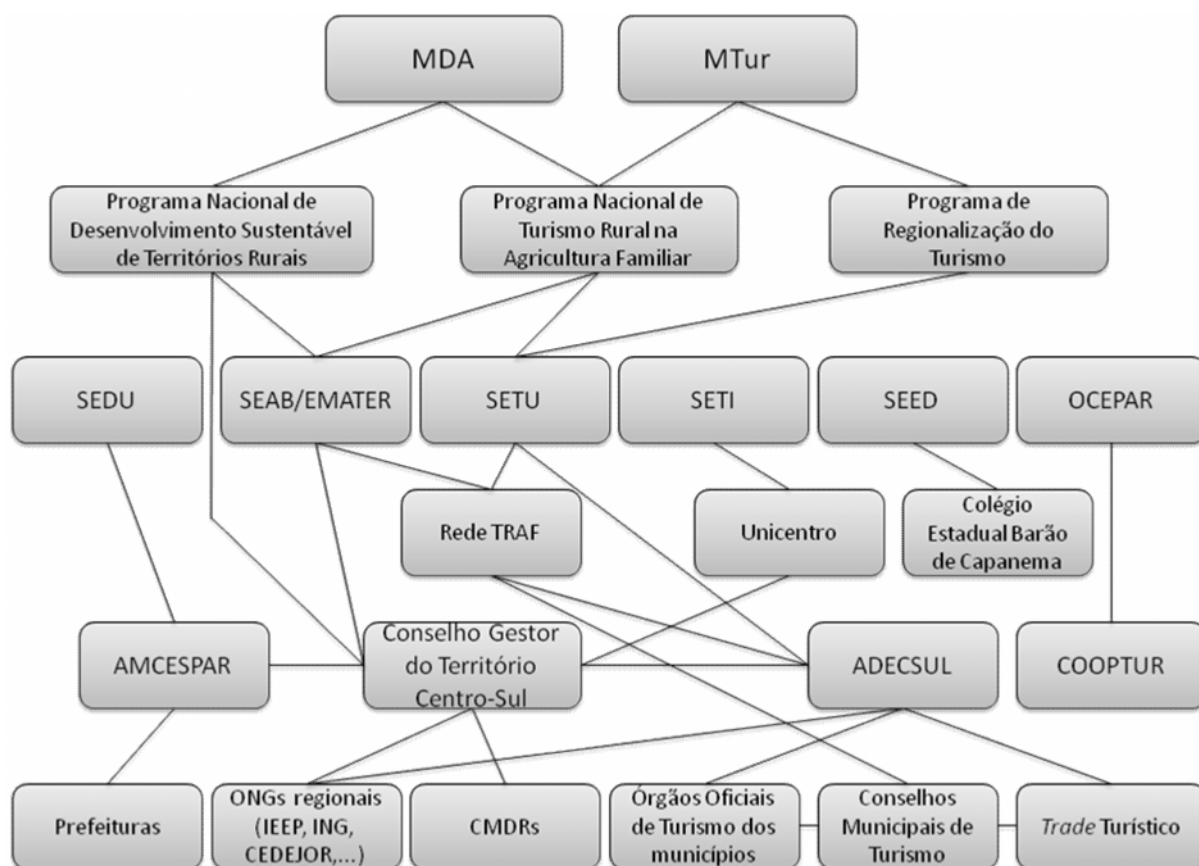


FIGURA 16 – INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE TURÍSTICA NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL
 FONTE: O autor (2009)

Analisando a figura acima se torna possível ter uma visão mais clara sobre a dinâmica e as relações entre diversas instituições atuantes no Território Centro-Sul do Paraná. A figura acima enfocou as instituições que trabalham, direta e indiretamente, com o turismo na região.

As linhas mostram que os órgãos a elas ligados possuem vínculo institucional entre si. No caso dos programas mostrados, as linhas simbolizam os ministérios responsáveis pelos mesmos e os órgãos estaduais que seguem suas diretrizes. No caso das instituições em nível regional (AMCESPAR, Conselho Gestor e ADECSUL), são mostradas as instituições que fazem parte da organização das mesmas. No caso da COOPTUR, está só é ligada à OCEPAR, Organização das Cooperativas do Paraná, não tendo ligação com outras instituições regionais.

No nível mais alto da figura são mostrados os dois ministérios (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Turismo) responsáveis pelos três programas que enfocam o turismo em nível regional no Centro-Sul do Paraná: Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar e Programa de Regionalização do Turismo.

No nível inferior a estes programas estão colocados os seis órgãos de âmbito estadual que possuem relação mais próxima com a atividade turística: SEDU, SETU-PR, SEAB/EMATER-PR, SETI, SEED e OCEPAR, este último sendo o único a não se tratar de órgão público estadual.

A SEDU – Secretaria de Desenvolvimento Urbano – possui convênio junto à AMCESPAR desde o ano de 1996 para que estes órgãos trabalhem em regime de parceria para o desenvolvimento dos municípios através de programas do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Esta parceria contempla projetos para os municípios, sendo que uma das áreas potencialmente a serem trabalhadas diz respeito ao turismo.

A SETU-PR, através da autarquia Ecoparaná, é responsável, junto à EMATER-PR e Fundação Terra, pela Rede TRAF no Estado do Paraná, como colocado na figura 16. Além disso, este órgão instituiu a ADECSUL como sendo agente responsável pela governança de turismo da região, de acordo com os preceitos do Programa de Regionalização de Turismo do MTur.

A SEAB – Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná – através da autarquia EMATER-PR, é um dos membros do Conselho Gestor do Território (com representantes de vários municípios da região no conselho) e, como colocado acima, também é um dos responsáveis pela Rede TRAF no Paraná. Alguns agentes da Rede TRAF também fazem parte do Conselho Gestor, mas como integrantes da EMATER-PR, e não como agentes do TRAF.

A relação da SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – e o turismo na região se dá pela UNICENTRO, universidade que oferta o curso de turismo no município de Irati e também faz parte do Conselho Gestor do Território Centro-Sul.

O SEED – Secretaria de Educação do Paraná – está citado na figura 16 pelo fato de manter o Colégio Estadual Barão de Capanema, no município de Prudentópolis, que oferta cursos técnicos de turismo.

Quanto à relação entre os órgãos regionais e municipais, tem-se primeiramente a AMCESPAR, que possui como membros os prefeitos dos municípios da região.

Logo após há o Conselho Gestor do Território Centro-Sul, que possui como instituições relacionadas à atividade turística que fazem parte do mesmo a AMCESPAR, a ADECSUL, os CMDRs e as ONGs regionais, além das instituições já citadas anteriormente. Foram colocados na figura 16 os CMDRs por congregarem diversos agricultores e faxinalenses que trabalham com a atividade turística na região. No caso das ONGs, estas também possuem forte articulação junto a esses agricultores e faxinalenses (como no caso do IEEP), além de terem algumas que trabalham diretamente com o turismo (no caso do ING) e com a capacitação de jovens agricultores para diversificarem suas rendas no campo, utilizando inclusive o turismo (no caso, o CEDEJOR).

Tem-se por último a ADECSUL, cuja câmara de turismo possui representantes do *trade* turístico dos municípios (hotéis, transportadoras, restaurantes), órgãos oficiais de turismo (OOT) dos municípios da região, Rede TRAF e algumas ONGs. É importante ressaltar que tanto o *trade* turístico quanto os OOT, além de representantes municipais da Rede TRAF, fazem parte dos conselhos municipais de turismo existentes na região, apesar destes últimos não possuírem formalmente vaga na ADECSUL.

A partir deste diagnóstico do turismo no Território Centro-Sul do Paraná e do referencial teórico levantado, torna-se possível passar para o próximo item, que objetiva propor diretrizes para o planejamento turístico da região.

5.2 FORMULAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Nesta parte do trabalho constam alguns encaminhamentos sobre os dados levantados e a revisão bibliográfica feita, com o intuito de auxiliar, complementar e buscar as melhores propostas e diretrizes para o planejamento turístico da região.

Pode-se considerar que as informações levantadas ao longo do presente estudo já sejam subsídios importantes para o planejamento turístico da região. A partir do momento em que se buscou analisar o funcionamento dos programas governamentais atuantes na região, a teoria sobre planejamento regional e turismo, e se entrevistou personagens-chave do planejamento turístico no Centro-Sul do Paraná, pode-se crer que tal busca de subsídios foi cumprida.

Com todas essas informações e dados levantados, tornou-se possível tirar algumas conclusões e propor algumas diretrizes mais diretas para o planejamento regional, de forma a maximizar os benefícios da atividade na região.

Para organizar e elencar as diretrizes aqui colocadas foram utilizadas as proposições dos itens 2.2, 2.3, 3.1, 3.2 e 3.4, considerando-se as políticas governamentais explicitadas ao longo do item 3.5, sempre se baseando nos preceitos de sustentabilidade (item 3.3) e na realidade local (capítulo 4).

De acordo com as relações cidade-campo constatadas e a situação regional detectada foram utilizadas as proposições de Friedmann e Weaver (1981), e sua teoria intitulada “agropolitana”, mostrada no item 2.3. Assim sendo, as proposições estão divididas de acordo com os quatro delineamentos fundamentais da teoria: as condições básicas para o desenvolvimento regional, o marco territorial, a expansão da produção e o papel do Estado.

Ressalta-se que, pelo baixo desenvolvimento econômico da região, alta dependência da população em relação aos programas governamentais e alta concentração de produtos e serviços em poucas localidades da região, o papel do

Estado torna-se de grande importância, sendo que o sucesso destas proposições depende do bom relacionamento, integração e agilidade entre os órgãos do Estado (nas suas diversas esferas) e destes com os órgãos de governança regionais.

A seguir estão colocadas as diretrizes e ações propostas de forma resumida, de acordo com a teoria “agropolitana”, sendo posteriormente explicadas de forma mais aprofundada. Vale lembrar que tais proposições são todas voltadas para o desenvolvimento turístico regional, não sendo propostas outras linhas de ações, apesar da mesma teoria comportar estas linhas. Outra ressalva fica por conta de algumas propostas que, mesmo podendo ser classificadas em mais de um delineamento, foram alocadas no que se identificam de forma mais direta. Por último, salienta-se que as propostas do quadro abaixo não possuem ordem cronológica nem estão agrupadas por afinidades, mas estão assim reunidas com o intuito de se abranger todos os pontos e delineamentos da teoria em questão.

Delineamentos fundamentais		Propostas
Condições básicas para o desenvolvimento territorial	Seletiva delimitação territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento do problema, definição dos objetivos e metas. • Levantamento dos dados existentes, inventariação. • Realização de pesquisas junto à oferta e demanda turística, estudos de viabilidade. • Análise dos dados primários e secundários. • Delimitação das áreas e comunidades a serem trabalhadas
	Socialização da riqueza	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar com turismo de base comunitária em faxinais e outras comunidades tradicionais.
	Igualdade de oportunidades para o acesso à base de acumulação de poder social	
Marco territorial: Interseção de três espaços abstratos:	Espaço cultural comum	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar oficinas de sensibilização junto à comunidade em geral, objetivando o resgate de valores locais, seu fortalecimento cultural e sua “alfabetização política”.
	Espaço político comum	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalecimento e maior representatividade dos Conselhos Municipais de Turismo. • Fortalecimento, integração e não-sobreposição de funções entre os órgãos de desenvolvimento regionais. • Busca pelo fortalecimento de uma gestão mais territorializada e democrática. • Parceria com CMDRs e Secretarias Municipais de Agricultura.

	Espaço econômico comum	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar calendário de eventos, podendo tematizá-los. • Fomentar a criação de eventos em todos os municípios de forma complementar e de acordo com a vocação local. • Estabelecimento de parcerias para comercialização e divulgação dos produtos turísticos elaborados. • Fortalecimento do projeto “Chalé do Produtor”.
Expansão da produção	Diversificação da economia territorial	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivo à contratação de profissionais especializados em planejamento turístico nos municípios e nos órgãos de âmbito regional. • Elaboração de projetos turísticos de qualidade voltados às áreas rurais para apresentação junto ao Conselho Gestor, como forma de incentivar as ORNAs.
	Máximo desenvolvimento físico limitado pela necessidade de conservação	<ul style="list-style-type: none"> • Formatação adequada dos produtos turísticos, considerando-se os preceitos da sustentabilidade. • Investir em sinalização turística.
	Expansão dos mercados regionais e inter-regionais	<ul style="list-style-type: none"> • Investimento na qualidade dos equipamentos e serviços turísticos • Atualizar e divulgar o guia turístico regional, buscando parcerias junto a agências de viagens para sua comercialização. • Investir em turistas “mais qualificados”, principalmente no caso do trem “Great Brazil Express”.
	Orientação pelos princípios de autofinanciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar o acesso ao crédito e divulgar sobre os direitos e facilidades que esse crédito pode gerar.
	Promoção e aprendizagem social	<ul style="list-style-type: none"> • Viabilizar treinamentos e cursos para capacitação da mão-de-obra em empreendimentos turísticos.
Papel do Estado		<ul style="list-style-type: none"> • Busca por parcerias (públicas e privadas) para viabilização das diretrizes propostas.

QUADRO 10 – PROPOSIÇÃO DE DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Como se pode constatar pelo quadro acima, são várias as áreas e diversos agentes (públicos, privados e terceiro setor) que precisam colaborar para que as propostas aqui colocadas sejam postas em prática. Mais do que nunca, as relações interinstitucionais colocadas na figura 16 tornam-se importantes no processo de execução do que aqui é colocado.

De acordo com as entrevistas feitas, bem como as propostas aqui colocadas e as informações levantadas, tornou-se possível levantar as atribuições e particularidades de cada órgão que trabalha o desenvolvimento regionalizado no Centro-Sul. Assim sendo, abaixo serão discutidas as propostas levantadas atribuindo responsabilidades para cada instituição, que usará de sua rede de relacionamentos com outros órgãos e suas atribuições para colocá-las em prática. Será utilizada a ordem cronológica das propostas para sua execução.

- Incentivo à contratação de profissionais especializados em planejamento turístico nos municípios e nos órgãos de âmbito regional: A maior parte dos municípios do Território Centro-Sul não possui especialistas na área trabalhando com o turismo, tampouco possuem diretrizes a serem seguidas e planos de desenvolvimento turístico. Há pouca sensibilização dos municípios quanto à importância da área e, conseqüentemente, pouca demanda de projetos. Propõe-se a contratação desses profissionais nos municípios e, principalmente, um (ou mais) para a ADECSUL (a governança do turismo na região) que, dentre outras atribuições, elaboraria projetos na área, serviria como consultor tanto dos municípios quanto da população que quisesse trabalhar com o turismo, daria suporte ao TRAF e seria o responsável técnico por mediar as discussões sobre o tema de forma regional.
- Fortalecimento e maior representatividade dos Conselhos Municipais de Turismo: Somente por meio da participação de todas as partes interessadas que o planejamento turístico representará realmente os anseios da comunidade que impacta. Assim sendo, a ativação, reativação e fortalecimento dos Conselhos Municipais de Turismo faz-se necessária para constituir-se num fórum de discussão da área, pressionar os órgãos executivos na defesa de seus interesses e levantar demandas dos municípios, repassando as mesmas para os órgãos competentes, seja as prefeituras, seja a ADECSUL, dentre outros.
- Parceria com CMDRs e Secretarias Municipais de Agricultura: Quando se trabalha com turismo em áreas rurais e com comunidades tradicionais, às vezes tais grupos possuem mais ligação com órgãos de desenvolvimento rural do que com os de turismo. Pelo caráter predominantemente rural da região e de seus atrativos (tanto naturais quanto culturais), uma maior aproximação com órgãos relacionados à ruralidade faz-se necessária.
- Fortalecimento, integração e não-sobreposição de funções entre os órgãos de desenvolvimento regionais: Como demonstrado nas entrevistas, existem algumas

atribuições dadas a mais de um órgão regional. A existência de mais de uma câmara de turismo e o enfraquecimento político que isso pode proporcionar é o exemplo mais claro. Em linhas gerais, em relação ao turismo, as atribuições de cada órgão poderiam se limitar da seguinte forma:

- ADECSUL: Visão mais desenvolvimentista do turismo. Fórum de discussões entre os agentes do turismo regional, possuindo equipe técnica para elaboração de projetos turísticos regionais. Busca de apoio junto à AMCESPAR para seus projetos, através de apoio político, captação de recursos (junto a parlamentares) e manutenção de acessos, por exemplo. Captação de recursos junto aos órgãos no qual possui ligação mais direta, SETU-PR e MTur, bem como apoio técnico dos mesmos. Busca de parcerias para a promoção de oficinas, cursos e capacitação na área (como, por exemplo, o Sistema S). Apoio do Conselho Gestor (que abre outras oportunidades para captação de recursos) para projetos de turismo em áreas rurais, bem como possuir representantes no mesmo.
- Rede TRAF: Representar a área do Turismo Rural na Agricultura Familiar dentro dos CMTs, CMDRs, ADECSUL e Conselho Gestor. Buscar parcerias, utilizando estes órgãos como apoio para desenvolver o TRAF nas comunidades rurais. Através da ADECSUL, elaborar projetos na área.
- AMCESPAR: Caráter eminentemente político. Formado pelos prefeitos dos municípios, possui a função de captar recursos junto a parlamentares, buscar apoio político e pressionar prefeituras para execução de projetos.
- Conselho Gestor: Seu principal foco é a questão agrária na região, com grande representatividade de órgãos que representam os interesses dos agricultores, principalmente os familiares. Dá acesso a verbas e projetos do MDA, acesso este que poderá ser ampliado se o Centro-Sul fizer parte do Programa “Territórios da Cidadania”, que agrega 22 ministérios. Assim sendo, em relação ao turismo, tem a função de sensibilizar, informar e oferecer oportunidades aos agricultores, colocando o turismo como alternativa socioeconômica para os mesmos. Além disso, colocar em votação e buscar recursos dos projetos elaborados pela ADECSUL.
- Busca pelo fortalecimento de uma gestão mais territorializada e democrática: Aperfeiçoamento e fortalecimento dos órgãos de caráter regional já existentes, aprofundando os canais de comunicação entre os órgãos que os formam e representam e centralizando os assuntos de interesse de todos na região.

- Realizar oficinas de sensibilização junto à comunidade em geral, objetivando o resgate de valores locais, seu fortalecimento cultural e sua “alfabetização política”: A cargo dos órgãos formadores do Conselho Gestor (como as secretarias municipais de agricultura e CMDRs) e com a participação de integrantes dos órgãos municipais de turismo e CMTs, oficinas de resgate cultural e formação política seriam ministradas nas comunidades rurais dos municípios, com o intuito de valorizar os costumes dos mesmos e formar lideranças para a defesa de seus interesses junto às instituições democráticas existentes na região.
- Seletiva delimitação territorial: O conjunto de cinco propostas colocadas neste item e mostrado no quadro 10 diz respeito a etapas que um planejamento turístico passa rumo à sua execução. Com a participação dos profissionais da área (que terão mais uma função de intermediação no processo de planejamento), membros da ADECSUL, Rede TRAF, CMTs e órgãos municipais de turismo, reconheceriam os problemas, definiriam objetivos e metas para o turismo na região. Com o levantamento de dados e inventário dos municípios em mãos, delimitariam as áreas, atrativos e comunidades a serem trabalhadas obedecendo às idéias colocadas no item 3.4. Oficinas de elaboração do plano de desenvolvimento turístico regional já foram realizados e prioridades já foram elencadas, sendo que pouco foi colocado em prática, talvez por falta de verba ou pelo pouco comprometimento de alguns órgãos elencados e falta de comunicação e interligação entre os mesmos.
- Formatação adequada dos produtos turísticos, considerando-se os preceitos da sustentabilidade: Tais preceitos, elencados e explicados ao longo do item 3.3 deste trabalho, precisam nortear a elaboração dos produtos turísticos a serem planejados pela ADECSUL com o intuito de, além de diminuir os impactos provocados pela atividade turística, servir para preservar e manter as características locais, tanto das áreas a serem trabalhadas quanto das comunidades envolvidas.
- Elaboração de projetos turísticos de qualidade voltados às áreas rurais para apresentação junto ao Conselho Gestor, como forma de incentivar as ORNAs: Como visto no item 2.4, uma das tendências em áreas rurais é o aumento das ORNAs, ocasionando a diminuição da dependência da população rural em relação às atividades agrárias. Isso não significa que essas famílias abandonem tais atividades, mas que estas terão peso menor na economia familiar. Seguindo

tal tendência, o advento do turismo nestas áreas pode servir como complemento de renda ou mesmo como alternativa para uma população que viva de atividades que impactam o meio ambiente, por exemplo. Uma preocupação que se deve ter diz respeito a elencar os atrativos mais representativos destes roteiros, a fim de não ficar repetindo locais de pouca importância para os visitantes e ao mesmo tempo beneficiar o maior número de interessados possível com a atividade.

- Trabalhar com turismo de base comunitária em faxinais e outras comunidades tradicionais: Ao longo do capítulo 4 foram mostradas as singularidades e particularidades que caracterizam o Sistema Faxinal, típico do Território Centro-Sul do Paraná. Ao mesmo tempo, nas entrevistas realizadas foram mostradas as dificuldades de se trabalhar com tais comunidades tradicionais. A formatação de produtos turísticos de qualidade nestas áreas e que sejam interessantes tanto para a oferta quanto para a demanda turística é não só desejável, mas essencial. Há faxinais mais próximos de atrativos naturais, há outros onde as pessoas são mais maleáveis com visitantes e outros que possuem acesso mais facilitado. O ideal é que as comunidades a serem trabalhadas possuam as três características, além de possuir vontade de trabalhar com o turismo. Seguindo os preceitos do turismo de base comunitária mostrados no item 3.2 a atividade seria desenvolvida, escolhendo-se ainda a forma como a comunidade participaria da atividade, dentre as opções demonstradas no quadro 1. O desenvolvimento dessa atividade nestas comunidades poderia ser executado em regime de parceria por integrantes da Rede TRAF e órgãos municipais de turismo, sob supervisão dos membros e técnicos da ADECSUL e Conselho Gestor do Território Centro-Sul.
- Facilitar o acesso ao crédito e divulgar sobre os direitos e facilidades que esse crédito pode gerar: Existem várias linhas de crédito que podem ser acessadas em relação à atividade turística, dependendo do perfil do investidor. Há desde linhas de financiamento do PRONAF para agricultores familiares que queiram trabalhar com turismo até grandes financiamentos de infra-estrutura e para grandes empresários, via BNDES, por exemplo. Há várias instituições que fornecem este tipo de crédito, sendo que poderia ser função do técnico da ADECSUL procurar as oportunidades e divulgar para os membros da associação, que por sua vez divulgariam para os interessados, de acordo com o perfil de cada um.

- Fomentar a criação de eventos em todos os municípios de forma complementar e de acordo com a vocação local: É importante, não só no quesito econômico, mas para a integração, divulgação e melhora na auto-estima da população local a existência de eventos (festas religiosas, temáticas de acordo com a vocação local, rodeios, etc.) nos municípios. Apesar do caráter regional da maioria dos eventos da região, mais do que atrair turistas de outras regiões e estados, tais eventos serviriam inclusive como integração e fortalecimento das tradições locais, bem como uma opção de lazer para uns e incremento de renda para outros.
- Organizar calendário de eventos, podendo tematizá-los: Como se pôde observar no quadro 5, o Território Centro-Sul já conta com vários eventos, ocorrendo na maioria dos municípios da região. Muitos deles possuem caráter religioso, outros servem para divulgar produtos e potencialidades dos municípios. Entretanto, não há um calendário de eventos divulgado de forma integrada dentro da região, muito menos um enfoque temático dos mesmos, dado que muitos eventos possuem a mesma temática. Ressalta-se que são 12 municípios, sendo que cada festa poderia ocorrer em um mês do ano e ser trabalhado de forma a gerar um circuito de festas, sendo esta idéia trabalhada por técnico da ADECSUL, em conjunto com os municípios. Logicamente há eventos que não podem ser realizados em outras épocas do ano (por causa da época de colheita da fruta no qual a festa é dedicada, ou da data fixa de um padroeiro, por exemplo), mas mesmo assim uma divulgação conjunta ajuda a criar uma identidade única nas mesmas e gerar renda e eventos no ano todo na região.
- Viabilizar treinamentos e cursos para capacitação da mão-de-obra em empreendimentos turísticos: Qualidade nos serviços prestados e bom atendimento são premissas básicas para a satisfação do cliente. Sendo assim, todos os trabalhadores de empreendimentos turísticos precisariam passar por treinamentos e atualizações para melhor desempenhar suas funções. Parcerias com instituições como SEBRAE são necessárias para trazer cursos e treinamentos com o padrão de qualidade que o mercado exige. O SEBRAE é parceiro da SETU-PR para ministrar tais cursos e para oferecer apoio de técnicos para o desenvolvimento turístico. É necessária também a solicitação por parte dos interessados na região, sendo que a ADECSUL se responsabilizaria por contatar as instituições.

- Investimento na qualidade dos equipamentos e serviços turísticos: Este é um item que precisa de grande trabalho de captação de recursos, tanto de órgãos públicos quanto de empresas privadas. No caso dos órgãos públicos, a articulação entre órgãos municipais e regionais junto aos órgãos estaduais e federais na busca de recursos para infra-estrutura e instalação de equipamentos precisa ser intensificada, podendo utilizar, para isso, o poder político da AMCESPAR. Busca de parceiros privados para tais investimentos também é uma saída, por meio de parcerias público-privadas, ainda que esta seja uma modalidade pouco utilizada no Brasil, apesar de seu grande potencial de crescimento. No caso de empresas privadas, a busca de recursos se dá em diversas modalidades de empréstimo pelas instituições financeiras.
- Investir em sinalização turística: Como no caso acima, também é outra diretriz que às vezes é impedida pela falta de verbas. Há recursos disponíveis junto ao MTur especificamente para sinalização turística, sendo que qualquer município pode requerer tal verba por meio da elaboração de projeto (que precisa ter qualidade e detalhamento dos gastos). Um futuro grupo técnico da ADECSUL poderia auxiliar na elaboração de tais projetos, bem como divulgar e manter atualizadas as informações referentes a como buscar tais recursos.
- Estabelecimento de parcerias para comercialização e divulgação dos produtos turísticos elaborados: Esta diretriz está sendo posta em prática por meio de ações já realizadas pela ADECSUL, como a elaboração e divulgação do guia turístico regional, estreito relacionamento com a SETU-PR (que também divulga os produtos turísticos já formatados) e busca de canais de divulgação e distribuição dos produtos turísticos existentes. Apesar disso, mesmo pela deficiência de alguns produtos turísticos e inexistência de outros (apesar do grande potencial), ainda há muito que ampliar a rede de comercialização dos mesmos, fato esse que será amenizado a partir do momento que passarem a existir maior variedade e qualidade dos produtos. Como visto no quadro 9, atualmente há apenas 2 roteiros turísticos comercializados e cadastrados na SETU-PR.
- Fortalecimento do projeto “Chalé do Produtor”: O projeto “Chalé do Produtor”, gerido pela ADECSUL visa facilitar a vida dos produtores rurais, disponibilizando locais para que estes coloquem seus produtos à venda. Estes chalés possuem serviço de informações turísticas, o que atrai turistas para que comprem tais produtos diretamente dos produtores. Este é um projeto que merece ser

ampliado, já que em todo o Território Centro-Sul há apenas um chalé, localizado em Mallet. Deve-se lembrar que esse projeto traz benefícios tanto para turistas (que contam com serviços de informações turísticas e possuem a oportunidade de comprar produtos típicos da região) quanto para produtores (pela facilidade de comercialização dos seus produtos).

- Investir em turistas mais qualificados, principalmente no caso do trem “Great Brazil Express”: Este é um produto turístico ainda muito recente e possui uma quantidade pequena de turistas, já que o trem de passageiros passa em Irati de 2 em 2 meses. Mesmo sendo apenas um ponto de passagem rumo à Foz do Iguaçu, deve-se lembrar que este trem traz pessoas de outros países e com bom poder aquisitivo, além de, eventualmente, poder trazer formadores de opinião em seus locais de origem. É interessante distribuir entre os passageiros guias turísticos da região, dar a opção aos turistas de ver um vídeo curto (de uns 10 minutos) com os atrativos da região, já que estes permanecem em Irati durante 4 horas. É uma ótima forma de divulgação internacional das belezas do Centro-Sul e com um custo baixo.
- Atualizar e divulgar o guia turístico regional, buscando parcerias junto às agências de viagens para sua comercialização: Depois de formatar produtos turísticos de qualidade e todas as proposições anteriores estarem em prática, é importante divulgar e firmar parcerias com o maior número de canais de comercialização possível. Ressalta-se que, apesar desta ampla divulgação, sempre devem ser respeitados eventuais limites de capacidade de carga dos atrativos, comunidades e municípios em questão. A atualização do guia turístico precisa ser feita de forma contínua, preferencialmente com uma periodicidade anual. Ressalta-se que tal atualização do guia vem sendo feita pela ADECSUL.

Mais do que simplesmente seguir as propostas aqui apresentadas, é necessário que haja comprometimento de todas as partes envolvidas no processo de desenvolvimento turístico da região, tendo ciência da importância que possuem para a evolução da atividade no Centro-Sul do Paraná. Outro ponto a se ressaltar é que esse processo de planejamento precisa ter o aval de todos os seus agentes, de forma que todos se sintam parte imprescindível do processo, onde não haja imposição de órgãos superiores aos inferiores, mas que a atividade seja gerida de forma mais horizontal e menos hierárquico e impositivo possível.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou retratar o Território Centro-Sul em toda sua complexidade e pesquisar como o turismo pode beneficiar o desenvolvimento da região. Ressalta-se que esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar esse assunto, mas avançar na discussão sobre desenvolvimento turístico regional em regiões de caráter eminentemente rural. Pelas próprias particularidades da região e de sua população, vários pontos aqui retratados possuem o potencial de serem aprofundados em pesquisas futuras, não somente na área da geografia, mas também na do turismo, antropologia, sociologia, história, entre outros.

Para pesquisas futuras, pode-se estudar sobre os impactos da implantação do turismo de base comunitária em faxinais, aprofundar sobre os impactos que o turismo provoca na região, analisar a forma como as atividades socioeconômicas (inclusive o turismo) são distribuídas no Centro-Sul, analisar historicamente a atuação dos órgãos municipais e regionais de turismo da região. Apesar do potencial de gerar futuras pesquisas, este trabalho contribuiu para gerar importantes conclusões sobre o turismo no Território Centro-Sul.

A ausência de um planejamento turístico de longo prazo, de uma visão mais integrada e regionalizada, e a fragmentação de ações relacionadas à área são fatores que dificultaram o processo de desenvolvimento do turismo no Território Centro-Sul do Paraná. Ao mesmo tempo, nota-se que, com o incentivo do governo federal em fortalecer entidades de caráter regional, a região passa por uma mudança de postura perante seus problemas e desafios, sendo tratados de forma conjunta entre os municípios da região e colocados em discussão perante órgãos como o Conselho Gestor e a ADECSUL.

Esta mudança de postura, que se inicia no ano de 1996 (com o início das discussões acerca do desenvolvimento rural integrado dos municípios da região de Irati e constituição dos primeiros CMDRs), facilita tanto a busca por recursos quanto a representatividade e amadurecimento político da região.

Pode-se afirmar que, ao longo da presente dissertação, tornou-se evidente a dimensão dos desafios existentes no Centro-Sul do Paraná, bem como o que está sendo realizado em busca da superação dos mesmos. Mostrou-se também o porquê da existência de tais desafios, analisando-se a história da ocupação da região, seu

perfil socioeconômico e a caracterização de suas principais instituições atuantes. Além disso, as entrevistas com figuras importantes destas instituições ajudaram a moldar esta realidade tão diversa como a vista no Centro-Sul.

Buscou-se também situar tal realidade com a do Brasil como um todo, em especial com análises sobre o rural no Brasil (com várias características presentes no Centro-Sul) e sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional com influência direta na região estudada.

Por último, houve a busca de se realizar uma fundamentação teórica capaz de fornecer os subsídios necessários para embasar uma política pública de desenvolvimento turístico regional no Centro-Sul do Paraná, ponto este que representou o objetivo geral desta dissertação. Foram analisadas teorias sobre desenvolvimento regional, planejamento turístico, sustentabilidade e turismo de base local e comunitária.

Assim sendo, conclui-se que o objetivo geral foi alcançado plenamente, visto as diretrizes propostas no item 5.2, bem como as informações levantadas ao longo do trabalho, que poderão auxiliar futuros processos de planejamento turístico na região. Notou-se que a maioria das diretrizes propostas passa pelo amadurecimento político das instituições regionais, sendo que uma boa comunicação entre as mesmas e destas com outras (municipais, estaduais, federais, privadas e do terceiro setor) ajudará muito no desenvolvimento turístico regional.

O papel destas instituições regionais se mostra essencial para o fortalecimento político da região e para uma conseqüente maior facilidade na captação de recursos. Além disso, tornam-se porta-vozes tanto de municípios quanto de entidades e comunidades que jamais teriam tanta representatividade se trabalhassem de forma individual.

Este fortalecimento político-institucional no qual passa a região pode gerar um fortalecimento tanto econômico (com maior facilidade na busca de recursos, maior representatividade dos principais órgãos de classe, etc.) quanto sociocultural e ambiental, como explicado no item 3.3. Assim sendo, este amadurecimento político é um importante ponto na busca de um desenvolvimento seguindo os preceitos da sustentabilidade.

Quanto aos objetivos específicos levantados, todos foram atendidos, onde houve a discussão sobre a importância da regionalização no planejamento turístico (itens 3.1 e 3.4), foram pesquisadas as políticas públicas referentes ao

desenvolvimento turístico na região (ao longo do item 3.5) e foram propostas as diretrizes constantes no item 5.2.

Em relação às hipóteses levantadas, todas foram confirmadas. Analisando-se os programas desenvolvidos pelo Governo Federal em relação ao desenvolvimento em âmbito regional, ficou provado que os mesmos fornecem os subsídios teóricos necessários para as regiões se desenvolverem. É importante lembrar que, apesar das apostilas e livros que fazem parte do referencial teórico dos programas analisados no item 3.5, há uma considerável quantidade de informações que as próprias regiões precisam gerar, como os inventários turísticos municipais, por exemplo.

Apesar da teoria apresentada no referencial destes programas, nota-se um pouco o descolamento do que está colocado nos mesmos com a realidade e a dificuldade de serem postos em prática (pela própria dificuldade de gerar comprometimento de diferentes atores, ou mesmo pela falta de um acompanhamento mais próximo do Governo Federal em relação à prática desses programas).

Além desse fato, a própria insuficiência de verba pública impede que muito do que está na teoria seja colocado em prática, sendo que muito tempo e esforço é perdido no processo de captação de recursos para valores que pouco podem amenizar os problemas eventualmente criados. Esta excessiva burocratização e dificuldade na captação de recursos podem gerar certa apatia e descrédito em relação a tais programas, características estas existentes em alguns membros integrantes destas instituições.

A segunda hipótese ficou comprovada, já que se concluiu que o turismo na região ainda está aquém do seu potencial e se desenvolvendo em ritmo lento, apesar de o trabalho em âmbito regional se mostrar ideal nesse caso. Além disso, notou-se também que, apesar de ser possível trabalhar com turismo nas comunidades tradicionais da região pelo potencial turístico que agregam, é desejável que somente algumas destas sejam trabalhadas, considerando-se a existência desse potencial que justifique os investimentos e o próprio desejo da comunidade em questão.

Deve-se lembrar que não somente estas comunidades tradicionais, mas praticamente toda a região, é formada por agricultores familiares, que carregam todo um conjunto de valores culturais que podem entrar em conflito com algumas

características decorrentes da atividade turística, como já discutido neste estudo. Assim sendo, em muitos casos o turismo passa a não ser uma atividade desejável sendo que, em comunidades que demonstrem maior vontade e maleabilidade com visitantes, além de potencial turístico, a atividade pode e deve ser estimulada pelos agentes da Rede TRAF da região.

Outra importante conclusão é a de que, por enquanto, não é possível trabalhar com o turismo na região satisfatoriamente com os recursos disponíveis (físicos, humanos e financeiros). Quanto aos aspectos físicos, apesar de existir atrativos turísticos que justifiquem a vinda de um maior número de turistas, ainda não há estrutura e estudos (como impacto ambiental, capacidade de carga) para tal.

A solução deste aspecto gira em torno do segundo recurso ainda não disponível suficientemente: o financeiro. A falta de verba atrasa a execução de projetos, impede uma melhor infra-estrutura, salários, capacitação. Impede também a contratação de técnicos especializados nos municípios e nos órgãos regionais, apesar de poder se argumentar que o impedimento às vezes tenha caráter mais político do que propriamente financeiro.

O aspecto humano se torna essencial para amenizar as lacunas físicas e financeiras existentes. Pessoas que trabalham com o turismo existem, meios para captarem mais recursos também. Quanto à mão-de-obra, há dezenas de estudantes e graduados do curso superior de turismo da UNICENTRO e de técnicos em turismo do Colégio Barão de Capanema que poderiam estar atuando em atividades profissionais atinentes.

Nota-se assim que, apesar das conquistas já realizadas pelos órgãos regionais de desenvolvimento do Centro-Sul do Paraná, ainda há muito o que melhorar. Apesar do caráter político que o turismo possui, poucas pessoas estão preparadas para tratar de eventuais questões técnicas que eventualmente ocorrem.

Ainda é necessário impedir que questões menores (como buscar benefícios específicos em detrimento de um objetivo comum) possam atravancar o processo de desenvolvimento. Ainda é necessário fazer com que todos lutem em prol de um modelo de desenvolvimento único, onde mesmo não sendo unanimidade entre todos os agentes, seja o modelo adotado por todos, e que todos lutem para o sucesso do mesmo. Somente assim o modelo de desenvolvimento, não somente turístico, da região se tornará legítimo e representará os reais anseios da população do Território Centro-Sul do Paraná.

REFERÊNCIAS

ACCARINI, J. H. **Economia rural e desenvolvimento**: Reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.

ADECSUL. **Região Turística Terra dos Pinheirais (PR)**. Disponível em: <<http://www.terradospinheirais.tur.br/index.php>>. Acesso em: 02/08/2009.

AMCESPAR. **Associação dos Municípios da Região Centro-Sul do Paraná**. Disponível em: <<http://www.amcespar.org.br/>>. Acesso em: 02/08/2009.

ANTT. **Mapa rodoviário do Estado do Paraná**. Curitiba, 2009. 1 Mapa. Escala 1:750.000.

BAHL, M. **Legados Étnicos e Oferta Turística**. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **História do Paraná**: Volume 1. Curitiba: Grafipar, 1969a.

_____. **História do Paraná**: Volume 4. Curitiba: Grafipar, 1969b.

BAPTISTA, M. **O turismo na economia**: uma abordagem técnica, econômica, social e cultural. Lisboa – Portugal: Instituto Nacional de Formação Turística, 1990.

BEDUSCHI FILHO, L. C. Os desafios da pesquisa empírica em territórios rurais: Atores, interesses e habilidades sociais. São Paulo: ESALQ/USP, 2005.

BENEVIDES, I. P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BRASIL. Decreto de 25 de fevereiro de 2008. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 fev. 2008a. Seção 1, p. 1-7.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. Governo Federal. **Territórios da cidadania**: Integração de políticas públicas para reduzir desigualdades. Brasília, 2009a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Atlas dos territórios rurais 2004**. Brasília, 2004a.

_____. **br_055_trs_164_maio_2009.jpg**. 2009b. Altura: 2810 pixels. Largura: 1989 pixels. 1,91 Mb. Formato JPG. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/mapa.php?menu=imagem&base=2>>. Acesso em: 29/05/2009b.

_____. **Estatísticas do meio rural 2008**. Brasília: DIEESE, 2008b. p. 280.

_____. **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, 2005a.

_____. **Orientações para a indicação, elaboração e trâmite de projetos territoriais em 2007 e 2008**. Brasília, 2007a.

_____. **Plano safra da agricultura familiar 2008/2009**: Mais Alimentos – Um plano da agricultura familiar para o Brasil. Brasília, 2008c.

_____. **Programa de turismo rural na agricultura familiar**. Brasília, 2005b.

_____. **Programa de desenvolvimento sustentável de territórios rurais**. 2004b. 1 Apresentação de slides.

_____. **Programa nacional de desenvolvimento sustentável de territórios rurais**. 2003a. 1 Apresentação de slides.

_____. **Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, 2005c.

_____. Ministério do Turismo. **200 regiões turísticas mapeadas, envolvendo 3.819 municípios**. Disponível em:

<http://200.143.12.83/portalmtur/opencms/regionalizacao/modulos/regioes/arquivos/regioes_turisticas.html>. Acesso em: 20/05/2009c.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Brasília, 2003b.

_____. **Plano nacional do turismo**: Diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, 2003c.

_____. **Plano nacional do turismo 2007/2010**: Uma viagem de inclusão. Brasília, 2007b.

_____. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil**: Diretrizes políticas. Brasília, 2004c.

_____. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil**: Introdução à regionalização do turismo. Brasília, 2007c.

_____. **Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil**: Turismo e sustentabilidade. Brasília, 2007d.

BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**. Editora da FGV, 1987.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno virtual de turismo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 7-12, 2003.

CANDIOTTO, L. Z. P. **Turismo rural na agricultura familiar**: Uma abordagem geográfica do Circuito Italiano de Turismo Rural (CITUR), Município de Colombo-PR. 397 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

CARVALHO, A. F. de. Políticas públicas em turismo no Brasil. **Sociedade e cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 97-109, jan-dez 2000.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1985. p. 123.

CONSELHO GESTOR DO TERRITÓRIO CENTRO-SUL DO PARANÁ. **O Território Centro-Sul do Paraná**. Irati, 2007. 1 folder.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A., GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo: Princípios e práticas**. Tradução de Alexandre Salvaterra. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

COOPTUR. **História da COOPTUR**. Disponível em: < <http://www.cooptur.coop.br/>>. Acesso em: 02/08/2009.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Turismo: Prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G. de.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **América Latina: Cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 367-378.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; SILVA, S. B. M. Turismo: Prática social de apropriação e dominação do litoral. In: CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P. **O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EDUECE, 2007.

CORRÊA, R. L. Espaço: Um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 15-47.

CRUZ, R. de C. A. Planejamento governamental do turismo: Convergências e contradições na produção do espaço. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L. **América Latina: Cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. p. 337-350.

_____. **Política de turismo e territórios**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: Princípios e práticas**. 3. ed. São Paulo: Gaia, 1994.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: Guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000 [1992]. p. 59-83.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 207-238.

FERNANDES, B. M. A questão agrária no limiar do século XXI. In: FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. P. 19-48.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios Paranaenses: origens e significados de seus nomes**. 21. ed. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

FRIEDMANN, John; WEAVER, Clyde. **Territorio y función: la evolución de la planificación regional**. Madrid: IEAL, 1981.

GOELDNER, C. R.; MCINTOSH, R. W.; RITCHIE, J. R. B. **Turismo: Princípios, práticas e filosofias**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 8 ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, I. E. de; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. **Geografia: Conceitos e temas**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 49-76.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos avançados**. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, set-dez. 2001.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAURESKO, C. **Fumo e êxodo rural: transformações sócio-espaciais nas comunidades rurais de agricultores ucraino-brasileiros em Prudentópolis**. 2001.

IAP. **Memória de cálculo e extrato financeiro do ICMS ecológico por biodiversidade, em reais, acumulado por mês e individualizado por município e por unidade de conservação ou área protegida**. 2006. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br>>. Acesso em: 02/08/2009.

IBGE. **Base de dados dos municípios brasileiros**. 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>> Acesso em: 02/08/2009.

ING . **O Território Centro-Sul do Paraná**. Prudentópolis, 2006. 36 p.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Centro-Sul: 1º fase – caracterização global**. Curitiba: IPARDES, 2007.

KNAFOU, R. Turismo e Território: Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 62-74.

LAKATOS E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1983.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento regional: Problemática, teoria, modelos**. 5 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LOPES DE SOUZA, M. J. O Território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995. (Coleção Farol do Saber).

MATHEUS, C. E.; MORAES, A. J.; CAFFAGNI, C. V. do A. **Educação ambiental para o turismo sustentável: Vivências integradas e outras estratégias metodológicas**. São Carlos-SP: RiMa, 2005.

MMA. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=119#>>. Acesso em: 02/08/2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. vol. 15, n. 43, p. 83-100, set-dez. 2001.

OMT. **Código Mundial de Ética do Turismo**. Tradução da Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul/FUNDATEC, 2000.

_____. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ORREDA, J. M. **Irati**. Irati: EDIPAR, 1974.

PARANÁ. Decreto n. 3.446, de 25 de julho de 1997. Dispõe sobre as ARESUR - Áreas Especiais de Uso Regulamentado, que abrangem porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado Sistema Faxinal. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, PR, 26 jul. 1997. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/fcc19094358873db03256efc00601833/fa1887bf3d2ab76b03256e99006389e4?OpenDocument>>. Acesso em: 20/05/2009.

PARANÁ. Lei n. 15.143, de 31 de maio de 2006. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Poder Executivo, Curitiba, PR, 01 jun. 2006b.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo / Ecoparaná. **Cartilha de Orientação ao Agricultor Familiar – Turismo**. Curitiba, 2006.

PEET, R. Imaginários de desenvolvimento. In: FERNANDES, Bernardo Mançano *et al.* **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 19.37.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. ESM Consultoria, 2000.

PORTUGUEZ, A. P. **Agroturismo e desenvolvimento regional**. São Paulo: Hucitec, 1999.

RAFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REDE TRAF. **A Rede TRAF**. Disponível em: <<http://www.redetraf.com.br/r-rede-traf.asp>>. Acesso em: 20/05/2009.

RODRIGUES, A. B. Turismo local: oportunidades de inserção. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-64.
RODRIGUES, G. B.; SOUZA, M. L. de. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: UNESP, 2004.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**: princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: **Raízes**: Revista de Ciências Sociais. Campina Grande-PB, Universidade Federal de Campina Grande, vol. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, jan-dez. 2004.

SEED. **Colégio Estadual Barão de Capanema**. Disponível em: <<http://www.pdtbaraocapanema.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>>. Acesso em: 02/08/2009.

SETU-PR. **Secretaria de Estado do Turismo PR**. Disponível em: <<http://www.setu.pr.gov.br/>>. Acesso em: 02/08/2009.

SILVA, J. A. S. **Turismo, crescimento e desenvolvimento**: Uma análise urbano-regional baseada em *cluster*. 2004. 480 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, Márcia da. **Análise Política do Território**: Poder e Desenvolvimento no Centro Sul do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

SILVA, Márcio da. **A Contribuição de florestas de araucária para a sustentabilidade dos sistemas faxinais**. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Desenvolvimento Econômico) – Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SILVEIRA, M. A. T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: Bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 87-98.

SOUZA, M. J. L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 17-22.

WWF. **Manual de ecoturismo de base comunitária:** Ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: Worldwide Fund for Nature – Brasil, 2003.

ANEXOS

ANEXO 1 - LEI N° 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.....	172
ANEXO 2 – LEI N° 15.143, DE 31 DE MAIO DE 2006.....	174
ANEXO 3 – DECRETO ESTADUAL N.º 3.446, DE 1997.....	177
ANEXO 4 – TIPOS DE TURISMO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES A ELES RELACIONADAS, SEGUNDO O MTUR E SETU-PR.....	179

ANEXO 1 – LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Publicação:

Diário Oficial da União - Seção 1 - 25/07/2006 , Página 1 (Publicação)

ANEXO 2 – LEI Nº 15.143, DE 31 DE MAIO DE 2006

SÚMULA: Define as atividades turísticas que especifica como atividades de "Turismo Rural na Agricultura Familiar".

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná Decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica definido como atividades de Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF) todas as atividades turísticas que ocorrem na unidade e produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos.

Art. 2º - Considera-se como atividades de turismo rural na agricultura familiar (TRAF) as seguintes formas de ocorrência:

- I - Comercialização de produtos alimentícios in natura de origem local;
- II - Comercialização de produtos transformados, os produtos de origem animal (ex: queijo, leite, embutidos, etc) e os produtos de origem vegetal (ex: doces, conservas, pães) são oferecidos aos visitantes, enfatizando o processo de produção dos mesmos.
- III - Comercialização de Artesanato, as práticas de produção com aproveitamento de produtos, resíduos ou não, de origem vegetal, animal ou mineral
- IV - Produção Rural, onde as atividades produtivas da propriedade são utilizadas como atrativos, por meio de demonstrações sobre as técnicas de produção, onde o turista também pode interagir fazendo parte do processo, como exemplo em atividades de campo em pomares, leiterias, apiários, pesque-pagues, criações de animais em geral, áreas de agricultura orgânica, vinícolas, alambiques, entre outras.
- V - Educação Ambiental, as atividades executadas em propriedades especializadas em receber grupos (normalmente de crianças, adolescentes e jovens), que encontram atividades educativas ligadas ao meio ambiente e/ou atividades agrícolas, ambas de cunho educativo.
- VI - Serviços de Lazer: atividades que proporcionam entretenimento aos visitantes, comumente relacionadas à práticas físicas e passeios a locais de interesse natural ou cultural. Ex: cavalgadas e caminhadas à instalações de fazendas (de interesse histórico ou tecnológico), cachoeiras, grutas, bosques, caminhos históricos, e; pesca em tanques e rios.
- VII - Serviços de Alimentação, ocorrem em estabelecimentos como restaurantes e cafés coloniais, que oferecem alimentação típica ou de preparo especial, sendo normalmente situados em locais estratégicos, próximo a outros atrativos. Este segmento utiliza-se e valoriza as características locais, visando a originalidade do atrativo gastronômico. Os alimentos oferecidos pelas unidades procuram estabelecer um resgate da culinária local, resgatando e utilizando-se de receitas e de preparos dos alimentos que estão em desuso pela sociedade urbana.
- VIII - Serviços de Hospedagem: ocorrem em pousadas, hospedarias, entre outros estabelecimentos que estejam envolvidos com a produção rural. Oferecem atendimento personalizado ao hóspede.

IX - Serviços Ambientais em Áreas Naturais, as áreas localizadas no meio rural, protegidas legalmente (Reserva Legal, Área de Preservação Permanente, Reserva Particular do Patrimônio Natural) ou desprovidas de tais normas jurídicas, que se transformam em atrativos turísticos de importância regional, agregando inclusive, a questão da consciência ecológica aos turistas. Estas áreas, públicas ou privadas, são atrações turísticas que têm demanda considerável, podendo beneficiar agricultores familiares localizados nas proximidades. Em algumas unidades de conservação contempla-se nos planos de manejo, a possibilidade desta parceria. Em contrapartida, os agricultores passam a desenvolver um sistema de produção menos impactante para o meio.

X - Arredores da Unidade Familiar: os produtores familiares se beneficiam de sua localização próxima a um atrativo natural, para se integrarem ao processo econômico do Turismo regional.

XI - Patrimônio Histórico é a manifestação importante da história da agricultura e das comunidades de uma localidade ou região, que se valoriza com a proposta do turismo, com os projetos de recuperação, uso compatível com o seu objetivo e com a inserção de capital público e privado. Ex: arquitetura típica (igrejas, construções históricas), equipamentos (moinhos, armazéns, adegas), folclore, gastronomia típica, artes, dentre outras.

XII - Centros de Pesquisa Tecnológica: proporcionam a difusão de tecnologias ao meio rural, realização de pesquisas e promoção de eventos, contribuem para a ampliação da proposta do turismo, uma vez que atraem público, em sua maioria de técnicos.

XIII - Eventos diversos promovidos em comunidades e/ou propriedades familiares, por meio de festas regionais - de cunho religioso e/ou cultural - eventos técnicos científicos, feiras de produtos e exposições agropecuárias. Ocorrem em situações diversas, promovendo a cultura local, e ao mesmo tempo, integrando-se à proposta de desenvolvimento econômico da região.

Artigo 3º - As atividades do Turismo Rural na Agricultura Familiar estão alicerçadas e comprometidas com os seguintes princípios:

- a) Ser um turismo ambientalmente correto e socialmente justo;
- b) Incentivar a diversificação da produção e propiciar a comercialização direta dos produtos locais, ofertados pelo agricultor;
- c) Valorizar e resgatar o artesanato regional, a cultura da família do campo e os eventos típicos do meio rural;
- d) Contribuir para a revitalização do território rural e para o resgate e melhoria da auto-estima dos agricultores familiares;
- e) Ser desenvolvido preferencialmente de forma associativa e organizada no território.
- f) Ser complementar às demais atividades da unidade de produção familiar;
- g) Proporcionar a convivência entre os visitantes e a família rural;
- h) Estimular as atividades produtivas com enfoque no sistema agroecológico;

Artigo 4º - Considera-se Agricultura Familiar as unidades produtivas rurais que possuam as seguintes características:

- a) possuam até 50 (cinquenta) hectares de área;
- b) desenvolvam atividades agropecuárias de subsistência;
- c) os produtores sejam os administradores diretos da propriedade.

Parágrafo 1º - Para o enquadramento, considera-se todas as formas de posse da

propriedade, mesmo sendo de caráter provisório, como exemplo, arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros e assentados rurais.

Art. 5º - Considera-se as Unidades de Produção Familiar, as unidades produtivas rurais utilizadas como cenário das atividades de turismo rural, onde o turista interage com o meio. Por meio delas são utilizados uma série de produtos turísticos, em geral, baseados na oferta de atividades de lazer, demonstração tecnológica, comercialização de produtos e serviços, sendo encontrados isoladamente ou em conjunto, por meio de diversos segmentos.

Art. 6º - Consideram-se como Unidades de Planejamento de Turismo Rural, o conjunto de unidades produtivas rurais localizadas em uma área geográfica homogênea em valores sociais, culturais e atrativos turísticos originados a partir de valores agrícolas, ambientais, culturais e sociais.

Parágrafo único: As unidades de planejamento poderão ser denominadas: circuitos, roteiros, rotas, caminhos, linhas, faxinais, trilhas, rios, serras, montanhas, colônias, comunidades, quilombolas, assentamentos, dentre outros termos similares.

Art. 7º - As propriedades rurais da agricultura familiar que estiverem desenvolvendo atividades reguladas por esta Lei na data de sua publicação, deverão adequar-se às suas disposições no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação do decreto que a regulamentar, bem como apresentar relatório circunstanciado à Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento das atividades desenvolvidas em suas propriedades agrícolas.

Art 8º -vetado....

Art 9º - Fica autorizado a definir as linhas de apoio financeiro e administrativo para incentivo a esta atividade no Estado do Paraná.

Art. 10º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALACIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 31 de maio de 2006.

ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Celso Souza Caron
Secretario de Estado do Turismo

Rafael Iatauro
Chefe da Casa Civil

ANEXO 3 – DECRETO ESTADUAL N.º 3.446, DE 1997

DECRETO ESTADUAL N.º 3.446/97

SÚMULA: Cria as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, inciso 5º da Constituição Estadual e considerando as disposições constantes do artigo 225, § 1º, inciso 3º e artigo 216, § 1º da Constituição Federal, os artigos 207, § 1º incisos 4 e 15 e artigos 190 e 191 da Constituição do Estado do Paraná, bem como a Lei nº 6.938/81, com as alterações da Lei 7.804/89, artigo 9º,

DECRETA: Art.1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizados pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com os objetivos de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da *Araucaria angustifolia* (pinheiro-do-paraná).

§ 1º - Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucaria e outras espécies nativas.

§ 2º - A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, no que couber.

§ 3º - O Secretário do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos definirá, através de ato administrativo apropriado, as ARESUR, caso a caso, por faxinal, contendo no mínimo: denominação, superfície e limites geográficos, diretrizes para conservação ambiental e instrumentos de apoio como: diagnóstico, justificativas, mapa e memorial descritivo.

Art.2º - Só poderão ser registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC, os faxinais que atenderem ao conceito contido no parágrafo 1º do artigo 1º.

§ 1º - Os faxinais registrados no CEUC, deverão ser anualmente avaliados e receberão tratamento diferenciado, levando-se em conta, dentre outras, variáveis como: densidade populacional, qualidade de vida das populações residentes, organização e participação comunitária e nível de comprometimento e empenho dos municípios para o desenvolvimento social e econômico dos mesmos.

§ 2º - Somente poderão ser consideradas para efeito dos benefícios previstos na Lei Complementar Estadual nº 59/91 e demais normas pertinentes, as áreas de criadouros comunitários dos faxinais registrados no CEUC, diferenciados por estágios de desenvolvimento.

§ 3º - Tanto a criação, quanto o benefício financeiro passível de ser creditado, de acordo com o previsto na Lei Complementar Estadual nº 59/91, poderão ser feitos a partir de manifestação de interesse do município, devendo para tal além da

solicitação, apresentar proposta negociada com as comunidades, das ações a serem desenvolvidas, a partir, dentre outras, das variáveis a serem avaliadas anualmente, conforme previsão contida no § 1º, deste artigo.

Art.3º - As Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e da Cultura, desenvolverão programas e projetos específicos visando atingir os objetivos previstos no artigo 1º do presente Decreto.

Art.4º - O presente Decreto será regulamentado no que for necessário ao seu perfeito cumprimento.

Art.5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Curitiba, 25 de julho de 1997

JAIME LERNER

Governador

HITOSHI NAKAMURA

Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

HERMAS EURÍDES BRANDÃO

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

EDUARDO ROCHA VIRMOND

Secretário de Estado da Cultura

ANEXO 4 – TIPOS DE TURISMO E AS PRINCIPAIS ATIVIDADES A ELES RELACIONADAS, SEGUNDO O MTUR E SETU-PR

Tipos de Turismo	Atividades
Ecoturismo	<ul style="list-style-type: none"> • espeleoturismo; • <i>hiking</i>; • naturismo; • observação de fauna e flora; • <i>trekking</i>.
Turismo de Aventura	<ul style="list-style-type: none"> • aéreas – vôo livre (asa delta, balão, pára-quedas e variações, planador); • vôo motorizado (asa delta motorizada, girocóptero, ultraleve); • montanhismo – <i>canyoning</i>, escalada (técnica, solo, caminhada), <i>rapel</i>; • náuticas – <i>bóia-cross</i>, canoagem e suas variações, iatismo e suas variações; • mergulho (autônomo, livre), pesca amadora, <i>rafting</i>, <i>surf</i> e suas variações; • terrestre – caça regulamentada, ciclo turismo; veículos motorizados.
Turismo Rural	<ul style="list-style-type: none"> • agroturismo; • artesanato; • gastronomia típica; • lazer e recreação (desenvolvidas em caminhadas, cavalgadas, charreteadas; • colhe-e-pague, fazenda-hotel, hotel-fazenda, pesque e pague, pousada rural; • turismo eqüestre.
Turismo histórico-cultural	<ul style="list-style-type: none"> • atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural; • eventos culturais; • manifestações populares (cavalhada, fandango, folia de reis, tropeada, outras); • visitas a sítios históricos; • visitas a sítios arqueológicos.
Turismo técnico	<ul style="list-style-type: none"> • espeleologia; • pesquisa arqueológica; • pesquisa e treinamento; • visitas a sítios científicos; • visitas técnicas a reservas de fauna e flora, barragens, fazendas experimentais, etc.
Turismo de sol e praia	Atividades relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.

Turismo esportivo	Prática, envolvimento ou observação de modalidades esportivas.
Turismo religioso	Atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas.
Turismo de negócios e eventos	Conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social.
Turismo de saúde	Atividades turísticas decorrentes da utilização de meios e serviços para fins médicos, terapêuticos.

FONTE: IPARDES (2001, p.139).